

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

Mandato 2008 / 2011

ÍNDICE

1. O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL	3
1.1. A evolução da situação ao nível internacional	3
1.2. Os caminhos da UE da reacção tardia à crise global, à ameaça de implosão do euro	4
1.3. A situação nacional: da recessão em 2009 ao programa da Troika e ao Governo da direita	6
1.4. A intervenção Sindical e a Luta dos Trabalhadores e das Trabalhadoras	9
2. BLOQUEIOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL	12
2.1. No Desenvolvimento Económico	12
2.2. A Estrutura do Estado, os Serviços Públicos e a Administração Pública	13
2.3. O Regional	15
2.4. O Desenvolvimento Sustentável	16
2.4.1. O Meio-Ambiente	16
2.4.2. A Economia Social e o “Consumidor”	16
3. O TRABALHO E OS DIREITOS DOS/AS TRABALHADORES/AS	17
3.1. O Direito do Trabalho, o Quadro Jurídico-laboral e a Efectividade dos Direitos	17
3.2. O Emprego	18
3.3. Os Salários	19
3.4. A Formação e a Qualificação Profissional	20
4. A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA E O SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO	22
4.1. A Contratação Colectiva	22
4.2. A Actividade do CES e a Participação Institucional	25
4.2.1. A Actividade do CES e a Concertação Social	25
4.2.2. A Participação Institucional	25
4.3. A Negociação Colectiva Europeia	26
4.4. Os Conselhos de Empresa Europeus	26
4.5. A Acção Sindical Transfronteiriça	27
5. AS POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA FISCAL	27
5.1. Políticas Sociais	27
5.2. Política Fiscal	34
5.3. O Sistema de Justiça	35
6. SEGURANÇA, HIGIENE, E SAÚDE NO TRABALHO, IGUALDADE, CULTURA E TEMPOS LIVRES	36
6.1. Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho	36
6.2. Igualdade entre mulheres e homens	37
6.3. Igualdade e combate às discriminações	37
6.4. Cultura e Tempos Livres	38
6.4.1. Centro de Arquivo e Documentação	39
7. A ACTIVIDADE INTERNACIONAL	40
7.1. Confederação Europeia de Sindicatos (CES)	41
7.2. Restante Movimento Sindical Europeu	42
7.3. Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP)	42

7.4. África	42
7.5. Espaço Euro-Mediterrânico (EUROMED)	42
7.6. Espaço Latino-Americano	42
7.7. Outros Espaços Sindicais	43
7.8. Movimento Sindical Mundial	43
7.9. Paz, Cooperação e Solidariedade Internacional	43
7.10. Globalização e Movimentos Sociais	44
7.11. Actividades Comunitárias	44
7.12. Organização Internacional do Trabalho (OIT)	44
8. AS MIGRAÇÕES	45
8.1. Imigração	45
8.2. Emigração	45
9. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E OS QUADROS	46
9.1. A Organização de Base	46
9.1.1. Sindicalização	46
9.1.2. Delegados Sindicais	46
9.1.3. Representantes para a SHST	46
9.1.4. Comissões de Trabalhadores	48
9.2. Eleições Sindicais	48
9.3. A Estrutura e a Reestruturação Sindical	48
9.3.1. Sindicatos	48
9.3.2. Uniões de Sindicatos	52
9.3.3. Federações de Sindicatos	52
9.4. As Organizações Específicas	52
9.4.1. Interjovem/CGTP-IN	52
9.4.2. Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens/CGTP-IN	54
9.4.3. Inter-Reformados	57
9.5. A Gestão Financeira e os Contratos Programa	59
10. A FORMAÇÃO SINDICAL	60
10.1. Apoio à Estrutura	60
10.2. Desenvolvimento do Sistema de Formação	61
10.3. Formação Pedagógica de Formadores	62
10.4. Instrumentos Pedagógicos Inovadores	62
10.5. Cooperação Internacional	64
11. A INFORMAÇÃO E PROPAGANDA SINDICAIS	65
12. A COMUNICAÇÃO SOCIAL E AS RELAÇÕES PÚBLICAS	66
13. OS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E O CUMPRIMENTO DO MANDATO	67
13.1. Plenário de Sindicatos	67
13.2. Conselho Fiscalizador	67
13.3. Conselho Nacional	67
13.4. Secretariado do Conselho Nacional	68
13.5. Comissão Executiva do Conselho Nacional	68
13.5.1. Secretário-Geral	69
13.6. Apreciação geral	70

1. O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL

1.1. A evolução da situação ao nível internacional

O panorama internacional foi dominado neste período (Janeiro de 2008 a Janeiro de 2012) pela “crise económica de 2008-2009”, que na União Europeia se projectou para a situação de descalabro em que hoje se vive e pelos riscos de uma nova recessão; pelo aprofundamento de diversas dimensões da crise e das contradições do sistema capitalista; pelos conflitos e instabilidade na zona do Médio Oriente com dimensões significativas de ingerências estrangeira; pelo surgimento, em 2010/2011, de fortes convulsões sociais e políticas em países do norte de África (alguns casos com características de revolução e outros processos também com forte intervenção estrangeira); pelo agravamento do desemprego, o abaixamento da retribuição do trabalho e a apropriação dos lucros dos grandes grupos económicos e financeiros por parte dos seus accionistas, diminuindo o investimento; pelo falhanço das políticas no domínio ambiental; pelo acentuar das desigualdades.

Neste cenário internacional ressalta, igualmente, o protesto e a luta crescente dos trabalhadores e dos povos contra a exploração, as políticas anti-sociais, o desemprego, a fome, a pobreza e por reais alternativas às condições em que vivem.

A mais grave crise económica desde os anos 30 do século XX, ainda que originada nos EUA e tendo uma relação próxima com empréstimos imobiliários de alto risco, teve causas mais profundas: concentração de capital e sobreproduções localizadas reforço do domínio do capitalismo financeiro face à economia real; especulação e desregulação dos mercados financeiros. Num contexto de aumento das desigualdades na distribuição da riqueza e de perigosos desequilíbrios globais, regista-se a perda de preponderância de antigos centros e espaços de produção e a afirmação crescente da importância e do papel dos grandes países ou blocos emergentes, como a China, a Índia e o Brasil.

Em 2008/2009 só a intervenção dos Estados com sucessivas injeções de dinheiro (dos orçamentos dos estados, do povo) ao sector financeiro evitou o colapso. Em 2010 e 2011 houve retoma económica à escala global, mas manteve-se o desemprego elevado (que aliás cresceu em muitos países), emergiu a crise da “dívida soberana” na Europa, a instabilidade financeira e o agravamento dos desequilíbrios globais. As perspectivas para 2012 são de grande incerteza e preocupação com a desaceleração global do crescimento e riscos fortes de recessão na zona euro.

Os países em desenvolvimento saíram reforçados da recessão, enquanto muitos países desenvolvidos acumularam pesadas dívidas. Ainda que afectados pela crise, muitos deles, em diferentes regiões do globo, souberam implementar políticas e medidas que impediram que os povos e a economia sofressem os seus efeitos mais devastadores. Acentuou-se a contradição entre este poder económico e um sistema de regulação que reflecte, no fundamental, no plano político formal, a distribuição do poder existente no fim da 2ª Guerra Mundial, completamente desfasado do panorama actual. A regulação global não correspondeu a promessas expressas no início da grande recessão. O mundo continua à mercê de crises provocadas pela especulação financeira.

No plano político, a vitória de Obama (Nov. 2008) não só não correspondeu às expectativas dos optimistas que esperavam mudanças positivas, como originou um sentimento de frustração face a naturais expectativas de sectores sociais decisivos para a sua eleição que viam no processo a possibilidade de se abrir um novo ciclo. Se houve passos pontuais positivos (como a não instalação de um escudo antimíssil no Leste europeu) também houve continuidades nas políticas belicistas recuos e cedências aos republicanos e ao grande poder económico e financeiro, e o não cumprimento de promessas como o encerramento da prisão de Guantánamo ou contradições

(como no processo relativo à independência da Palestina), ou atitudes de afrontamento à comunidade mundial como a retirada da UNESCO. A retirada de tropas americanas do Iraque (final de 2011) evidencia que não é possível replicar hoje os modelos coloniais do passado. O “imperialismo Norte-americano” mantém-se ofensivo, mas são evidentes fragilidades e perdas do seu poder.

A insegurança e o terrorismo continuaram a ser usados como pretextos para promover agressões e ingerências fazer regredir os direitos humanos e o Estado de direito. A Cimeira da NATO (em Lisboa, Nov. 2010) adoptou o chamado novo “conceito estratégico” o qual representa um perigoso passo da ofensiva militarista. Mantiveram-se ameaças globais como o terrorismo, com perigosos desenvolvimentos. Aumentaram as tensões e conflitos em várias regiões do globo, com destaque para o Médio-Oriente, o Afeganistão, o Iraque e a Líbia, com uma intervenção militar (2011), que a CGTP-IN condenou, manteve-se o bloqueio a Cuba, a ocupação da Palestina por Israel e do Sara Ocidental por Marrocos e prosseguem ingerências em países soberanos. No Norte de África e no Médio Oriente eclodiram fortes movimentos de protesto, que conduziram a alterações no poder, se bem que desenvolvimentos ulteriores, complexos e contraditórios, não permitam, ainda, concluir do real alcance e sentido de vários desses processos.

O desemprego é hoje uma das maiores ameaças à escala mundial. Apesar da recessão ter provocado mais 30 milhões de desempregados, a sua redução continua a não ser considerada como a maior das prioridades. Apesar da generalidade dos trabalhadores serem afectados, a crise de emprego tem maiores impactos nalgumas regiões incluindo os países desenvolvidos e o Norte de África e afecta, de forma desproporcionada e grave, os jovens.

A promessa feita em 2000 de alcançar avanços substanciais em oito domínios essenciais (os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio), incluindo a redução para metade da pobreza, a educação primária universal, a saúde materna e a redução da mortalidade infantil, teve mais recuos que avanços, existindo uma elevada probabilidade de não serem conseguidos até 2015.

Uma das maiores ameaças globais respeita à mudança climática. Este período foi marcado quer por desastres ecológicos (como a explosão em 2010 da plataforma petrolífera da BP no Golfo do México), quer por desastres naturais (Fukushima em 2011, cheias, ciclones, etc.). As Cimeiras realizadas (Copenhaga em 2009, Cancún em 2010, Durban em 2011), com vista a alcançar um novo acordo que substitua o Protocolo de Quioto, falharam no essencial.

Uma parte muito significativa da humanidade continua a viver com recursos muito limitados ou é vítima da fome. A crise que emergiu em 2008 e a subida dos preços dos produtos agrícolas, com picos em 2008 e no início de 2011, tiveram forte impacto negativo. Em 2015 haverá ainda cerca de 920 milhões de pessoas que viverão em pobreza (menos de 1,25 dólares por dia), segundo a ONU. As desigualdades tendem a acentuar-se, assim como a injustiça na distribuição da riqueza e a dificuldade de acesso a bens essenciais apesar de haver hoje uma maior consciência global das suas causas e dos seus responsáveis.

Esta situação global tem merecido uma resposta de resistência e luta por parte dos trabalhadores e dos povos. Resistência a invasões, a ocupações, a chantagens e bloqueios que se traduziram em inúmeras acções sindicais e populares com manifestações, lutas e greves, um pouco por todo o mundo, incluindo nos EUA (registre-se os extraordinários protestos em Wisconsin, que constituíram uma das maiores mobilizações das últimas décadas; e o movimento “ocupar Wall Street”).

1.2 Os caminhos da EU: da reacção tardia à crise global à ameaça de implosão do euro

A União Europeia confirmou-se como pólo avançado da ofensiva neoliberal e teve o período mais agitado da sua história – repleto de expressão de contradições, de erradas decisões políticas, de perigosas afirmações de populismo e domínio da direita e da extrema-direita: viu-se mergulhada na crise global após a ter ignorado no seu início; passou duma recessão para uma

crise da dívida havendo a ilusão de que seria limitada a alguns países (pequenos e da periferia) quando hoje paira a ameaça de desintegração da zona euro, que a acontecer terá forte impacto a nível global; aprovou um novo Tratado, à margem dos povos europeus e da sua vontade, num processo que se arrastou por vários anos e mostrou um crescente distanciamento dos cidadãos face ao modo como se tem construído a União Europeia; lançou uma “nova governação económica” em que se aprofunda a perda de soberania dos países e os dos povos; revelou a falta de cooperação e solidariedade entre os países com o domínio de estereótipos e posições por vezes até de carácter xenófobo que rotulam povos do centro-norte da Europa como “virtuosos” face a países do Sul “gastadores”; fez progredir as forças políticas mais conservadoras na generalidade das eleições realizadas; atacou pilares fundamentais do Estado-social, em que os salários e os direitos no trabalho são cada vez mais atacados considerados como meros factores de ajustamento.

Na União Europeia, a crise veio revelar quão frágil e contraditório é o modelo e as opções assumidas na construção europeia e quão hipócritas são as considerações e objectivos que, frequentemente, constam dos preâmbulos e articulado dos tratados e de declarações solenes. Coesão económica e social, evolução social no progresso, dimensão social do mercado interno tornaram-se expressões carentes de sentido, nomeadamente, quando países como Portugal, Grécia, Irlanda e outros são submetidos a pressões, ingerências e chantagens inaceitáveis.

Mas este processo não é linear nem isento de contradições. Neste mesmo período houve também uma luta social intensa, os sindicatos tiveram uma intervenção activa com a realização de greves gerais e outras lutas de grande dimensão e emergiram novos movimentos de protesto, essencialmente no plano social.

No plano político, a Europa é hoje dominada pelas forças políticas de direita e da extrema-direita e por forte influência conservadora e neoliberal no plano económico, social e cultural, quer nas instituições europeias, quer ao nível dos países: novo Parlamento Europeu com maior peso dos partidos de direita (Junho 2009); reeleição de Durão Barroso à frente da Comissão Europeia (Set. 2009); forte progressão dos partidos de direita e em alguns casos da extrema-direita nas eleições em vários países (como: Reino Unido, Portugal, Espanha, Finlândia, Suécia), enquanto noutros foram formados abertamente governos de tecnocratas (Itália e Grécia); os partidos sociais democratas e socialistas, em geral, estão fora dos governos.

A entrada em vigor do Tratado da UE (Dez. 2009), após um período de mais de 8 anos de impasse e de negociações, conduziu a alterações na arquitectura institucional, mas os grandes problemas institucionais e o necessário reequilíbrio de relações de forças continuam por resolver, tendo-se acentuado o centralismo, com transferência de competências para as instituições da UE em vários domínios e perda de soberania dos Estados a favor das grandes potências. O Conselho Europeu que passou, em consequência da aprovação do Tratado, a ser presidido por Van Rompuy, nomeou um alto representante para os negócios estrangeiros e a política de segurança (Catherine Ashton).

Foram, porém, os temas económicos (em si mesmos condicionados pelo financeirismo) que dominaram todo este período. A UE reagiu muito tarde à recessão e só em Dezembro de 2008 aprovou um insuficiente plano de relançamento económico. Tal posição teve consequências negativas e contribuiu para que a generalidade dos países também respondesse tardiamente. Esta intervenção determinou um agravamento dos défices e da dívida pública nos países da UE. Mas não foi este agravamento em si que originou a crise da dívida, iniciada na Grécia (Nov. 2009), mas antes o modo como as autoridades europeias a enfrentaram permitindo e alimentando a especulação, em benefício do grande capital financeiro, de grandes interesses económicos e das grandes potências, com destaque para a Alemanha – e os condicionalismos colocados aos países – a que se juntou a chantagem dos mercados financeiros.

Os programas de “financiamento” da Grécia (2010), Irlanda (2010) e Portugal (2011), com a subserviência dos governos destes países impostos pelas autoridades europeias e pelo FMI, traduziram-se em medidas de austeridade brutais, designadamente, cortes nas despesas públicas e nas prestações sociais, reduções salariais, aumento de impostos, ataque aos direitos laborais, à

contratação colectiva e aos sindicatos ou seja, recessão económica, empobrecimento, mais desemprego e pobreza, acompanhadas de uma intensa campanha ideológica, assente na tese das inevitabilidades, procurando instalar medos e resignação.

Avançaram, ao mesmo tempo, com medidas dirigidas a apertar o controlo orçamental da UE no contexto da chamada governação económica, cujo pacote global foi aprovado em Setembro de 2011, incluindo o reforço das regras do Pacto de Estabilidade e de Crescimento, a aplicação quase automática de sanções, e um maior controlo da UE em relação às políticas económicas nacionais. Este pacote tem profundas implicações políticas (perdas de soberania), económicas (torna mais difícil o recurso a políticas nacionais para impulsionar o desenvolvimento), sociais (maior pressão sobre a despesa social) e laborais (pressão sobre os custos laborais e sobre a legislação de trabalho a pretexto do reforço da competitividade).

As medidas tomadas no sentido de prevenir crises da dívida mostraram-se ineficazes, como a criação em 2010 do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira. A sua inadequação, aliada à lógica da austeridade, conduziu a recessões nos países mais afectados pela crise e à deterioração do crescimento a nível global na UE, com perspectivas de nova recessão em 2012. Estes factores foram agravados pela pressão dos mercados financeiros e, em particular, pela acção das agências de notação financeira. A crise acentuou-se em meados de 2011 e, nas várias Cimeiras Europeias, não houve capacidade e muito menos vontade política para a resolver.

No final deste ano (2011) a zona euro encontra-se em sério risco de colapso e quer a situação de incerteza gerada, quer o possível colapso contribuem para colocam colocar o nosso país numa situação muito delicada.

A Europa Social foi posta em causa, sobretudo pela aplicação de programas de austeridade que visaram a redução da despesa social. Não foi, porém, este, o único factor. A Europa tornou-se menos social em resultado: do aumento da concorrência social, em consequência de decisões do Tribunal Europeu de Justiça, que fazem prevalecer as liberdades económicas em relação a direitos dos trabalhadores; da pressão, impulsionada pela Comissão, de aumentar a idade legal de reforma; da diminuição da protecção no emprego (flexigurança) e da maior precariedade.

Os trabalhadores reagiram com protestos e greves, incluindo greves gerais, com destaque quer para as lutas desenvolvidas ao nível de países (como a Grécia, Espanha, França, Portugal, Bélgica e Itália) quer para manifestações europeias promovidas pela CES e nas quais a CGTP-IN participou.

1.3. A situação nacional: da recessão em 2009 ao programa da troika e ao Governo da direita

No decurso deste período (Fev. 2008 a Jan. 2012) a situação nacional foi progressivamente dominada pela crise económica profunda e integrada numa crise política e social – que afectou todos os domínios.

No plano político, sucederam-se três governos. O primeiro **Governo do Partido Socialista** (2005-2009) foi seguido por um executivo socialista minoritário (eleições legislativas de Set. 2009), o que reflectiu o seu desgaste face a medidas antipopulares. Veio a demitir-se (Março de 2011) com a rejeição pelo PSD de um novo pacote de austeridade, já no contexto da presente crise da dívida soberana. Após a realização de eleições legislativas (Junho) e a formação de um governo PSD/CDS-PP, criou-se uma situação nova no país. A direita passou a controlar o poder legislativo e executivo. Cavaco Silva foi reeleito como Presidente da República (Jan. 2011). O PSD foi dominado pela sua corrente mais liberal, na sequência da colocação de Passos Coelho na sua liderança (Março de 2010).

A crise económica (com aquelas características) dominou todo o período decorrido desde o XI Congresso. Numa fase inicial (2008-2009), somaram-se aos problemas internos (crescimento económico débil desde o início da década) as consequências da grande recessão global. As medidas de resposta à crise, no contexto do plano aprovado na UE no final de 2008, tendo embora, no imediato, aliviado alguns dos seus efeitos, não impediram uma forte recessão, o

agravamento do desemprego e, nalgumas actividades, com destaque para o sector automóvel, o forte aumento dos trabalhadores com contratos de trabalho suspensos ("lay-offs").

As medidas de apoio foram dirigidas sobretudo às empresas (apoios ao automóvel, aos têxteis, a alguns grandes grupos económicos e pontualmente a PME's), o que, em conjugação com uma forte evasão fiscal, contribuiu para a deterioração das contas públicas.

Realce-se que as chamadas medidas de combate à crise se centraram, desde o início, no apoio ao sector financeiro e à transferência de buracos resultantes de situações de gestão fraudulenta e roubo (privados) para dívida do Estado, com situações escandalosas como os custos da privatização do BPN e outras. Também foram favorecidos os accionistas de grandes grupos económicos, nomeadamente, de monopólios de prestação de serviços aos portugueses. Entretanto, os accionistas e os "grandes" gestores do sector financeiro e destes grupos continuaram a usufruir de grandes lucros e remunerações e, muitos deles, a usar os paraísos fiscais para não pagar impostos em Portugal.

Criando "cortinas de fumo" e usando desinformação, os poderes político e económico criaram nos portugueses e portuguesas a ideia (mentirosa) que só o Estado se endividou (para pagar pensões ou subsídios de desemprego, ou para garantir direitos sociais e pagar salários aos trabalhadores da Administração Pública) e a maldosa noção de que todos os portugueses viveram acima das suas possibilidades e daquilo a que tinham direito.

A segunda fase (do início de 2010 até hoje) corresponde ao início e aprofundamento da crise da dívida na Europa, desencadeada no Outono de 2009 na Grécia (ver 1.2). Durante 2010 foram aprovados sucessivos programas de austeridade (o primeiro em Março), que agravaram as condições de vida da maioria da população e que, no plano político, vieram a culminar na rejeição do PEC III (programa de estabilidade e crescimento) na Assembleia da República, conduzindo à queda do Governo de José Sócrates e à marcação de eleições antecipadas (5 de Junho de 2011), donde resultou o **Governo da direita PSD/CDS**.

Foi neste contexto que Portugal pediu ajuda externa (Abril) e foi estabelecido um "empréstimo" ao país (Maio). Na sua origem estão, entre outros, programas de austeridade que não resolveram antes pioraram os problemas; as exigências das autoridades europeias de sempre mais cortes nas despesas; a chantagem dos mercados financeiros, em particular das agências de notação financeira; um processo especulativo que se deslocou para os títulos da dívida pública; a chantagem dos bancos nacionais que declararam não financiar mais o Estado.

A CGTP-IN teve uma intervenção activa que se não limitou a denunciar os responsáveis pelo desastre, tendo apresentado medidas alternativas destinadas a conciliar a redução do défice público com o crescimento económico e com maior justiça social e fiscal.

O Memorando de Entendimento é um programa de violentos cortes nos direitos e condições de vida dos trabalhadores, ao povo e ao país. É socialmente injusto, nomeadamente, porque penaliza classes e grupos sociais sem responsabilidade na crise, e economicamente contraproducente, pois a recessão agrava a dívida. Esse Memorando, subscrito em Maio, foi actualizado no final do ano com mais medidas gravosas, sobretudo das que se inscrevem no Orçamento de Estado para 2012.

Os trabalhadores foram particularmente atingidos: desemprego, corte de salários, redução das prestações, etc. A Iniciativa para a Competitividade e o Emprego (dez. 2010), ao inserir a facilitação dos despedimentos por via da redução das indemnizações e um novo ataque ao direito de contratação colectiva, abriu o caminho para novas e mais graves derivas, como as que constam do Memorando de Entendimento. Pretendem, objectivamente, facilitar mais os despedimentos (novos cortes nas indemnizações e mais motivos de despedimento); aumentar a duração do tempo de trabalho (em mais meia hora por dia) a título gratuito e reduzir dias de férias e feriados; acentuar a ofensiva contra o direito de contratação colectiva e os salários e dificultar a emissão da extensão dos contratos colectivos.

Se os direitos dos trabalhadores foram mais atacados na fase final deste período na vigência da governação de direita, não deixa de ser verdade que, no tempo decorrido entre os Congressos,

prevaleceu, com poucas excepções, da parte dos governos e patronato, políticas anti-laborais. A revisão do Código de Trabalho assinalou negativamente todo o ano de 2008, sobretudo pelo aprofundamento do ataque à contratação colectiva, com relevo para a caducidade das convenções colectivas e o princípio da adesão individual dos trabalhadores não sindicalizados a convenções colectivas.

Os direitos dos trabalhadores não foram postos em causa apenas no sector privado, o mesmo acontecendo na Administração Pública com as mudanças legislativas, quer no que respeita aos direitos individuais quer aos direitos colectivos (legislação sobre vínculos, carreiras, contrato de trabalho em funções públicas, etc.). A diminuição do poder de compra foi mais violenta e directa na Administração Pública, devido a medidas de congelamentos ou cortes salariais em 2010 e 2011.

A segurança social foi enfraquecida ao longo do período. O regime do subsídio de desemprego foi revisto para pior (Junho de 2010) e alteraram-se as condições de acesso às prestações sociais não contributivas (idem), o que causou uma forte quebra no número de beneficiários. Com o Memorando de Entendimento e com o programa do Governo da direita do PSD-CDS abriu-se uma fase nova no ataque ao direito de segurança social a favor de concepções assistencialistas, de esmola pública.

Por outro lado decorrem desses compromissos/interpretações submissas ao *Memorando*, as políticas em curso que põem em causa direitos à saúde, ao ensino, bem como outros direitos sociais fundamentais.

E de forma criminosa, tentam que a juventude se renda à inevitabilidade de viver pior que os seus pais ou avós e, em nome da interpretação do *Memorando*, erigido em “interesse do Estado”, chegam ao descaramento de os incentivar à emigração.

No final deste período, temos assim uma situação muito complexa com riscos de rupturas diversas na sociedade.

Não foram vencidos problemas estruturais da nossa economia, como a ultrapassagem dum modelo baseado em baixos salários e em produções de baixo conteúdo tecnológico. A desindustrialização acentuou-se, houve perdas de competitividade e o défice da balança corrente manteve-se em níveis insustentáveis. O resultado foi um baixo crescimento económico, mais desemprego e menor nível de vida.

No plano laboral, os recuos consumados com o Código de Trabalho, o enfraquecimento da contratação colectiva, o aumento da precariedade e imposição de normas de trabalho mais flexíveis tornam os trabalhadores mais desprotegidos face ao empregador.

Nas políticas sociais, o enfraquecimento de direitos de Segurança Social, particularmente dos desempregados e dos beneficiários de prestações sociais não contributivas e a imposição de uma política populista “de protecção aos pobrezinhos”, em substituição da garantia, com carácter universalista, dos direitos sociais fundamentais, empobrece aceleradamente a sociedade e tolhe as possibilidades do seu desenvolvimento.

Os efeitos convergentes destas políticas económicas, laborais e sociais agravam a informalidade na economia e no trabalho, num contexto em que a economia clandestina tinha já uma dimensão perigosa.

Neste contexto, a aplicação de programas de austeridade, agravadas pela acção do Governo da direita (e com um PSD com uma orientação liberal) gera uma situação perigosa porque, a austeridade, ao gerar recessão, conduz a mais austeridade num ciclo destrutivo para o tecido económico e social. O XII Congresso vai pois realizar-se numa situação qualitativamente nova, pelo que é necessário prosseguir e intensificar a luta contra a política de direita e a enorme ofensiva patronal, por uma mudança de rumo política, económica e social, que corresponda às necessidades e anseios dos trabalhadores, do povo e do país.

1.4. A intervenção Sindical e a Luta dos Trabalhadores e das Trabalhadoras

Face à evolução da situação política, económica e social, os trabalhadores responderam, de forma determinada, com um significativo aumento de contestação social a aspectos fundamentais das políticas dos governos, de combate à actuação antidemocrática e oportunista de grande parte do patronato, agindo em defesa de legítimos e fundamentais direitos laborais e sociais que são estruturantes da democracia.

A CGTP-IN, com os seus sindicatos, os seus milhares de activistas e dirigentes sindicais, assumiu um papel determinante ao conduzir um conjunto de poderosas lutas sindicais a nível das empresas, dos sectores, das regiões e no plano nacional, em que participaram, de forma determinada, centenas e centenas de milhar de trabalhadores. A par desta acção, estabeleceu contactos e reflexões frequentes com os diversos órgãos do poder, com forças políticas, com inúmeras instituições, designadamente, com organizações e movimentos sociais, donde resultou, não apenas a sensibilização e apoio às suas propostas, mas também o surgimento de posicionamentos potenciadores de importantes e indispensáveis alianças sociais. São de destacar as duas greves gerais (Nov. de 2010 e Nov. de 2011) pelo seu significado, enquanto acções maiores de uma luta contra a política de austeridade e da afirmação pela construção de caminhos alternativos para o país, pela adesão verificada nos locais de trabalho dos sectores público e privado, pela imensa participação nas manifestações e concentrações (34 por todo o país) realizadas no mesmo dia, no caso da greve geral do passado dia 24 de Novembro 2011, e pelo apoio expresso pela opinião pública e por sectores políticos e académicos quer a objectivos centrais da greve geral, quer à determinação e formas de luta dos trabalhadores. Das inúmeras acções de massa que a CGTP-IN desenvolveu, a todos os níveis da estrutura, e num extraordinário trabalho de organização, esclarecimento, mobilização e realização de lutas diversificadas – greves, concentrações, manifestações, etc., ao nível dos locais de trabalho, sectores, regiões e nacionais, importa salientar: em 2011, realização de lutas diversificadas e concentrações distritais, na semana de 24 a 29 de Janeiro, “Contra a precariedade e o desemprego – é hora de mudar! + emprego, salários, direitos” para dar continuidade ao protesto dos trabalhadores contra as políticas anti-sociais do Governo e exigir melhores condições de vida e de trabalho; Grande Manifestação Nacional dos trabalhadores dos sectores público e privado, dos jovens e reformados, no dia 19 de Março, em Lisboa, “Dia Nacional de indignação e protesto” contra as injustiças e as desigualdades, pela mudança de políticas; a Grande Manifestação Nacional da Juventude Trabalhadora, no dia 1 de Abril, em Lisboa, assinalando o Dia Nacional da Juventude, sob o lema “Em Luta! Queremos Trabalho! Exigimos Direitos”; a Manifestação de 19 de Maio, “Contra a ingerência da U.E. e do FMI”; Jornada Nacional de Esclarecimento e Mobilização, de 11 a 16 de Julho, designada “Semana de acção, de protesto e de proposta” com acções diversificadas em todo o país, para denunciar os objectivos do Governo, divulgar as propostas da CGTP-IN para o país e reclamar novas políticas e um novo rumo para Portugal; Acção Pública na A.R. no dia 31 de Agosto, para entrega dos pareceres relativos à proposta de lei nº 2/XII (redução das indemnizações por despedimento); iniciativa contra as privatizações, no dia 22 de Setembro, em Lisboa, que envolveu trabalhadores, activistas sindicais e membros de comissões de trabalhadores e camadas da população; no dia 1 de Outubro, data do 41º aniversário da CGTP-IN, foi comemorado com um grande Dia de Luta, através de duas Concentrações/Manifestações em Lisboa e Porto, “Contra o empobrecimento e as injustiças – Emprego, Salários, Pensões e Direitos Sociais”; Semana de Luta Nacional, de 20 a 27 de Outubro, com greves, paralisações e acções de rua, contra o desemprego, a destruição dos direitos laborais e o roubo dos salários, pela defesa dos postos de trabalho e aumento dos salários; Concentração na A.R. no dia 30 de Novembro, para protestar contra o Orçamento de Estado aprovado nesse dia pelos partidos que suportam o Governo (PSD e CDS) e o apoio do PS; Semana de Protesto e Acção contra o aumento do horário de trabalho e o trabalho forçado; pelo emprego, salários e direitos, que envolveu trabalhadores de todo o país, dos sectores público e privado, de 12 a 17 de Dezembro.

Em 2010, Acção Nacional Descentralizada, que decorreu de Janeiro a Março, sob o lema “Contra a precariedade e o desemprego – É Hora de Mudar! + Emprego, Salários, Direitos”, consubstanciada na realização de um conjunto de lutas sectoriais, distritais e de empresa, tendo como objectivo a resposta aos problemas e reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores; dezenas de outras manifestações tiveram lugar no Continente e nas Regiões Autónomas, destacando-se no dia 26 de Março a Manifestação da Juventude Trabalhadora, para a A.R, sob o lema “Geração com Direitos – Garantia de Futuro – Lutamos pela Estabilidade do Emprego – Salários e Horários Dignos”; Grande Manifestação Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública, do Sector Privado e das camadas da população vítimas de políticas injustas, realizada em 29 de Maio, para exigir “Um Novo Rumo, com a Luta de quem Trabalha”; Dia Nacional de Protesto e Luta, a 8 de Julho, “Contra o desemprego e a precariedade” com greves, paralisações de trabalho e manifestações na rua, teve também uma grande expressão de massas em todos os distritos do país; Grande Jornada de Luta – pelo Emprego, Salários, Serviços Públicos; contra o desemprego e as injustiças – efectuada em 29 de Setembro, integrada na luta europeia convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos (Dia Europeu de Acção), mas com os objectivos próprios da luta nacional, com realização de greves e paralisações dos sectores privado e público e duas grandes concentrações de trabalhadores em Lisboa e Porto.

Em 2009, Grande Manifestação Nacional de 13 de Março de 2009, em Lisboa, que sob o lema “Mudar de Rumo, Mais Emprego, Salários e Direitos”, fez convergir os trabalhadores do sector privado e da Administração Pública, numa extraordinária demonstração de força do movimento sindical para continuar a luta em defesa dos direitos sociais dos trabalhadores; Tribunais Públicas realizadas em vários Distritos, sob o lema “Mudar de Rumo: Emprego com Direitos”, de 2 a 8 de Abril; iniciativas realizadas em empresas (plenários de trabalhadores) e diversas localidades, na semana de 3 a 8 de Outubro, inseridas no âmbito da Jornada Mundial pelo Trabalho Digno convocada pela CSI.

Em 2008, a Jornada de Aviso Geral, com Manifestações no Porto e em Lisboa, em 16 e 17 de Abril, respectivamente, contra a revisão do código do trabalho e das leis laborais na administração pública, por mais salários e contra a precariedade; Manifestação Nacional em Lisboa, no dia 5 de Junho, “Não a esta revisão das leis laborais! Vida e trabalho digno para todos”; Acção Geral de Protesto e Luta, no dia 28 de Junho, com concentrações em diversas localidades do país, pelo aumento dos salários e das pensões, contra a revisão das leis laborais e a carestia de vida; Cordão Humano, efectuada no dia 10 de Setembro, entre a sede da CGTP-IN e a A.R., para entrega dos pareceres sobre a revisão das leis laborais (proposta de lei nº 216/X que revê o código do trabalho); o dia nacional de luta de 1 de Outubro, por “Melhores salários, emprego sem precariedade, contra a alteração das leis laborais”; realização de Tribunais Públicas na semana de 6 a 10 de Outubro, em vários Distritos do país, inseridas no âmbito da Jornada Mundial pelo Trabalho Digno, convocada pela Confederação Sindical Internacional (CSI); o desfile nacional de dirigentes e activistas sindicais, junto da Assembleia da República, a 6 de Novembro, (aquando da votação do Código de Trabalho).

As comemorações do 25 de Abril e 1º de Maio, foram realizadas sempre numa perspectiva de luta, pela defesa dos ideais e direitos que aquelas datas simbolizam e, por isso, constituíram momentos altos da mobilização dos trabalhadores dos sectores privado e público, para afirmarem o seu descontentamento, indignação e protesto face à injustiça das políticas seguidas e num apoio inequívoco às reivindicações e propostas da CGTP-IN.

Particular destaque é justificado relativamente às duas extraordinárias Greves Gerais, realizadas em 24 de Novembro de 2010 e, na mesma data, em 2011. A greve geral de 2010 culminou um ano de intensas lutas, constituindo um grande êxito, não apenas porque nela estiveram envolvidos mais de 3 milhões de trabalhadores, mas sobretudo porque a partir desta grandiosa acção de massas foram potenciadas futuras movimentações políticas e sociais, que haveriam de conduzir à demissão do Governo do PS/Sócrates. Quanto à greve geral de 2011, convocada contra o pacto de agressão do Governo PSD/CDS, em defesa do sector produtivo, da valorização do trabalho, pela construção do futuro com direitos, pela defesa da Democracia e

salvaguarda da Soberania Nacional, a extraordinária adesão dos trabalhadores superou a greve geral do ano passado em número de trabalhadores e de empresas totalmente paralisadas. Obteve adesões excepcionais em todo o país, seja no Continente seja nas Regiões Autónomas; abrangeu todos os sectores da administração pública central, regional e local e a generalidade das actividades do sector privado; foi transversal a homens e mulheres, aos jovens, aos trabalhadores com vínculo efectivo e com vínculo precário, ficando para sempre assinalada como um marco notável dos trabalhadores portugueses em defesa dos direitos e condições de vida dignas para o presente, mas também para o futuro das novas gerações.

Apesar das chantagens e arbitrariedades de algumas entidades patronais e o Governo ter recorrido a meios ilegais para tentar impedir os trabalhadores de exercerem o direito de greve, nomeadamente através dos denominados “serviços mínimos” nas empresas de transportes, esta alcançou pleno êxito em todas as suas dimensões. Nem a utilização das forças de segurança, visando criar um clima de intimidação e impedir a presença e acção dos piquetes de greve em algumas empresas, o que revela a natureza autoritária e repressiva do actual Governo do PSD-CDS, fez recuar os trabalhadores perante tais práticas antidemocráticas. Regista-se, por outro lado, a forma como os trabalhadores e outras camadas da população responderam com entusiasmo à decisão da CGTP-IN de convocar concentrações e manifestações, em 35 distritos e localidades de todo o País, do Continente e das Regiões Autónomas. Sendo o objectivo destas iniciativas dar visibilidade à greve geral, mostrando nas ruas a força organizada dos trabalhadores em luta, muitas dezenas de milhares de trabalhadores compareceram nestas acções espalhadas por todo o País, a que se juntaram desempregados, reformados e estudantes, mostrando a todo o país a grandiosidade da luta que neste dia foi realizada, ao mesmo tempo que possibilitou redobrar a denúncia e o protesto, reafirmar as propostas da CGTP-IN e alargar a compreensão e disponibilidade para as lutas futuras

O balanço efectuado da magnífica participação dos trabalhadores nas greves gerais mostra que o movimento sindical realizou importantes avanços qualitativos no plano da organização, da unidade e da solidariedade entre os trabalhadores. Estas lutas, no seguimento das anteriores, deram importantes indicações de que com coragem, firmeza e determinação é possível prosseguir a luta de massas, alcançar os nossos objectivos e abrir um novo caminho de Futuro para Portugal.

No quadro da revisão do Código de Trabalho, a CGTP-IN desenvolveu um trabalho intenso, cujo processo dominou todo o ano de 2008. A CGTP-IN visou não apenas impedir a redução dos direitos, mas também corrigir os aspectos mais gravosos do Código de Trabalho de 2003, sobretudo no que respeita à contratação colectiva, bem como consagrar a melhoria dos direitos dos trabalhadores na lei. Embora os objectivos propostos não tenham sido atingidos, a CGTP-IN viu a sua argumentação reforçar-se na sociedade, engrossando a resistência necessária para o futuro. E, apesar de não impedir uma revisão gravosa do Código: foi pedida a fiscalização da constitucionalidade de algumas dessas normas por partidos políticos e por alguns deputados; sendo declarada inconstitucional a norma do período experimental de 180 dias para os trabalhadores indiferenciados.

Perante este cenário, em 2008, a intervenção sindical foi abrangente envolvendo: para além da participação na concertação social; a realização de acções de protesto supra mencionadas (5 de Junho, 1 de Outubro, 6 de Novembro); a acção legal, tendo sido apresentadas duas queixas na OIT por violação da convenção nº 87 sobre a liberdade sindical e a protecção do direito sindical; a pressão para que normas gravosas fossem sujeitas à apreciação da sua constitucionalidade.

Toda esta ampla e rica intervenção sindical, desenvolvida num contexto político, económico e social muito difícil, colocou e coloca ao movimento sindical a necessidade de constante e aprofundada análise sobre a definição das suas propostas, reivindicações e objectivos imediatos e estratégicos, bem como a condução eficaz de cada luta.

No plano sectorial são de salientar a acção na contratação colectiva, abrangendo igualmente empresas, e a Administração Pública. Apesar de mais difícil, os sindicatos não deixaram de exercer o direito de contratação colectiva e de obter pela negociação, pela mobilização e pela

luta aumentos de salários e melhorias nas convenções. No plano salarial há igualmente a sublinhar a luta pelo aumento do salário mínimo, exigindo a aplicação integral do Acordo estabelecido em 2006, o que apenas não foi conseguido em 2011.

Na Administração Pública houve uma intervenção intensa tendo em conta a resposta às medidas restritivas impostas no domínio salarial, nas carreiras profissionais, no emprego, na Segurança Social e na negociação colectiva. Esta intervenção, por vezes difícil e com novos e complexos desafios à capacidade de contacto com os trabalhadores e acção e aos objectivos estratégicos dos sindicatos do sector, foi articulada com a defesa de serviços públicos de qualidade, sendo de referir o importante Encontro sobre Estado, Administração Pública e Direitos Sociais, realizada em Lisboa, em 3 de Nov. de 2011. Em toda esta acção estiveram envolvidos trabalhadores no âmbito da administração central, regional e local e em grupos profissionais, com destaque nestes para as grandes manifestações realizadas pelos professores (Março e Novembro de 2008). O acordo alcançado neste sector (Jan. 2010) sobre a avaliação traduz um resultado positivo das lutas efectuadas, embora transitório e com contradições face à actual situação política.

No plano das empresas, onde não param de aumentar as dificuldades de desenvolvimento da actividade sindical, o trabalho sindical teve uma forte incidência na melhoria dos salários e das condições de trabalho, na salvaguarda do emprego e na passagem a efectivos de trabalhadores com vínculos precários, bem como nas tarefas de organização.

A CGTP-IN teve uma intervenção muito activa na apresentação de propostas, de reivindicações, na realização de iniciativas de carácter muito diverso (incluindo uma petição sobre o fim dos paraísos fiscais) direccionadas para novas políticas, debates especializados com a participação de destacados juristas, economistas, personalidades da vida social e política de várias áreas, e encabeçou fortes protestos sociais. São ainda de destacar nas iniciativas levadas a cabo, a V Conferência sobre a Igualdade entre Mulheres e Homens (Maio de 2009) e a Conferência sobre Diálogo Social e a Negociação Colectiva (Setembro 2009).

Ficou reconfirmado que os sindicatos e o sindicalismo, com as suas propostas e a sua acção, continuarão a ser uma fonte de esperança e de confiança, obreiros indispensáveis da resistência ao neoliberalismo e às violências da crise e das contradições insanáveis do capitalismo, de defesa da democracia, de construção de políticas e caminhos alternativos.

Os sindicatos são um importante instrumento de todos os trabalhadores e trabalhadoras e, em particular, dos mais jovens, para a transformação social, para a construção de um futuro melhor com mais progresso e justiça social.

2. BLOQUEIOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

2.1. No Desenvolvimento Económico

A CGTP-IN teve uma preocupação constante de articulação das reivindicações laborais e sociais com a defesa do desenvolvimento económico, social e ambientalmente sustentável. Podem distinguir-se três fases na evolução económica, as quais balizaram a intervenção sindical.

A primeira corresponde ao período entre 2008 e o fim de 2009. O país acumulou nesta fase as consequências de políticas que prolongaram a tendência de baixo crescimento ou estagnação económica, que remonta ao início da década e se traduziu num elevado desemprego, com o impacto da crise global de 2008-2009. O Governo começou por negar a crise económica, a exemplo do que sucedeu ao nível da UE, e só interveio no final de 2009 com medidas que se dirigiram sobretudo às empresas (como foi o caso do plano de apoio ao sector automóvel em Dezembro de 2008). Destacam-se as irregularidades no sistema bancário (casos do BPP, nacionalização do BPN, fraudes no BCP) que acabaram por ser suportadas com o dinheiro dos contribuintes.

Em 2009, a situação económica degradou-se, o desemprego agravou-se e dispararam os processos de suspensão de contratos de trabalho, sobretudo em empresas da indústria automóvel. A CGTP-IN entrevistou com acções de massas e com propostas para responder aos

problemas económicos e sociais sendo de realçar: a apresentação de uma proposta para minorar os custos dos encargos com os empréstimos á habitação para as famílias de menores rendimentos (Julho de 2008); a apresentação de propostas na concertação social no âmbito das medidas de combate à crise; o lançamento de uma petição sobre o fim dos paraísos fiscais (Junho de 2009); a intervenção a nível dos sectores e de empresas, em particular das empresas com processos de suspensão de contratos de trabalho; a exigência do alargamento das medidas de apoio aos desempregados.

A segunda fase corresponde ao início da crise da dívida soberana, no período decorrido até ao pedido de intervenção externa (início de 2010 a Abril de 2011). Este período foi marcado pelos Programas de Estabilidade e de Crescimento com pacotes de austeridade sucessivos entre Março de 2010 e Março de 2011. A CGTP-IN denunciou estes programas por serem profundamente injustos, fazendo recair o grosso dos sacrifícios sobre os trabalhadores, os pensionistas e os grupos sociais mais desfavorecidos, como os beneficiários de prestações sociais não contributivas. Aliou essa denúncia com a apresentação de propostas para superar a crise. Desde o início (PEC de Março de 2010) definiu três eixos principais: a conciliação entre uma redução realista do défice público com o desenvolvimento e o crescimento sustentável, fixando prazos suficientemente amplos; o corte de despesas desnecessárias, a eliminação de desperdícios e a adequada utilização de recursos públicos; o aumento das receitas do Estado através da redução do nível da fraude e de evasão fiscal e contributiva e de mais justiça fiscal, através de uma tributação mais progressiva.

A CGTP-IN defendeu que os apoios aos desempregados e às famílias no contexto das medidas de combate à recessão de 2008-2009 deviam ser mantidos pois a crise não tinha terminado no país; contestou a política de mais privatizações alertando para a perda de instrumentos necessários a uma política de desenvolvimento económico; defendeu a melhoria do poder de compra dos salários e das pensões para dinamizar a procura interna, criar empregos e desenvolver o país.

Esta fase culminou na demissão do Governo socialista, no pedido de ajuda externa e na convocação de eleições antecipadas. A CGTP-IN apresentou uma proposta alternativa, em que defendeu nomeadamente a redução da dívida num prazo longo, denunciou uma “ajuda” que beneficia os credores (que se financiam a juros irrisórios e emprestam a juros altos) e alertou contra o risco de rupturas sociais.

O período que se iniciou com o Governo de direita prolongou e agravou a política de austeridade, a qual está a mergulhar o país na pior crise vivida desde o 25 de Abril. O Programa e a acção governativa do Governo PSD-CDS/PP integrou, completou e aprofundou o Acordo com a troika: reforço da austeridade, forte ataque aos direitos dos trabalhadores, subversão da segurança social, profunda transformação do Estado e das suas funções nas esferas social e económica. O país denunciou o sério risco da entrada do país num ciclo destrutivo de austeridade, recessão, deterioração orçamental e maior austeridade e exigiu uma renegociação do acordo com a troika, insistindo no alargamento do prazo para a redução do défice público, na redução da taxa de juro cobrada e em medidas de estímulo à economia.

2.2. A Estrutura do Estado, os Serviços Públicos e a Administração Pública

Num a altura em que os serviços públicos e a administração pública estão a ser alvo de uma ofensiva sem precedentes, a CGTP-IN juntamente com as estruturas sindicais da Administração Pública desenvolveu uma acção de mobilização de massas e denúncia junto da opinião pública das opções dos governos PS e, na fase actual, do governo PSD\CDS-PP. Foi neste quadro que se realizou em 3 de Novembro de 2011, a Conferência sobre Serviços Públicos, na qual se apontou para a necessidade de salvaguarda das Funções Sociais e dos Serviços Públicos. A importância de Funções Sociais e Serviços Públicos de acesso universal, gratuitos e de qualidade, prestados pelo Estado e por trabalhadores ao seu serviço, com vínculos estáveis que garantam a independência e o cumprimento dos objectivos para os quais foram criados, de servir e garantir

aos trabalhadores e a toda a população o acesso à Saúde, à Educação, à Protecção Social, à Justiça e, entre outros, de um Poder Local de proximidade com, são princípios para os quais a acção da CGTP-IN se direcciona.

O processo de degradação e ataque aos Serviços Públicos e à Administração Pública intensificado ao longo dos últimos anos, assume uma nova dimensão com a assinatura do chamado “Memorando de Entendimento” que assenta numa redução brutal das despesas do Estado com implicações directas para os trabalhadores do Estado, para os utentes e para o país, e visa transformar direitos sociais em negócio dos detentores dos grandes grupos económicos e financeiros. A concretizarem-se tais medidas, conjuntamente com as restantes opções políticas do actual governo, estaríamos perante uma reconfiguração do Estado que o colocaria em definitivo como instrumento vocacionado em exclusivo para garantir o poder dos grandes grupos económicos e financeiros, afastando da esfera publica a provisão de quaisquer bens e serviços, pondo em causa as principais conquistas de Abril. Seria um Estado mínimo para os trabalhadores e generalidade da população e um Estado máximo para a protecção do capital e de quem o detém, ou seja, a população mais rica.

Para além da extinção de serviços, do encerramento de escolas, da retirada, redução e/ou encerramento de unidades de saúde, os últimos quatro anos foram marcados pela aplicação do PRACE (agora denominado PREMAC), da Lei de Vínculos Carreiras e Remunerações e do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, que vieram degradar ainda mais as condições de trabalho, introduziram a instabilidade e desregulamentação de horários e aceleraram as condições para os despedimentos e redução de efectivos no Estado. Os trabalhadores da Administração Pública foram alvo de uma acentuada redução do poder de compra, quer pelo corte dos salários, quer pelo seu congelamento (conforme o vencimento auferido) que, se situou entre 8% e 15% ao longo dos últimos dez anos.

Ao nível da Administração Local, está em curso um programa que visa reconfigurar toda a estrutura do poder local, com a intenção de reduzir Freguesias e Autarquias, a par do seu estrangulamento financeiro, ao mesmo tempo que são transferidas mais responsabilidades para a esfera local.

Entre as inúmeras acções desenvolvidas pela CGTP-IN e pelas Federações e Sindicatos que representam os trabalhadores da Administração Pública, destacam-se a participação nas Greves Gerais de 24 de Novembro de 2010 e 2011, bem como nas acções de Greve de toda a Administração Pública e nas paralisações sectoriais; a mobilização para as Manifestações nacionais, bem como para as desenvolvidas pela Administração Pública e suas estruturas sindicais ao nível geral e sectorial, onde se destaca: em 2008 – Março – Manifestação Nacional de Professores, do STAL e a Greve na Administração Pública; Agosto – Manifestação Nacional de Professores; em 2009 – Janeiro – Greve dos Professores; Maio – manifestação Nacional de Enfermeiros; em 2010 – Fevereiro – Manifestação da Administração Pública; Março e Junho – Greve da Administração Pública; em 2011 – Dezembro – Manifestação da Administração Pública.

A intenção de continuar o processo de privatização das mais importantes e rentáveis empresas do Estado, que se destacam pela prestação de Serviços Públicos fundamentais, desde os transportes, à informação e, entre outros, na área da energia, para além de se revelar desastrosa no plano financeiro, perigosa no plano político pelo crescente domínio dos grandes grupos económicos e financeiros, tem repercussões sociais graves para os trabalhadores e generalidade da população. A luta pela manutenção das principais empresas na esfera do Estado realizou-se com os sindicatos dos diferentes sectores abrangidos na intenção de privatização, bem como das comissões de trabalhadores, quer ao nível das empresas, quer juntando comissões e movimentos de utentes na defesa dos Serviços Públicos. As acções de protesto passaram pela mobilização para as Greves Gerias e paralisações sectoriais, onde se destaca as semanas de Luta no sector dos transportes e a Manifestação, em Novembro de 2011 dos trabalhadores deste sector; realização de tribunas públicas de denuncia e proposta para o conjunto do SEE e cada uma das

empresas que nele se incorporam; pela realização de uma petição que juntou mais de 12 mil assinaturas contra as privatizações, pelo reforço da intervenção do Estado nos sectores estratégicos da economia nacional, entregue na AR em Dezembro de 2011.

2.3. O Regional

Neste período 2008-2011 acentuou-se a tendência, que já se vinha sentindo anteriormente, de perda de população nas regiões mais deprimidas, evolução que não se pode dissociar do aprofundamento das assimetrias regionais, do encerramento de empresas e até do fecho de serviços públicos levado a cabo pelo governo PS/Sócrates.

No sentido de dar melhor resposta aos problemas regionais, a CGTP-IN aprofundou o apoio às Uniões Distritais, prosseguindo com o envio de dados e análise relativa ao desemprego registado por concelho, mas também prestando apoio técnico na elaboração de documentos de caracterização sócio-económica regional, usados quer nos congressos das uniões, quer em iniciativas descentralizadas de enfoque regional como foram a Tribuna sobre o Trabalho Digno em 2008 e a Tribuna “Mudar de rumo. Emprego com direitos” em 2009.

Prossseguiu-se a participação nos Conselhos Consultivos Regionais do IEFP e nos Conselhos Regionais das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e ainda nos órgãos de acompanhamento do QREN, designadamente nas comissões de aconselhamento estratégico e nas comissões de acompanhamento dos programas operacionais temáticos e nos programas operacionais regionais.

Constatou-se que a maioria dos fundos comunitários de que o país dispõe até 2013 não está a ser usada pelas regiões que mais deles necessitam. O peso das verbas atribuídas ao interior do país no total dos projectos aprovados por programa operacional é baixo, o mesmo acontecendo com o PIDDAC, programa que tem como objectivo combater as assimetrias regionais, mas que tem vindo a sofrer cortes significativos por parte dos últimos governos.

Nesses organismos chamámos a atenção para várias questões relacionadas com a execução do QREN. Até 31 de Março de 2011, não tinham sido utilizados 7.071 milhões € dos fundos comunitários disponíveis até essa data (utilização de apenas 44,8% do programado). Isto verifica-se em todos os programas, incluindo o Programa Operacional Valorização do Território (38%) e nos regionais (entre 17% e 65%). A causa mais importante é a falta de meios financeiros dos beneficiários públicos e privados para suportar a sua parte na despesa total. Só o POPH onde o financiamento é a 100% a execução é mais elevada (62%).

Temos referido a falta de dados para avaliar os resultados dos diferentes programas: impacto da formação; repercussões no emprego, nas carreiras profissionais, no aumento da produtividade ou competitividade das empresas; número de postos de trabalho em projectos de investimento; alterações no perfil produtivo para bens de intensidade tecnológica alta ou média-alta; contribuição para a substituição das importações e redução do défice externo.

Denunciámos que os apoios têm sido canalizados fundamentalmente para as empresas exportadoras, mas que a eficácia tem sido reduzida, não conseguindo alterar o perfil de intensidade tecnológica das exportações.

Para melhor articular a nossa acção em torno do QREN, realizaram-se várias reuniões com os representantes da CGTP-IN nos órgãos de acompanhamento, e ainda encontros com as Federações, Sindicatos de âmbito nacional e Uniões, com vista à dinamização de uma estratégia reivindicativa junto do Ministério da Economia para dar resposta a problemas do sector produtivo e do emprego, em diversas regiões do país, e exigir uma reorientação das verbas do QREN, priorizando a reindustrialização e a dinamização da economia.

Ainda no âmbito da defesa do emprego e em articulação com algumas uniões distritais, foram apresentados planos especiais (Operações Integradas de Desenvolvimento) para dar resposta a problemas sociais, particularmente, nas zonas mais marcadas pela degradação económica e social.

2.4. O Desenvolvimento Sustentável

Na área do meio ambiente, a CGTP-IN esteve representada em vários eventos e actividades em participação e cooperação ao plano nacional e internacional ou tomando iniciativas próprias no sentido da formação de activistas e quadros sindicais para um maior aprofundamento temático e activo.

2.4.1. O Meio-Ambiente

A CGTP-IN esteve representada em órgãos de participação institucional, nomeadamente no CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, onde interveio activamente com pareceres e tomadas de posição.

Foi realizado um inquérito sindical (2008) para aferir e sensibilizar as estruturas sindicais para a utilização de boas práticas ambientais especialmente dentro das delegações e sedes. Os resultados ficaram aquém do desejável, mas demonstraram já haver boas práticas sendo preciso alargá-las, por isso concluímos que este trabalho ainda tem muito que fazer e deve continuar.

Realizaram-se várias acções de formação, destinada aos membros do Grupo para o Desenvolvimento Sustentável. Destaca-se uma acção, em Janeiro de 2011, sobre o meio ambiente e a biodiversidade, com o apoio QUERCUS. Foram também realizadas acções de formação e esclarecimento no âmbito da defesa do consumidor e da Economia Social.

A CGTP-IN participou em diversos debates promovidos por organizações ambientais ou por entidades oficiais.

2.4.2. A Economia Social e o “Consumidor”

Para a sensibilização e formação foi mantida uma intervenção escrita no site da CGTP-IN na janela “Sociedade” sobre as questões do meio ambiente e sustentabilidade. E na esfera do direito do consumidor através do Link, no site INTERCONSUMIDORES. Foi mantida a representação no Conselho Nacional do Consumo.

Foi realizado um Encontro Nacional sobre “O Trabalho Digno – Emprego Verde” (Junho de 2011), com a participação da CES em que defendemos um conceito novo para Emprego verde no âmbito dos princípios do trabalho digno. Defende-se também que os Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho tenham competências sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Teve-se uma participação empenhada na Campanha a “Água é de todos – Não o negócio de Alguns” e na sua continuidade com a presente campanha “Água de Todos” Iniciativa Legislativa de Cidadãos “, visando impedir a privatização da água.

A CGTP-IN acompanhou as actividades na área do ambiente a nível europeu e internacional, particularmente as que se referem aos problemas do aquecimento global, da biodiversidade, da transição energética e dos impactos no emprego (o chamado “emprego verde”), nomeadamente no quadro da preparação das cimeiras internacionais sobre o clima (como as de Copenhaga, Cancún e Durban). É de destacar a nossa participação activa no Grupo de Trabalho Desenvolvimento Sustentável da CES.

O nosso Grupo para o Desenvolvimento Sustentável participou activamente em dois projectos internacionais. O Projecto “EPMEC – Educação Permanente como Método para uma Europa da Cidadania”, no quadro do programa europeu GRUNDTVIG, está totalmente concluído, tendo sido atingido o resultado visado. Realizámos, numa parceria com parceiros Belgas, Franceses e Romenos, uma Mala Pedagógica com Módulos de formação sobre a Cidadania participativa e activa e o Desenvolvimento Sustentável, além das temáticas de educação intercultural e direitos sociais. Neste quadro, realizámos em 2011 dois Cursos de formação experimental sobre o Módulo de Desenvolvimento Sustentável, em Portalegre e Lisboa, e uma Vídeo-conferência

européia de avaliação. Perspectiva-se um novo projecto europeu na área da cidadania e direitos políticos dos imigrantes.

No projecto “APENACH – Agir Preventivamente, Antecipando a Mudança”, foi realizado um estudo, com organizações sindicais e universidades em cinco Países parceiros (Portugal, Bélgica, França, Itália e Malta) sobre as reestruturações de empresas em dificuldades e a intervenção e papel dos sindicatos. Em Portugal, o estudo foi realizado no têxtil e vestuário em colaboração com a FESETE/Federação dos Sindicatos do Trabalhadores do Têxtil e Vestuário. Os intercâmbios permitiram reflectir sobre as questões relacionadas com as práticas e experiências dos sindicatos em cada país sendo que para Portugal propusemos novas medidas incluindo questões ambientais e a redução de desperdícios, bem como a produção de micro energias substituindo custos por produção e organização próprias. Foram aprovadas novas linhas de orientações gerais, com exemplos de boas práticas, que deverá servir para uma acção futura de formação sindical nesta área no quadro de uma nova parceria europeia.

3. O TRABALHO E OS DIREITOS DOS/AS TRABALHADORES/AS

3.1. O Direito do Trabalho, o Quadro Jurídico-laboral e a Efectividade dos Direitos

Ao longo destes quatro anos, a actividade sindical foi desenvolvida num quadro profundamente marcado pela fragilização ou eliminação dos direitos no trabalho num ataque sem precedentes ao valor do trabalho e à dignidade dos trabalhadores, que obrigou à intensificação da luta de todos os trabalhadores com vista a evitar a perda de direitos.

A revisão do Código de Trabalho operada em 2008/2009 veio acentuar e agravar os aspectos negativos da legislação laboral, especialmente no que respeita à contratação colectiva e à organização do tempo de trabalho, entre outras matérias.

Assim:

- Foi agravado o regime da sobrevivência e caducidade das convenções colectivas, prevendo-se novas formas de caducidade das convenções que incluem cláusulas que fazem depender a cessação da sua vigência da sua substituição por outro instrumento de regulamentação colectiva, com o objectivo de não deixar nenhuma hipótese de sobrevivência;
- Foi criado o regime da arbitragem necessária;
- Previu-se a possibilidade de adesão individual às convenções colectivas de trabalho;
- Foram admitidas a adaptabilidade grupal, os bancos de horas e os horários concentrados;
- Facilitaram-se e tornaram-se mais baratos os despedimentos, nomeadamente através da simplificação do processo disciplinar e do pagamento dos salários intercalares pelo Governo sempre que o processo dure mais de 1 ano.

Os trabalhadores da Administração Pública foram igualmente atingidos por uma ofensiva legislativa que pôs termo ao vínculo tradicional de emprego público, substituindo o regime de nomeação pelo regime de contrato de trabalho em funções públicas enquanto modalidade principal de constituição da relação jurídica de emprego público. Esta alteração consubstancia uma fragilização do vínculo de emprego público, a que acrescem outras medidas como sejam o enfraquecimento do sistema de protecção na doença, a alteração do regime de pensões e a imposição de um sistema de avaliação pouco objectivo e bastante penalizador, além de sucessivos anos de congelamento de salários e progressões na carreira.

Durante o último ano, o ataque aos direitos dos trabalhadores quer do sector privado, quer do sector público intensificou-se fortemente a pretexto da crise económico-financeira e estamos a viver uma violenta ofensiva contra o direito do trabalho, sem precedentes no pós-25 de Abril, que visa liberalizar os despedimentos, aumentar o tempo de trabalho sem compensação retributiva por várias vias, que vão desde o aumento do horário de trabalho em 1/2 hora por dia e 2h 30 por semana com possibilidade de acumulação de modo a obrigar os trabalhadores a trabalhar um sábado por mês, à supressão de feriados e de dias de férias, reduzir a remuneração

do trabalho, não só através do referido aumento do tempo de trabalho, mas também pela redução do pagamento das horas de trabalho suplementar, e enfraquecer a contratação colectiva por várias formas, nomeadamente prevendo a possibilidade de as comissões de trabalhadores negociarem instrumentos de regulamentação colectiva, enfim, arrasar por completo os direitos fundamentais dos trabalhadores, duramente conquistados ao longo de décadas de luta.

Por seu lado, os trabalhadores da Administração Pública, além de serem igualmente atingidos por algumas das medidas acima referidas, sofreram cortes salariais directos, que se irão agravar no próximo ano com o corte total ou parcial dos subsídios de férias e de Natal.

A precariedade das relações laborais, por outro lado, cresceu como nunca, tendo surgido a par dos contratos a termo, dos contratos temporários e dos falsos recibos verdes, outras formas contratuais precárias, quer institucionalizadas como os contratos de muito curta duração e os contratos de muito curta duração, quer completamente à margem da lei.

O número e tipo de vínculos laborais precários aumentou exponencialmente nestes anos e a sua vulgarização tem sido favorecida pela crise, sobretudo entre os jovens que dificilmente conseguem um vínculo laboral estável.

O incumprimento da legislação laboral é prática generalizada e os patrões praticamente fazem o que querem, usando o medo do desemprego e o fantasma da crise como formas de pressão sobre os trabalhadores para os obrigar a aceitar condições de trabalho cada vez mais duras e injustas.

3.2. O Emprego

Em consequência das políticas seguidas pelo Governo PS e depois pelo Governo do PSD-CDS, o mercado de trabalho deteriorou-se profundamente entre 2008 e 2012: Ao invés dos 150 mil empregos prometidos, o nível de emprego baixou fortemente, o desemprego disparou, a precariedade acentuou-se, e a emigração ressurgiu em força com a saída do país de muitos trabalhadores, nomeadamente, de jovens com qualificações superiores.

Em todo este período, o crescimento ou foi débil (2008 e 2010) ou houve recessão (2009 e 2011).

Uma das características da primeira fase foi o forte aumento dos trabalhadores abrangidos pela redução ou suspensão dos contratos de trabalho ("lay-off"), cujo regime foi facilitado. Este regime foi em muitos casos aproveitado pelo patronato para promover despedimentos, perante a conivência dos Governos e a cumplicidade das entidades inspectivas. A intervenção sindical tendo como objectivos a garantia do emprego, foi determinante para impedir situações de abuso, reforçar a intervenção sindical na decisão e acompanhamento dos processos e no aumentar da percentagem da retribuição a receber pelos trabalhadores. Num plano regional, as Uniões Distritais em articulação com a CGTP-IN, exigiram a implementação de Operações Integradas de Desenvolvimento, no âmbito do QREN, para dar resposta a problemas sociais, particularmente, nas zonas mais marcadas pela degradação económica e social. A CGTP-IN teve, ainda, uma intervenção activa aos vários níveis – nas regiões, sectores e empresas, no Plano Nacional de Emprego (2008-2010), na concertação social e nos diversos órgãos de participação institucional – na defesa e promoção do emprego. A segunda fase (2010-2011) foi dominada pela crise da dívida e pelo agravamento das condições económicas com reflexos na destruição de empregos. A taxa de desemprego atingiu os níveis mais elevados depois do 25 de Abril de 1974, aumentou o desemprego de longa duração e o número de desempregados sem subsídio de desemprego e, foi, também, acelerada a diminuição de emprego na Administração Central, Regional e Local. Apesar disso, o Governo decidiu terminar com as medidas de apoio aos desempregados para atenuar os efeitos da crise económica; reviu o regime do subsídio de desemprego (Junho 2010), tendo como finalidade a redução do seu valor e forçar os desempregados a aceitarem empregos pior remunerados; alterou as regras de acesso a prestações sociais não contributivas, tendo como resultado a diminuição rápida do número de beneficiários, incluindo do subsídio social de desemprego.

A intervenção sindical esteve, neste período, mais centrada na exigência da articulação da renegociação da dívida e do prolongamento no tempo para a redução do défice público, de forma a assegurar o crescimento da economia visando a garantir o emprego. A CGTP-IN reuniu inclusivamente com a troika (Abril 2011) apresentando, entre outras, estas propostas e alertando ainda para o risco de rupturas sociais caso as mesmas não fossem consideradas. No plano sectorial, foi dada prioridade à defesa e desenvolvimento do sector produtivo como instrumento de manutenção e criação de emprego com direitos, a criação de riqueza e de redução do défice da balança comercial. Com estas propostas e objectivos, ao nível interno, foram realizadas várias reuniões e Encontros para disseminação das nossas propostas com as Federações e Sindicatos de âmbito nacional, bem como com as Uniões Sindicais Distritais, ao nível externo, com estes objectivos e exigiu-se, também, a intervenção activa do Ministério da Economia e do Emprego na reorientação das verbas do QREN, de modo a priorizar a reindustrialização e a dinamização da economia, simultaneamente, com o combate às assimetrias e à desertificação do país.

Na concertação social, a CGTP-IN apresentou propostas no quadro da discussão dos vários processos como o Pacto para o Emprego (2009), a Competitividade e Emprego (2010-2011) e o Compromisso para o Crescimento, a Competitividade e o Emprego (2011). A CGTP-IN interveio ainda activamente contra a facilitação dos despedimentos, a redução das indemnizações e a redução do período de atribuição do subsídio de desemprego. A problemática dos créditos dos trabalhadores que perderam os postos de trabalho em consequência do encerramento das empresas e cujo montante ultrapassa os 300 milhões de euros, mereceu uma particular atenção do Movimento Sindical com iniciativas diversas junto dos trabalhadores, da Assembleia da República, do Governo e do Supremo Tribunal de Justiça.

No que respeita ao financiamento do IIEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional e dos Centros de Emprego denunciámos a promiscuidade existente com as empresas de trabalho temporário e exigimos um acompanhamento e apoio adequados aos desempregados.

A CGTP-IN exigiu também dos sucessivos governos que, todos os desempregados colocados em empresas e serviços ao abrigo da iniciativa “emprego-inserção” passassem ao quadro de efectivos dessas instituições, desde que se provasse que estavam a ocupar postos de trabalho permanentes.

No âmbito do combate à precariedade, e no quadro do acompanhamento dos locais de trabalho referenciados como prioritários, foram obtidos resultados positivos em algumas empresas e serviços. Neste sentido, foi decidido imprimir uma nova dinâmica a esta frente, integrando a precariedade como prioridade a ter presente no Plano Integrado da Acção Reivindicativa, com o reforço da Organização.

Foi dado relevo à difícil situação dos jovens no mercado de trabalho, através de várias acções promovidas pela Interjovem (incluindo manifestações, tribunas públicas contra a precariedade e outras iniciativas) e foi realizado um Seminário sobre o emprego e o estatuto social dos jovens (dez. 2011)

3.3. Os Salários

A CGTP-IN definiu em Setembro de cada ano a Política Reivindicativa para o ano seguinte com a indicação de critérios ou de referenciais para os aumentos salariais na contratação colectiva. O objectivo central foi a melhoria do poder de compra e uma distribuição mais justa na repartição do rendimento entre o capital e o trabalho.

A evolução dos salários contratuais (tabelas salariais) mostra que no sector privado houve melhoria do poder de compra entre 2008 e 2010 nas convenções acordadas. Essa melhoria foi significativa em 2009, em resultado da resistência sindical a uma redução do ritmo de aumento salarial que foi conjugada com a diminuição da inflação. No entanto, o número de convenções acordadas diminuiu existindo um elevado número de contratos com processos bloqueados.

O panorama foi diferente na Administração Pública pois só em 2009 houve aumento do poder de compra. Em 2010, o Governo não actualizou os salários, no quadro da política de austeridade, e em 2011 determinou uma redução salarial, a qual abrangeu também os trabalhadores do Sector Empresarial do Estado. A redução incidiu sobre os salários acima de 1500 euros e situou-se entre 3,5% e 10%.

Aumentos salariais na contratação colectiva

	2008	2009	2010	2011
Contratação colectiva	3,0	3,0	2,4	1,5
Administração Pública	2,1	2,9	0	-5,0
Inflação	2,6	-0,8	1,4	3,5
Poder de compra (geral)	0,4	3,8	1,0	-1,9
Poder de compra (Admin. Pública)	-0,5	3,7	-1,4	-8,2

Fonte: CGTP-IN, a partir de dados oficiais

O aumento da carga fiscal, com agravamentos no IRS, incluindo cortes em deduções e a criação de uma sobretaxa extraordinária em 2010, teve efeitos directos na redução do poder de compra dos salários. Esta é uma situação que se agravou em 2011 com a retirada de 50% do subsídio de Natal a todos os trabalhadores.

A CGTP-IN bateu-se pelo cumprimento do Acordo sobre a Fixação e Evolução da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), firmado pelo Governo e confederações sindicais e patronais, em Dezembro de 2006. O patronato procurou romper o acordo, firmado na concertação social, ao usá-lo como moeda de troca para obter apoios do Estado. Esta pressão aumentou em 2010 e em 2011. Em 2011, o Salário Mímo Nacional (SMN) que deveria atingir os 500 euros foi fixado em 485 euros, não tendo sido igualmente cumprido o compromisso de, a meio do ano, ser feita nova avaliação, com vista a que se atingisse o valor de 500 euros em 2011. Deste modo, o salário mínimo voltou a perder poder de compra.

Salário Mínimo Nacional (SMN)

	2008	2009	2010	2011
Aumento do salário mínimo (%)	5,7	5,6	5,6	2,1
Valor (euros)	426	450	475	485
Salário médio – sector privado (euros)	892,9	916,0	926,0*	
SMN/salário médio do sector privado (%)	47,7	49,1	51,3	
Inflação (%)	2,6	-0,8	1,4	3,5
Varição real (%)	3,0	6,4	4,1	-1,4

Fontes : INE, MTSS e CGTP-IN; * Abril; inflação prevista em 2011

A CGTP-IN considera que a revisão do Salário Mínimo Nacional constituiu não só uma medida justa mas também um elemento indispensável para, em conjugação com o aumento dos salários e das prestações sociais, dinamizar o mercado interno, combatendo deste modo a crise económica.

3.4. A Formação e a Qualificação Profissional

No ano de 2009 o governo PS/Sócrates introduziu alterações, ainda que pontuais, nas normas relativas ao direito à formação contínua, que vieram a diminuir as garantias de formação anual. As alterações que se introduziram foram no sentido de fazer prescrever o direito à formação de 35 horas anuais a todos trabalhadores se a entidade patronal não realizar aquela no período de 3 anos, o que significa um retrocesso no direito consagrado no Código de Trabalho de 2003, que resulta do acordo tripartido de 2001 sobre a formação profissional.

No mandato foi também revogado, pelo Governo do PS/Sócrates, já depois de ter perdido as eleições em Maio de 2011, através do DL 92/2011, de 27 de Junho, todo o sistema de certificação profissional que tinha sido construído entre a década de noventa e a primeira década

do século XXI, apenas ficando para avaliação as profissões e actividades regulamentadas. A destruição desse sistema foi feita sem que a CGTP-IN tenha sido consultada, apesar de ser invocado o Acordo Tripartido para a Competitividade e Emprego, acordo que a CGTP-IN não subscreveu.

Já no final do ano de 2011 entrou em funcionamento a Comissão de Regulação do Sistema de Acesso às Profissões (CRAP) para analisar em cada sector de actividade quais as profissões que deviam ser regulamentadas, tendo em conta os critérios de protecção da vida, da saúde e da segurança de pessoas e bens.

A partir do ano de 2008 a formação profissional dos trabalhadores no activo deixou de ser uma prioridade das políticas do governo, pois o orçamento do Instituto de Emprego e Formação Profissional nas receitas próprias, garantidas através do orçamento da Segurança Social, foi amputado em cerca de 140 milhões de euros.

O Orçamento de Estado dos anos de 2010 e 2011 desviou receitas das políticas de emprego e formação profissional para outros fins, não se cumprindo deste modo o consagrado em lei, designadamente no Código Contributivo, quanto à transferência de 5% das receitas da Segurança Social para políticas activas de emprego e valorização profissional. Em consequência houve uma quebra na execução da formação profissional por parte deste organismo em 2010 e 2011 (o número de abrangidos diminuiu 12% face a 2009).

Na contratação colectiva também se fizeram sentir os problemas da crise no que respeita à concretização do direito à formação profissional dos trabalhadores. O patronato ao bloquear a contratação colectiva também impediu que a este nível se discutisse e regulamentasse o direito à formação profissional e o seu conteúdo.

Face, por um lado, à pressão do patronato que recusou o exercício do direito à contratação colectiva e a negociar aumentos salariais, e por outro, à ameaça que pairava sobre a caducidade das convenções colectivas de trabalho, os sindicatos tiveram enormes dificuldades para que o direito à formação profissional se efectivasse.

Os ataques aos direitos dos trabalhadores que se verificaram no mandato de 2008 a 2011 também tiveram efeitos negativos no direito à formação profissional dos trabalhadores e na aprendizagem ao longo da vida. Se numa primeira fase houve alguma melhoria em alguns indicadores, a partir de 2010 houve retrocesso: (i) 61% da população empregada tinha apenas o 3º ciclo do ensino básico no 3º trimestre de 2011 (ii) a população dos 25 aos 64 anos a participar em actividades de aprendizagem ao longo da vida aumentou até 2009, mas diminuiu em 2010 (apenas 5,8% face a 9,1% na UE27), havendo indicações de agravamento em 2011; (iii) persiste um elevado nível de abandono escolar precoce (28,7% em 2010, o dobro da UE 27).

A CGTP-IN participou na discussão das políticas sobre Competitividade e Emprego no âmbito da Comissão Permanente da Concertação social e que levou à celebração de um Acordo que não subscrevemos por não responder às propostas que apresentámos e por ser negativo para os direitos dos trabalhadores no que respeita, nomeadamente, à concretização do direito à formação profissional.

A CGTP-IN participou aos diversos níveis nos órgãos relativos à educação e formação profissional, designadamente participou na Comissão de Acompanhamento da Agência Nacional para as Qualificações (ANQ), nas comissões sectoriais da ANQ, no Conselho de Administração do IEFEP e na Comissão de Acompanhamento da Educação e Formação da União Europeia (ACVT).

A CGTP-IN acompanhou o processo de desenvolvimento dos CNO's e acompanhou o sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, que até ao ano de 2007 teve um grande crescimento, no sentido de dar resposta às necessidades de elevar os níveis de educação e qualificação da população portuguesa.

Com tomada de posse do governo PSD/CDS saído das eleições de Maio de 2011, conjugado com os acordos de agressão (iniciados pelo PS) com o FMI/BCE/Comissão Europeia, todo o

sistema de educação e formação, está posto em causa e mais uma vez a formação profissional como elemento da melhoria dos conhecimentos dos trabalhadores e do povo está votada ao insucesso.

4. A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA E O SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO

4.1. A Contratação Colectiva

Os últimos quatro anos ficam marcados, no campo da contratação colectiva e da luta reivindicativa, por uma forte agudização sem precedentes após a Revolução de Abril de 1974, do confronto entre os trabalhadores e o movimento sindical, de um lado, e o patronato e os Governos do PS e do PSD/CDS, de outro. A evolução da situação do país, neste período, reflecte o acentuar do confronto de classes, nos domínios económico, social e político, com as forças do capital a procurarem encaminhar a sociedade portuguesa para um acelerado processo de deterioração e empobrecimento, atingindo principalmente e, mais uma vez, os direitos laborais e as condições de vida dos trabalhadores e suas famílias.

Com o primeiro Governo do PS/Sócrates, foram introduzidas alterações ao código do trabalho no sentido de mutilar o pleno exercício do direito de contratação colectiva. Mas, foi sobretudo com o segundo Governo de José Sócrates (de Setembro de 2009 a Maio de 2011), que foram definidas as principais linhas da ofensiva contra os salários, com particular violência sobre os trabalhadores da Administração Pública e das empresas do Sector Empresarial do Estado, a par do aprofundamento das normas do Código de Trabalho, destinadas a tornar mais eficaz o mecanismo da caducidade, a facilitar a precariedade dos vínculos laborais, e a flexibilizar os horários através dos diversos regimes de adaptabilidade (individual, grupal, banco de horas, intermitências, etc.).

Confirmando tudo o que a CGTP-IN afirmou e denunciou quanto às consequências nefastas das normas gravosas do Código do Trabalho na contratação colectiva, a revisão operada em 2009, não só não dinamizou a negociação colectiva desmentindo em toda a linha as declarações propagandísticas do Governo, como conduziu à redução do número de convenções acordadas, para além de se ter tornado num instrumento privilegiado do Patronato para aumentar os bloqueios à negociação e contratação colectiva, tornando inviável a realização de acordos em muitos processos negociais e, também, como forma a prosseguir e aprofundar as políticas que visam manter os baixos salários, precarizar o emprego e desregulamentar os horários de trabalho. A estratégia patronal contou, ainda, com a ineficiência dos serviços inspectivos do trabalho, complacentes com as arbitrariedades, violações e incumprimentos da lei, por parte das entidades patronais,

No último trimestre de 2010, o Governo do PS apresentou na Concertação Social um projecto para um acordo tripartido, denominado “iniciativa para a competitividade e o emprego”. Tal “iniciativa” contou, logo à partida, com o apoio do patronato e da UGT, mas teve a firme oposição da CGTP-IN que combateu e denunciou os seus principais objectivos: preparar alterações profundamente negativas no Código do Trabalho, tendo em vista a facilitação dos despedimentos; a diminuição das indemnizações aos trabalhadores; o aprofundamento de novas vias de fragilização da contratação colectiva; a obstaculização da implementação e acção da organização sindical no local de trabalho; o aprofundamento da desregulamentação dos horários e outros aspectos importantes da protecção dos direitos dos trabalhadores, procurando perpetuar a precariedade laboral, nomeadamente, dos jovens trabalhadores. A acção e luta sindicais foram determinantes para agravar as contradições no campo do Governo, tendo levado à sua demissão, em Março de 2011.

Porém, o Governo do PSD/CDS que o substituiu, não só retomou as mesmas intenções dos Governos anteriores, como aprofundou todos os problemas que são a causa da *crise*, reproduzindo com maior violência, as principais linhas da ofensiva antilaboral. Os acordos efectuados entre a troika portuguesa (PS, PSD e CDS) e a troika estrangeira (UE, BCE e FMI),

consubstanciados no famigerado “Memorando de Entendimento”, representam tudo o que de mais grave e subversivo tem sido concebido pelas políticas de desastre nacional prosseguidas por aqueles partidos do “arco da governação”.

As medidas de austeridade, implementadas vezes sem conta por aqueles Governos, tiveram sempre um único e mesmo objectivo: aumentar a exploração dos trabalhadores, através do roubo ignóbil dos salários, do agravamento dos impostos e brutais aumentos dos preços de bens essenciais; reduzir drasticamente o subsídio de desemprego e diminuir ou até mesmo eliminar outras prestações sociais; atacar os direitos contratuais e sociais, com particular relevância para a tentativa de destruição da Segurança Social solidária e universal e para os cortes brutais na educação e na saúde.

Entretanto, a “austeridade” não chegou às classes dominantes, pois as desigualdades continuaram a crescer, através de uma ainda maior concentração da riqueza nos grandes grupos económicos e financeiros, os quais acumularam, nestes quatro anos, milhares de milhões de lucros.

Por outro lado, o actual Governo, na linha dos que o antecederam, também apresentou na concertação social um “novo” documento, intitulado “compromisso para o crescimento, competitividade e emprego”, por meio do qual manteve todas as malfetorias contra os trabalhadores. Representando uma farsa de negociação, o Governo tem procurado concretizar de forma unilateral os seus objectivos, através da imposição de medidas legislativas, muitas delas inconstitucionais, inseridas numa nova fase da ofensiva para aumentar a exploração, nomeadamente com as alterações introduzidas no Código de Trabalho, em Outubro de 2011, relativas a um novo sistema de “compensações” por despedimento a aplicar aos novos contratos de trabalho (mas sob a ameaça de vir a ser extensivo a todos os contratos) que mais não significam que diminuir o valor das indemnizações para tornar mais fácil e barato os despedimentos, outros projectos estão também na forja, com intenção de aumentar o horário de trabalho sem qualquer retribuição, eliminar dias feriados e de férias, liberalizar os despedimentos individuais e criar mais obstáculos ao exercício da negociação colectiva. A opção política de prosseguir no caminho do retrocesso social, consagrando mecanismos que possibilitem o aumento da exploração e o trabalho forçado, revela que este Governo não põe limites à sua acção criminosa.

O balanço da contratação colectiva nestes últimos quatro anos, tanto no sector privado como no da Administração Pública, mostra claramente que o patronado, com a conivência e acção concertada dos Governos do PS e do PSD/CSD, apostaram no bloqueamento dos processos negociais, usando essa estratégia como chantagem para introduzir alterações inaceitáveis nas convenções colectivas mas, também, impor medidas arbitrárias e ilegais nas empresas, particularmente quanto aos horários de trabalho, polivalência de funções e vínculos contratuais. Ou seja, o patronato procurou subverter o próprio Código do Trabalho para, dessa forma, fazer letra morta do exercício do direito fundamental de contratação colectiva. Em consequência desta situação, verificou-se, neste período, um menor crescimento salarial, enquanto foi retomado o agravamento dos preços, o que provocou uma diminuição do poder e compra dos salários.

A percentagem de trabalhadores, por conta de outrem, que são abrangidos pelo SMN passou de cerca de 6%, em Janeiro de 2008, para mais de 11% em 2011. Tal facto, mostra que as melhorias alcançadas pela actualização do SMN não se reflectiram num correspondente impulso salarial nos salários imediatamente acima do mínimo legal pelo contrário, é por via da contenção salarial que uma parte do pouco emprego criado tem, como referência salarial, o valor do SMN. Ao mesmo tempo, manteve-se o bloqueio patronal sobre uma parte importante da contratação colectiva que se reflectiu, novamente, num baixo número de convenções publicadas. De facto, das 296 convenções publicadas em 2008, estas passaram para 251 em 2009, para 230 em 2010 e para apenas 170 em 2011.

Assim, a ofensiva dos Governos, quer do PS, quer do PSD/CDS, articula-se, por um lado, com os posicionamentos de boicote e recusa de negociação assumidos pelo patronato na mesa de negociações, particularmente com a utilização do mecanismo da caducidade como instrumento

de chantagem para alcançar os seus objectivos: de aprofundamento da política de baixos salários, alargamento os períodos de horários de trabalho, generalização do emprego precário e imposição da desregulamentação das condições de trabalho contratualmente estabelecidas.

Por outro lado, a complacência dos Governos com as posições anti-negociais do patronato manifestou-se, ainda, na indisponibilidade para reunir com os sindicatos, assim como no propositado mau funcionamento dos serviços da DGERT/MTSS, nomeadamente, numa primeira fase, no atraso da publicação das convenções e na morosidade dada à publicação das portarias de extensão, a que se seguiu o total congelamento das publicações das PE's, com o consequente aumento da vigência média das tabelas salariais, bem como numa acção passiva perante processos de conciliação, arbitragem ou outros em situação de conflito.

Apesar dos graves retrocessos no plano social, podemos afirmar que a situação seria hoje muito pior, se não fosse a luta de resistência dos trabalhadores para defender os seus direitos e interesses, particularmente quanto à contratação colectiva que decorre da ofensiva, em toda a linha, desencadeada pelo patronato e caucionada pelas medidas do Governo.

A acção da CGTP-IN foi, assim, dirigida a todas as frentes possíveis de intervenção sindical, mas assumindo como prioridades o esclarecimento, o reforço da unidade e a mobilização convergente de todos os trabalhadores para a luta em defesa dos salários, do combate à precariedade, da contratação colectiva e contra a aplicação nas empresas das matérias gravosas contidas no Código do Trabalho.

A associação entre a luta reivindicativa com a obtenção de acordos negociados, assente em fortíssimas acções de massa, teve reflexos positivos, por exemplo, no ano de 2008, (número de acordos, convenções publicadas e número de trabalhadores abrangidos) e em 2009, ano em que os salários contratuais evoluíram favoravelmente, quer no sector privado quer, principalmente, na Administração Pública, onde os trabalhadores obtiveram um aumento real, depois de vários e sucessivos anos de contenção salarial imposta pelos governos de direita e do Partido Socialista.

A Conferência Sindical sobre o *Diálogo Social e a Contratação Colectiva*, realizada em Setembro de 2009, assim como os dois Encontros sobre a Contratação Colectiva, realizados respectivamente em Setembro de 2010 e 2011, com a presença de muitas centenas de quadros sindicais, confirmou a vitalidade do movimento sindical, tendo constituído momentos privilegiados de debate sobre a evolução da contratação colectiva nos últimos anos, no contexto da grande conflitualidade que se está a viver na sociedade portuguesa; reafirmar as prioridades de acção e dos objectivos reivindicativos; perspectivar a melhoria do trabalho dos quadros sindicais, integrando a acção na contratação colectiva com o reforço da organização sindical; relançar a luta pela contratação colectiva e intensificar a luta reivindicativa como a trave mestra de toda a acção sindical imediata para a mudança de políticas.

No âmbito da coordenação cometida para a implementação das linhas orientadoras referentes à definição da política reivindicativa, a ligação do Departamento aos sectores, a CGTP-IN envolveu toda a estrutura na participação, discussão, decisão e implementação das orientações, constituindo uma preocupação permanente e de importância fundamental para o reforço da coesão e para o aumento das nossas potencialidades de acção e de luta. No decurso do mandato, efectuaram-se vinte reuniões com as Federações, Uniões e Sindicatos Nacionais para análise e debate sobre a situação económica e social, balanço da contratação colectiva e acção reivindicativa, perspectivas de desenvolvimento da luta reivindicativa e articulação da acção reivindicativa com o reforço da organização sindical de base. Efectuaram-se diversas reuniões sectoriais especializadas e reuniões de apoio a processos de contratação colectiva. Também se realizaram reuniões entre os Departamentos de Contratação Colectiva e Acção Reivindicativa e de Organização, com vista a concretizar as conclusões da Conferência Sindical, designadamente a elaboração do Plano Integrado de Acção Sindical e debater a sua implementação nas empresas e serviços dos sectores privado e público. Com o mesmo objectivo, foram ainda realizadas reuniões com a Interjovem.

4.2. A Actividade do CES e a Participação Institucional

4.2.1. A Actividade do CES e a Concertação Social

A CGTP-IN acompanhou as várias actividades do CES, nas quais se destacou a elaboração de pareceres sobre temas económicos e sociais.

O CES pronunciou-se sobre as propostas de Orçamento de Estado para os vários anos neste período, sobre as Grandes Opções do Plano (anuais e de médio-prazo) e sobre a Conta Geral do Estado. Emitiu ainda outros pareceres: o futuro da zona euro (parecer de iniciativa); o Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010; Iniciativa para o Investimento e o Emprego; e Pessoas com deficiência (pessoas com iniciativa).

A CGTP-IN teve uma intervenção activa e qualificada defendendo as suas posições em diálogo com as várias entidades representadas no CES. Esta postura teve resultados positivos nos conteúdos dos Pareceres aprovados, ainda que nalguns casos se tenha absterido devido a desacordos sobre matérias específicas. Foi o que aconteceu sobre a Proposta de OE para 2012 e sobre as Grandes Opções do Plano 2012-2015 (pareceres de Nov. 2011) porque entendemos que a aplicação do Memorando de Entendimento conduz ao empobrecimento e apenas agrava o problema da dívida. No parecer sobre o futuro da zona euro (Jul. 2011) a CGTP-IN absteve-se devido, entre outras razões, à insuficiência da análise sobre os efeitos do euro e à perspectiva de alienação de funções de soberania. No Parecer sobre o Orçamento de Estado para 2011 (Out. 2010) a CGTP-IN discordou da proposta de redução da Taxa Social Única para as empresas exportadoras de trabalho intensivo e no parecer sobre as Grandes Opções do Plano para 2011 exprimiu reservas sobre o conteúdo relativo à transposição da directiva dos serviços.

Na generalidade e para além dos aspectos específicos referidos, os pareceres aprovados tiveram conteúdos positivos, mas constatou-se terem sido, em regra, ignorados pelos Governos, pelo que a sua influência na determinação das políticas públicas foi muito reduzida.

No que respeita à Concertação Social esta continuou a ser usada para tentar credibilizar e legitimar medidas governamentais e patronais de índole regressiva dos direitos laborais e sociais.

A CGTP-IN teve um papel extremamente activo na denúncia desta política, bem como das propostas retrógradas a que consubstanciaram. Para o efeito apresentou propostas alternativas em simultâneo com o apelo à resistência e luta contra o programa de agressão do Governo do PSD-CDS aos trabalhadores, ao povo e ao país.

Neste contexto opusemo-nos aos dois acordos celebrados entre o Governo, patrões e UGT.

O primeiro sobre a revisão do Código de Trabalho (Jun. 2008), no qual se destacou o aprofundamento da caducidade das convenções colectivas, a flexibilização dos horários de trabalho, a simplificação dos processos de despedimento e a não reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador. O segundo sobre a competitividade e o emprego (Março 2011) o qual prevê, designadamente, a redução das indemnizações de despedimento e a descentralização da contratação colectiva.

A CGTP-IN acompanhou e participou em todos os processos com propostas alternativas, apenas tendo decidido abandonar processos específicos quando entendeu ser essa a melhor solução para defender os interesses dos trabalhadores.

4.2.2. A Participação Institucional

A CGTP-IN participou em órgãos de participação institucional em domínios muito diversificados, como a economia, emprego e formação, educação, ambiente, desenvolvimento regional, fundos comunitários, estatísticas, etc.

Defendemos que esta actividade fosse efectiva já que em muitos casos a participação funcionou mal: actividade irregular, ou mesmo não funcionamento, governamentalização, não cumprimento das missões instituídas, etc. Um caso específico respeitou ao não funcionamento dos órgãos de participação relativos à segurança social. Nalguns casos, os órgãos de participação tiveram uma actividade regular e cumpriram os objectivos para os quais foram criados.

A necessidade de melhorar o diálogo social e a participação institucional foi uma das conclusões da Conferência Sindical sobre o Diálogo social e a Contratação Colectiva realizada em Setembro de 2009.

4.3. A Negociação Colectiva Europeia

A CGTP-IN acompanhou a actividade na CES na área da negociação colectiva europeia por via quer da participação nos seus órgãos de decisão quer da participação no Comité do diálogo social e no acompanhamento directo de negociações específicas. Por outro lado, algumas das Federações tiveram intervenção na negociação colectiva europeia de âmbito sectorial no âmbito da Federações Europeias em que estão filiadas.

Destacaram-se, no período decorrido, três processos: a revisão da directiva sobre a licença parental (2009); o acordo sobre os mercados de trabalho inclusivos (2010); a negociação sobre o tempo de trabalho (iniciada em 2011). Merece também ser salientado, pela negativa, o processo relativo aos casos Laval, Viking e outros.

A negociação sobre a revisão da licença parental foi acompanhada directamente pela CGTP-IN. Procedeu-se a alterações a um acordo de negociação colectiva europeia de 1996, o qual foi aplicado por directiva. Estas alterações permitiram algumas melhorias, ainda que pouco substanciais, da directiva em vigor.

O acordo sobre os mercados de trabalho inclusivos, ainda que contenha intenções louváveis e princípios válidos, tem conteúdos fracos, excessivamente genéricos, existindo um baixo grau de compromisso concreto das organizações patronais. A sua aplicação é feita em cada país pelos próprios subscritores e não por directiva.

O processo relativo à revisão da directiva do tempo de trabalho decorreu ao longo de todo o período. A tentativa da Comissão e do Parlamento Europeu para flexibilizar mais os horários de trabalho fracassou em 2009. A mobilização dos trabalhadores no âmbito nacional e europeu, nomeadamente com a realização de diversas manifestações convocadas pela CES teve eco no Parlamento Europeu, que se pronunciou pela eliminação da actual derrogação à semana de 48 horas de trabalho (incluindo as horas suplementares) e rejeitou a proposta do Conselho. Esta foi uma decisão importante que contudo está a ser questionada de novo pela Comissão Europeia com a apresentação de uma nova comunicação com vista à sua revisão.

O terceiro processo respeitou a uma discussão com o patronato, com vista à adopção de uma posição conjunta, sobre decisões do Tribunal Europeu de Justiça (TEJ) que puseram directamente em causa aspectos basilares da Europa Social. O TEJ pronunciou-se pela primazia dos direitos das empresas sobre os dos trabalhadores em casos que envolvem a prestação de serviços e a chamada liberdade de estabelecimento. Deste processo não resultou acordo sobre as questões de fundo (Março 2010).

A CGTP-IN esteve igualmente envolvida na aplicação de outros acordos europeus cuja vigência decorreu neste período: stress no trabalho e assédio e a violência no trabalho.

4.4. Os Conselhos de Empresa Europeus

Durante o mandato, os representantes dos trabalhadores portugueses nos Conselhos de Empresa Europeus (CEE) viram-se confrontados com inúmeros processos de encerramentos,

deslocalizações e despedimentos colectivos, em unidades de empresas multinacionais instaladas em Portugal. Em regra, a sua intervenção foi coordenada com os sindicatos da CGTP-IN que representam os trabalhadores afectados.

A CGTP-IN, as Federações e os Sindicatos representativos de trabalhadores em empresas com CEE instituídos deram o acompanhamento possível aos membros dos CEE, à dinamização da eleição de novos representantes e desenvolveram acções de formação.

Em 2009, foi publicada uma nova Directiva Europeia sobre os CEE, que foi já transposta para o direito interno português através da Lei 96/2009. A nova Directiva comporta algumas melhorias pontuais, mas não resolve os problemas essenciais que se colocam aos representantes dos trabalhadores destas empresas.

4.5. A Acção Sindical Transfronteiriça

A acção sindical transfronteiriça encontra expressão na actividade dos Conselhos Sindicais Inter-regionais (CSIR), estruturas regionais da Confederação Europeia de Sindicatos, em que participam representantes locais das Centrais nela filiadas.

A CGTP-IN, através dos seus dirigentes regionais, participa activamente nas actividades dos CSIR e, ao longo deste mandato, assumiu a Presidência de três, dos quatro, Conselhos existentes nas regiões fronteiriças de Portugal e Espanha.

Diversas iniciativas – seminários, conferências, acções de sensibilização – foram desenvolvidas, nas quais participaram representantes da estrutura central da CGTP-IN.

A criação de macro-regiões, que abrangem uma parte importante do território de Portugal Continental, com funções até agora da responsabilidade dos Estados-membros da União Europeia, nomeadamente na gestão de recursos, planificação, meio ambiente, fluxos migratórios, colocaram aos nossos representantes problemas novos.

A CGTP-IN exigiu o funcionamento de todos os órgãos e organismos de composição tripartida para uma informação e consulta precisa e atempada dos temas em debate, não prescindindo da sua participação e intervenção na luta por um desenvolvimento económico sustentado e a salvaguarda dos direitos e interesses dos trabalhadores e das populações.

5. AS POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA FISCAL

5.1. Políticas Sociais

Segurança Social

Na Segurança Social, a luta neste mandato foi pela exigência de melhoria da protecção social, revogação de medidas que lesaram os trabalhadores e pensionistas impostas pelo Governo do PS, os planos de austeridade dos PEC's e, no último ano, contra o pacto de agressão da Troika e a política reaccionária do Governo PSD-CDS, demolidora do Estado Social, que tiveram grande contestação social,

O factor de sustentabilidade que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2008 teve a oposição total da CGTP-IN, dado que o seu objectivo, por demais evidente, é a redução do valor das pensões.

Os trabalhadores que se reformaram após a sua entrada em vigor tiveram uma redução de 0,56% no valor da pensão, mas a partir de 1 de Janeiro de 2012 a redução já representa 3,92%. O mesmo aconteceu com o Indexante de Apoios Sociais (IAS), a rejeição da proposta que a CGTP-IN apresentou na altura, por parte do Governo PS, e de levar por diante o seu projecto, já penalizou duramente os reformados e pensionistas, tal facto por não ter havido crescimento económico, e por as pensões não terem sido aumentadas. EM 2009, foram congeladas as

pensões de valor igual ou superior a 12 IAS e só foram actualizadas as pensões até 1.500 euros, sendo que em 2011 foi suspenso o regime de actualização. A denuncia e a pressão que a CGTP-IN tem exercido sobre esta matéria, levou-nos a reunir, por diversas vezes, com os Grupos Parlamentares e levou a que o Governo de Passos Coelho tivesse anunciado que as pensões sociais, agrícolas e do 1º escalão do regime geral terão um aumento de 3,1% em 2012, as restantes não serão aumentadas. Apesar deste aumento não corresponder à perda do poder de compra sofrido, este deve-se à luta da CGTP-IN. As restantes pensões estão congeladas, assim como o IAS até 2014.

A CGTP-IN desenvolveu, neste mandato, três petições, em 2009 e em 2010, que foram discutidas na Assembleia da República sem terem obtido o sucesso pretendido, ou seja, a revogação do factor de sustentabilidade e alteração das regras de actualização das pensões, foram inviabilizadas, na altura, pelo Grupo Parlamentar do PS, manifestando discordância com a matéria.

A CGTP-IN, em 15 de Abril de 2008, apresentou uma queixa ao Provedor da Justiça, dado que o Governo PS não cumpriu o período de transição em relação ao cálculo das pensões até 2016, conforme estava previsto no D.L. 35/2000, o que afectou os reformados com mais baixas pensões. A União dos Sindicatos de Braga desenvolveu um exemplar trabalho de denúncia e mobilização dos reformados para repor a opção do cálculo sobre toda a carreira contributiva. Centenas de reformados concentraram-se em Lisboa, em **23 de Abril de 2008**, e o Estado de 2009, veio ao encontro da nossa reivindicação, o que traduziu numa significativa vitória melhorando as pensões de milhares de reformados.

Em **Junho de 2008**, foi criado o subsídio social de maternidade/paternidade, reivindicado pela CGTP-IN, para quem não tinha acesso ao regime contributivo.

Em **1 de Maio de 2009** entrou em vigor o novo regime jurídico sobre a parentalidade, que alargou o período de concessão do subsídio parental (até 150 dias), incentivando, deste modo, uma maior partilha da licença entre os progenitores.

O alargamento da rede pública de equipamento para as crianças e idosos, por nós exigido, levou o Programa Pares a aumentar a oferta, mas continuam a existir enormes défices, o mais grave, e cada vez mais os equipamentos sociais dependem da iniciativa das instituições de solidariedade social porque o Estado deixou em grande parte de ter iniciativa. A CGTP-IN reuniu com a CNIS e outras instituições para chamar a atenção dos riscos futuros da demissão do Estado nesta matéria e os apertos financeiros a que as organizações vão estar sujeitas e as responsabilidades cada vez maiores que vão assumir perante os utentes e as famílias.

A protecção social do desemprego teve sempre presente nas reivindicações da CGTP-IN, ao longo deste mandato, designadamente a redução do período de garantia do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego e a alteração do valor do rendimento per/capita para acesso ao subsídio social de desemprego. Com a nossa insistência e persistência obtivemos, em parte, resposta do Governo, em 2009, relativamente ao prolongamento do subsídio social de desemprego, já sobre o número de desempregados sem protecção social, nunca se obteve resposta.

O ano 2009 foi marcado pela discussão do Código Contributivo apresentado pelo Governo. A CGTP-IN, há alguns anos que tem posições muito consolidadas sobre esta matéria. A modelação da taxa social patronal, ao tipo de contrato de trabalho (de agravamento no caso do trabalho precário e de diminuição referente aos trabalhadores efectivos), teve um combate firme e persistente da CGTP-IN.

A CGTP-IN reclamou ao Presidente da República que não promulgasse o diploma, por os motivos atrás referidos, pois punha em causa a sustentabilidade da Segurança Social, mas este acabou por promulgar em 16 de Setembro de 2009. O diploma em Dezembro acabou por ser suspenso pelos partidos da oposição na Assembleia da República num processo contraditório.

A Lei 55-A/2010 vem ao encontro da posição da CGTP-IN que suspendeu a modelação da taxa contributiva à modalidade do contrato de trabalho, pelo menos até 2014. Mais uma vez a acção da CGTP-IN foi essencial em todo este processo.

Foram promovidas reuniões distritais nas Uniões a fim de discutir todo o processo do Código Contributivo e as propostas da CGTP-IN, em que participaram centenas de quadros.

Dada a situação social estar a agravar-se, cabia à Segurança Social desempenhar ainda mais um papel de estabilizador social e com esse objectivo apresentámos as nossas reivindicações. No ano 2010, a viabilização dos PEC's pelo Governo PS, e com o apoio do PSD, levou à contenção das despesas sociais.

As medidas excepcionais anteriormente conseguidas para os trabalhadores desempregados foram todas elas revogadas, aumentando o número de desempregados sem protecção social. O Governo PS também criou novas regras para o acesso às prestações sociais do regime de solidariedade e de protecção da família, que assentam em dois vectores: a capitação e o conceito de agregado familiar, o que foi devastador, dado os beneficiários de prestações e apoios sociais excluídos (abono de família, RSI, subsídio social de desemprego, acção social escolar, etc.), e acabou com o 4º e 5º escalão do abono de família.

A CGTP-IN opôs-se contra estas medidas e reuniu com todos os grupos parlamentares, solicitou a análise do Provedor de Justiça sem sucesso, dirigiu-se à Comissão Nacional de Dados.

O Governo do PSD-CDS pretende limitar ainda mais estas prestações em nome dos que necessitam. Está claramente em marcha uma política com uma visão assistencial/caritativa, em vez de direitos, que tem de ser denunciada e combatida.

No plano financeiro é preocupante a situação do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, dado os reflexos da situação financeira internacional, em 2008 houve impactos negativos motivados pela aplicação dos activos em dívida pública nacional e de países da OCDE e acções e, em 2011 a redução nos activos teve significado. A CGTP-IN reuniu recentemente com os Grupos Parlamentares para discutir este assunto e intervir para contrariar a intenção do Governo de usar o Fundo para outros fins.

Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

Em 2009 foi publicado o novo Regime Reparatório dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (lei n.º 98/2009). A CGTPIN tem travado uma forte batalha junto do poder político em relação ao regime de reparação, dado que a sua filosofia, até hoje, não repara integralmente o trabalhador por os danos causados.

Pela luta travada, o regime tem sofrido alguma evolução, mas não conseguimos atingir esses objectivos.

Pela primeira vez, após décadas de absoluto esquecimento, foi regulamentada a matéria de reabilitação e reintegração profissional dos trabalhadores. A CGTP-IN enviou, na altura, ao Governo e à Assembleia da República, uma exposição sobre as dúvidas que se colocam na aplicação da mesma, sem resposta.

Quanto ao Centro de Riscos Profissionais, fazendo a avaliação da reforma feita, consideramos que foi muito negativa em todos os aspectos. Várias iniciativas foram realizadas, públicas e institucionais, durante o mandato, sem êxito, pelo contrário, a situação tem-se vindo a agravar.

As Comissões Permanentes da Tabela de Incapacidades e Doenças Profissionais não têm funcionado desde 2008.

Só a intervenção, todos os anos, da CGTP-IN, tem levado a que as pensões por acidente de trabalho e doença profissional tenham sido aumentadas, porque o Ministério das Finanças se esquece. Em 2011, as pensões por doença profissional também foram congeladas, dadas estarem integradas no regime de Segurança Social.

A CGTP-IN, no âmbito do POPH, lançou um programa sobre a protecção dos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho, realizando em 2010 e 2011 várias iniciativas, como debates em Lisboa, Coimbra, Aveiro, Porto e Setúbal, onde participaram centenas de quadros sindicais, e publicou um guia de direitos “Reparação dos Acidentes de Trabalho” e está a ultimar a publicação e o lançamento de um estudo sobre a temática, realizado por investigadores do Centro de Estudos Sociais de Coimbra.

Política Inclusiva/Combate à Pobreza

Para o XI Congresso realizou-se um trabalho sobre as desigualdades que abrangeu vários âmbitos de análise, que foi de extraordinária importância em termos sociais e políticos, e mais, pôs em evidência a pobreza nos meios laborais.

Até a esse momento relacionava-se a pobreza quase exclusivamente com as pessoas idosas ou com os beneficiários do rendimento social de inserção. Dado os baixos salários, a precariedade existente e o desemprego, o trabalho realizado demonstrou o que a CGTP-IN há já algum tempo alertava da existência de famílias trabalhadoras que viviam abaixo do limiar da pobreza ou próximo.

Com o objectivo de combater a pobreza, dado que no espaço da U.E. existem muitos milhões de pobres, muitos deles trabalhadores, a U.E. propôs aos diversos Estados a existência de Planos Nacionais para a Inclusão, no nosso país, foram apresentados vários planos, sendo o último para o período de 2008-2010, a CGTP-IN foi muito crítica sobre os diversos planos elaborados, pela falta de objectivos concretos e planos de concretização e de avaliação, e produziu vários documentos sobre os mesmos e realizou várias reuniões com os coordenadores nacionais.

Apesar das críticas e das várias iniciativas que a CGTP-IN tomou para alterar o quadro legislativo, o complemento social das pessoas idosas foi das medidas com mais impacto depois do Rendimento Social de Inserção, porque foi colocado um limiar mínimo de rendimentos, tendo abrangido até 2010, 206.700 mil idosos.

O ano de 2010 foi consagrado como o Ano de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, o balanço feito pela CGTP-IN é que resultou num falhanço e, mais grave, foi neste ano que o Governo PS concretizou políticas que empobreceram os trabalhadores e largas camadas da população, promovendo um aumento das desigualdades.

A CGTP-IN apresentou no órgão nacional, que acompanhou o Ano Europeu, um projecto para a realização de estudos focalizados no emprego jovem, que se veio a concretizar, tendo sido realizado por uma equipa do Observatório das Desigualdades/Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL, em articulação com a CGTP-IN e o Instituto de Segurança Social.

Este estudo foi apresentado nos dias 14 e 20 de Dezembro de 2011 em Lisboa e Porto, respectivamente, onde participaram dezenas de quadros, nomeadamente jovens.

Como a CGTP-IN tem referido, há um empobrecimento acelerado dos trabalhadores e da população, aliás foi o tema central das últimas acções de massas e da greve geral de 24 de Novembro de 2011. O empobrecimento é o resultado das políticas neo-liberais seguidas e da ofensiva do capital que promovem o desemprego, a precariedade, os baixos rendimentos e a redução das prestações sociais e o ataque às funções sociais e que se têm vindo a acentuar perigosamente, observando-se famílias com escassez de alimentos, senão mesmo fome, que não se observava há muito no nosso país. Um estudo, recentemente publicado pela Comissão Europeia, refere que Portugal, em comparação com 5 países da União Europeia, é o País que regista um dos maiores aumentos de risco de pobreza devido às medidas de consolidação orçamental adoptadas essencialmente nas famílias com filhos, e que o nosso País, em comparação com outros cinco países da U.E., é o único onde as medidas de austeridade exigiram um esforço financeiro aos pobres, superior ao que foi pedido aos ricos.

O Governo PSD-CDS perante o aumento da pobreza e de graves carências respondeu com um Plano de Emergência Social, sem calendário de concretização e com financiamento limitado,

marcadamente assistencialista/caritativo. A CGTP-IN, referiu a propósito, que estas políticas não conduzem à inclusão. Era fundamental a existência de um plano de inclusão que promovesse o emprego, melhorasse os rendimentos e uma política alternativa ao modelo económico e financeiro instituído.

Saúde

Revitalizar e investir no SNS para todos os cidadãos foi uma orientação saída do XI Congresso que continua actual.

Os cuidados de saúde primários constituem uma questão estratégica para a CGTP-IN para a promoção da saúde e prevenção da doença e para uma boa organização de serviços.

A reivindicação saída do Congresso de que a cada família fosse garantido médico e enfermeiro de família enquadradas em equipas multi-profissionais, foi um objectivo central. A CGTP-IN, após o Congresso, publicou um cartaz sobre este tema, e em Novembro de 2008, no Porto, realizou um Encontro Regional sobre Cuidados de Saúde Primários e as Unidades de Saúde Familiares, e em Abril de 2009, em Setúbal, que avaliaram os aspectos positivos e negativos para os utentes e profissionais.

A reforma dos cuidados primários de saúde iniciada ainda não se concretizou totalmente até a aposta governativa nas Unidades de Saúde Familiar, está longe ainda de atingir os seus objectivos. Actualmente, segundo dados oficiais, há 316 unidades de saúde familiar em actividade, abrangendo cerca de 4 milhões de pessoas; os profissionais envolvidos ascende a 6.168. A região Norte é a que tem mais unidades (168), seguida por Lisboa e Vale do Tejo com (96).

Continua a haver um défice enorme; o número de cidadãos sem médico de família continua a ser mais de um milhão e meio, o que é totalmente inaceitável, tanto mais que se trata dos cuidados de saúde de proximidade e é a porta de entrada do SNS.

O Governo PS, pela mão do Ministro Correia Campos, encerrou centros de saúde, urgências e maternidades e vários pontos do país, o que levou a uma forte contestação popular, acabando com a substituição do Ministro, mas a sua sucessora manteve na essência a estratégia governativa.

Uma das marcas das políticas de direita é a desresponsabilidade do Estado pela prestação dos cuidados de saúde e o favorecimento do sector privado através das parcerias público-privadas que constituem um sorvedor dos dinheiros públicos. O relatório do OE para 2009 referia que entre 2008-2032 este custo é de 32 mil milhões de euros. Um bom exemplo disso continua a ser o Hospital Amadora-Sintra, que desde 2008, a quando da decisão do Governo de retirar ao Grupo Mello a sua gestão reivindicado desde a sua construção pela CGTP-IN, no final de 2011 ainda não está resolvido o conflito que opõe o Estado e este grupo económico e que envolve milhões de euros reclamados pelo Estado.

Novos hospitais durante este nosso mandato foram entregues a grupos privados: Cascais, Braga e Loures, tendo já, por diversas vezes sido denunciada pelas nossas estruturas, e pelos sindicatos dos profissionais de saúde e comissões de utentes, vários défices tanto no funcionamento como na qualidade de prestação de cuidados de saúde.

A CGTP-IN tem-se oposto e denunciado ao longo dos tempos a promiscuidade e a parasitagem existente entre o Estado e o privado que lesa profundamente o Estado e tem contribuído para o aumento das despesas públicas, luta que tem de não só continuar, como intensificar.

A CGTP-IN, durante este mandato, denunciou o forte crescimento do sector privado hospitalar ligado aos grupos financeiros, muito há custa de convenções feitas pelo Estado, nomeadamente à ADSE e de outros subsistemas. E tomou posição ainda perante a saída dos profissionais de saúde, nomeadamente médicos para o sector privado, a redução dos salários e o congelamento

das carreiras na Administração Pública e a aposentação, podem contribuir para este esvaziamento.

A CGTP-IN comemorou condignamente os 30 anos da constituição do SNS, promovendo dois debates: “Impõe-se revitalizar e investir no SNS para todos os cidadãos”, em Lisboa e no Porto, onde participaram dezenas de quadros e diversas personalidades e instituições, e lançou um Manifesto.

A CGTP-IN lutou pelo acesso universal dos cidadãos à saúde oral em 2008, o Governo avançou com um Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral, que considerámos minimalista, dado que a maioria da população tem de recorrer ao sector privado, despendendo avultados recursos, assim como nos cuidados continuados há avanços a considerar, mas está longe de responder às necessidades, assim como as respostas no domicílio. Os cortes previstos no PEC e no Memorando da Troika nos apoios sociais comprometem seriamente o desenvolvimento destes cuidados, tão necessários para uma população cada vez mais envelhecida.

Os utentes da saúde, como já foi referido, são obrigados a despende dos seus orçamentos cada vez mais dinheiro para os medicamentos, dado que houve por parte dos governos do PS, PSD/CDS medidas que diminuíram as comparticipações do Estado, mesmo no caso de doenças crónicas. O Governo PSD/CDS aumentou as taxas moderadoras para o dobro e as isenções diminuíram para muitos desempregados e reformados e milhares de utentes que estavam isentos pela sua condição de saúde que pode por em causa a acessibilidade dos utentes ao SNS e promover a doença e ser abandonada a promoção da saúde.

O Governo PSD/CDS está a desencadear uma poderosa ofensiva, aumentando os custos para os utentes, a CGTP-IN opor-se-á a qualquer política que vise duplamente o financiamento do SNS, a estratégia política está a ser nesse sentido, que é necessário combater.

A CGTP-IN realizou no dia 3 de Novembro de 2011 um Encontro sobre o Estado, Administração Pública e Direitos Sociais, em que abordou a Saúde, Segurança Social, Educação e Poder Local, onde participaram centenas de quadros e diversos convidados, onde foi avaliada a brutal ofensiva contra as funções sociais, contra o Estado e Administração Pública e a mobilização sindical necessária para lhe dar resposta.

Para este Encontro foi realizado um Estudo pela CGTP-IN sobre a política do medicamento, dada a importância do seu acesso como elemento fundamental do direito à saúde, por outro lado, o peso que estes têm na despesa pública em saúde deve-se ao facto de em Portugal produzir apenas 30% das suas necessidades e de termos de importar 70% dos medicamentos, dado de se ter destruído unidades produtivas que forneciam o mercado nacional, por outro lado não há uma unidade de produção pública relevante.

A política do medicamento seguida pelo PS e PSD/CDS tem um traço geral, como já tinha sido referido, que se caracteriza por uma crescente transferência para os utentes da despesa com medicamento, mantendo intocáveis os privilégios da indústria farmacêutica e muitas vezes das farmácias, o que coloca a exigência da luta para o acesso universal ao medicamento.

A CGTP-IN durante este mandato manteve uma intervenção activa no âmbito da Plataforma Laboral contra a Sida. Depois de um trabalho moroso a Plataforma promoveu o Código de Conduta que foi subscrito por muitas empresas e vários materiais de sensibilização.

Assim como desenvolvemos o projecto Euridice “Prevenção das Toxicodpendências em Meio Laboral”.

Este projecto tem sido, em parceria com o Instituto de Drogas e Toxicodpendências e com várias empresas e organizações, o que consideramos muito positivo para a promoção da saúde.

Educação

No período 2007/2011, o sector da Educação foi dos mais fortemente atacados, com políticas que fragilizaram a Escola Pública e Democrática em alguns dos seus pilares fundamentais.

Assim debilitada, a Escola Pública terá maiores dificuldades para resistir à violenta ofensiva neoliberal em curso que, com a justificação da crise, se orienta explicitamente para a substituição do paradigma constitucional da Escola Pública pelo da designada liberdade de escolha.

Nestes quatro anos, o movimento sindical respondeu aos ataques com grandes acções e lutas que marcaram indelevelmente este tempo. Os professores promoveram duas grandes manifestações, juntando mais de 100.000 docentes em cada uma, bem como greves com adesão elevada; também os demais profissionais e trabalhadores das escolas se mobilizaram e levaram por diante as mais diversas lutas em defesa da Escola Pública e das condições indispensáveis ao seu normal funcionamento, nomeadamente no que concerne aos seus recursos humanos. Várias foram as acções e lutas que, pela adesão que mereceram, provocaram o encerramento dos próprios estabelecimentos de educação e ensino.

Alguns dos aspectos em que se tornaram mais visíveis os efeitos negativos das políticas educativas desenvolvidas foram, entre outros, as sucessivas quebras de financiamento das escolas e das instituições de ensino superior, a perda de democraticidade da gestão escolar, o retirar de apoios devidos a milhares de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, a crescente precariedade e instabilidade do corpo docente das escolas, o agravamento das condições e dos horários de trabalho nas escolas... prepara-se, agora, uma forte intervenção ao nível dos currículos, visando o seu esvaziamento, centrando as aprendizagens num designado núcleo essencial de conhecimentos e aligeirando-os no que respeita à construção de competências e ao desenvolvimento de valores democráticos orientados para o exercício pleno da cidadania.

A CGTP-IN, como organização mais representativa dos trabalhadores portugueses, não pode ficar alheia à progressiva desvalorização dos níveis de apoio social que são prestados aos alunos e às famílias. O seu empobrecimento, a par do encerramento de escolas e consequente deslocação das crianças, bem como dos sucessivos cortes orçamentais impostos às autarquias (que assumem competências importantíssimas no domínio do apoio social), resultaram na perda de apoios fundamentais ou, no mínimo, na sua desvalorização, não permitindo que fosse dado o combate necessário a chagas educativas que residem, em boa parte, em fragilizações sociais que têm vindo a crescer – o insucesso e o abandono escolares – e tornam muito difícil fazer face a desafios imediatos como sejam o do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos.

Também a inexistência de uma política que garanta a gratuitidade dos manuais escolares, assim como a não valorização da acção social escolar no ensino superior que, no mínimo, acompanhasse o aumento dos custos de frequência confirmam essa ausência de preocupação e de uma política social que transforme a escola num espaço a que todos, em condições de igualdade de oportunidades e independentemente da sua origem ou das dificuldades que apresentam, têm acesso e poderão ter sucesso.

No que respeita à Ciência e Investigação, nestes quatro anos assistiu-se a algum desenvolvimento mas nunca de forma sustentada, de forma a que fosse possível a sua consolidação. Foi criado um sistema assente na precariedade – em particular, dos seus recursos financeiros e humanos – que, por esse facto, conhecerá agora uma brusca contracção e um relevante retrocesso.

Nestes quatro anos foram ainda evidentes diversos atropelos cometidos contra os direitos sindicais e o seu exercício no sector da Educação, reflexo de medidas que foram tomadas contra a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública. A imposição de limites aos créditos sindicais, a proibição de realização de reuniões sindicais fora das escolas com recurso aos créditos horários dos docentes, a intromissão na autonomia da organização sindical, os constrangimentos colocados ao exercício dos direitos, nomeadamente por força dos regimes de avaliação de desempenho, mas também a desvalorização da negociação foram medidas e posturas que tiveram por objectivo enfraquecer a actividade e a vida sindical nas escolas.

Ao longo do mandato que agora termina, as organizações sindicais com intervenção específica na Educação, se forma autónoma ou em articulação no quadro de estruturas de coordenação

superior, responderam com determinação e veemência aos ataques a que estiveram sujeitos. A violência desses ataques, contudo, e a forma autocrática e prepotente como, por regra, agiram os governantes, tornaram este tempo muito difícil, mas nunca retiraram esperança e confiança à acção sindical.

5.2. Política Fiscal

A luta por uma maior justiça fiscal para assegurar uma mais justa distribuição de rendimentos e o financiamento de serviços públicos de qualidade foram os objectivos do XI Congresso.

Uma das reivindicações saídas do Congresso foi a redução gradual do IVA da taxa máxima, tendo sido reduzido de 21% para 20%, mas não houve as compensações da quebra de receitas por outros impostos, conforme a CGTP-IN proponha, nem houve reflexos nos preços dos bens e serviços, tendo sido absorvida pelas empresas.

Os governos do PS e do PSD/CDS perfilharam sempre do princípio de que a obtenção de receitas de forma mais rápida era por via dos impostos indirectos por um lado, e por outro para defender os rendimentos singulares e patrimoniais de determinadas elites sociais e das empresas. Como é sabido, os impostos indirectos têm um carácter regressivo provocando desigualdades porque penaliza os rendimentos mais baixos.

Durante o Governo de Sócrates as taxas do IVA voltaram a ser aumentadas situando-se a taxa mais elevada em 23%, ao mesmo tempo houve alterações da taxa em bens essenciais. Na vigência já do Governo PSD-CDS em 2011, a electricidade, o gás natural passaram da taxa mínima de IVA (6%) para a taxa máxima (23%), assim como de alguns bens alimentares e a restauração passou da taxa intermédia (13%) para 23% no OE para 2012.

O agravamento dos impostos indirectos reduz o poder de compra de grande parte da população e pode contribuir ainda para o aumento de desemprego e diminuir a competitividade externa.

A CGTP-IN condenou sempre esta via de obtenção de receitas imediatas à custa do aumento dos impostos indirectos, nomeadamente do IVA.

Dado o carácter progressivo dos impostos directos, sempre considerámos que a via mais justa de obtenção de receitas é sobre o IRS, IRC e impostos sobre o património imobiliário e mobiliário.

A CGTP-IN, aquando da discussão do OE 2009, propôs a criação de dois novos escalões do IRS (43% e 45%), o que vieram a ser concretizados de forma a aumentar a tributação dos rendimentos mais elevados, assim como o aumento da tributação do património mobiliário cujo valor estivesse acima de 500 mil euros, a tributação e das mais-valias.

As taxas do IRS dos rendimentos 2011 para concretizar os Planos de Estabilidade e Crescimento sofrem um agravamento de 1,5%, ou seja, todos os oito escalões agravaram, situando-se actualmente o mais baixo em 11,5% e o mais elevado em 46,5%. Os dois últimos escalões mais elevados foram afectados ainda pela limitação das deduções por despesas efectuadas com saúde, educação, encargos com lares e habitação.

Os rendimentos das pensões gradualmente, tendo visto a sua base tributária a igualizar-se aos trabalhadores no activo, o que tem levantado descontentamento, dado os benefícios fiscais existentes até então.

A CGTP-IN, ao longo da sua história, sempre deu especial atenção ao combate à fraude e evasão fiscal, à economia paralela, à corrupção e ao branqueamento de capitais e sempre saudámos as medidas que foram preconizadas nesse sentido. No relatório de actividades de 2008, dávamos conta de que as receitas do IRC tinham vindo a crescer, mas começava a dar sinais de quebra, e no relatório de actividades de 2009 registávamos que o ano ficou marcado por uma quebra de receitas fiscais na ordem dos 15% e o IRC teve uma redução de 23,8%. Aliás, o valor do défice foi muito influenciado pela quebra de receitas, que se justificou numa parte pela recessão económica, mas também pela enorme fraude e evasão fiscal.

A CGTP-IN sempre exigiu meios e modernização dos serviços fiscais da Administração Pública, para haver recursos e eficiência, nomeadamente na acção inspectiva.

No Relatório de 2011, dávamos conta de que os avanços anteriormente realizados neste combate estavam a regredir, dado que muitos trabalhadores destes serviços com experiência foram para a aposentação e não foram substituídos.

A CGTP-IN, em 2009, lançou uma petição “Pelo fim dos paraísos fiscais”, que recolheu uns milhares de assinaturas, tendo sido entregue ao Presidente da Assembleia da República em Janeiro de 2010. A mesma, por incrível que pareça, passados dois anos não foi ainda discutida em plenário.

Os paraísos fiscais continuam a ser um tema actual, dado que são fortes impulsionadores da fraude e evasão fiscal, o que exige um combate da CGTP-IN. Aliás, 20 empresas cotadas em Bolsa em Portugal criaram empresas em paraísos fiscais para não serem tributadas, entre elas estão empresas públicas.

Outra luta ao longo dos anos que a CGTP-IN sempre travou foi contra o sigilo bancário. A Lei 94/2009 e a Lei 37/2010 vieram introduzir alterações com algum significado, assim como a Lei 36/2010, onde é criado no Banco de Portugal uma base de contas bancárias existentes no sistema bancário e com os procedimentos a realizar por essas entidades há muito reclamadas.

O Governo do PSD-CDS criou um imposto extraordinário sobre o Subsídio de Natal de 2011, de 3,5% acima do SMN, tendo sido arrecado próximo de mil milhões de euros, o que foi um autêntico roubo a quem trabalha. Mas em relação às mais-valias, a atitude política já é bem diferente, tirando as pessoas individuais, a quem foi aumentada a tributação para 25%, a maioria esmagadora (+60%) continuam totalmente isentos, como as sociedades gestoras de participações sociais e os não residentes.

5.3. O Sistema de Justiça

A justiça do trabalho continua a ser tratada como o “parente pobre” do sistema de justiça no nosso país. Não porque o sistema em geral tenha tido uma evolução no sentido de proporcionar aos cidadãos uma resposta em tempo e disponibilizado um acesso nos termos previstos pela Constituição, mas porque continua a ser vista e tratada como um obstáculo á “flexibilidade” tão desejada pelo patronato e pelos governos de direita.

Esta desvalorização da aplicação do direito do trabalho e da contratação colectiva, em favor de uma “flexibilidade” desregulamentadora das relações laborais, justifica que os tribunais de trabalho sejam os que ocupam as instalações menos adequadas, algumas mesmo decrépitas, onde as condições para o exercício da justiça ou não existem ou estão reduzidas ao mínimo. Instalações onde as barreiras arquitectónicas impedem as vítimas de acidentes de trabalho de a elas acederem e com reduzidas condições de trabalho para os magistrados e funcionários judiciais.

Por outro lado, o acesso à justiça não é igual para todos e é extremamente lenta; os processos urgentes (que aumentaram em número com a última alteração do Código de Processo do Trabalho) correm a um ritmo inaceitável quando se quer fazer justiça e ela se torna, muitas vezes condição de sobrevivência, como quando está em causa um acidente de trabalho greve ou um despedimento arbitrário. Estes processos continuam a demorar anos para serem resolvidos deixando, quase sempre, as vítimas sem condições de sobrevivência. A morosidade continua a ser um problema grave que teima em não ser resolvido.

Por outro lado, o acesso à justiça, em condições de igualdade, não está minimamente assegurado, verificando-se situações em que os trabalhadores não recorrem aos tribunais por falta de meios económicos. Urge resolver este problema.

Por outro lado, também o sistema de fiscalização e sancionamento das infracções laborais não funciona ou, quando funciona, revela muitas fragilidades. O deficiente funcionamento da ACT e

a orientação não sancionatória predominantemente seguida, conduz a que muitos problemas não sejam resolvidos com prejuízo para os trabalhadores, e outros vão sobrecarregar o sistema de justiça, com prejuízo da morosidade. Um bom funcionamento da ACT/IGT, poderá contribuir para uma melhoria do sistema de justiça, o que não se verificou nos últimos anos, essencialmente por falta de vontade política.

6. SEGURANÇA, HIGIENE, E SAÚDE NO TRABALHO, IGUALDADE, CULTURA E TEMPOS LIVRES

6.1. Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho

Ao longo do último mandato, o Departamento de Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho da CGTP-IN procedeu a uma reformulação da sua actividade. Essa reformulação concretizou-se ao nível do carácter, âmbito e número das actividades desenvolvidas, com a definição de objectivos que melhoraram a actividade da CGTP-IN nesta área de intervenção, desenvolveu um conjunto de actividades concretas que permitiram a criação de importantes instrumentos para a actividade dos representantes dos trabalhadores para a SST. Uma dessas actividades foi a Campanha Nacional de Promoção da Segurança e Saúde nos Locais de Trabalho, desenvolvida através de um projecto executado no âmbito do POPH.

Actividades e projectos

Durante a Campanha Nacional de Promoção da Saúde e Segurança nos Locais de trabalho de 2008-2010 foram realizados 5 Workshops temáticos de sensibilização, em colaboração com diversas estruturas sindicais, reunindo várias centenas de sindicalistas, sobre temas como a Eleição de Representantes dos Trabalhadores (RT's), Equipamentos de Trabalho, Actividades Técnicas de SST, SST no Comércio e Serviços, entre outros. Organizámos um Encontro Nacional de RT's para a SST e um seminário de lançamento da campanha. Estas iniciativas, com as centenas de quadros mobilizados, saldaram-se em importantes momentos de reflexão e mobilização em matéria de SST.

A dinamização da campanha e das actividades do Departamento foi sustentada pelo sítio Web da Campanha, que serviu (e servirá, após a remodelação de que está a ser alvo) de Portal da Segurança e Saúde no trabalho no *site* da CGTP-IN (<http://shst.cgpt.pt>). Com o mesmo intuito foi criada uma *E-newsletter*, a *E-segurança*, para a divulgação de informação de interesse geral em matéria de SST, enviada a milhares de quadros, trabalhadores e trabalhadoras.

A produção e divulgação de instrumentos informativos práticos foram, também, uma preocupação constante do Departamento. No quadro da Campanha, foram editados 2 importantes guias: o *Guia para a Participação consciente na área da SST* e o *Guia de Acompanhamento do Processo Eleitoral dos RT's*. Além disso, foi traduzido e adaptado à realidade portuguesa um guia da CES/ETUI, o *Guia para a Avaliação dos Riscos nos Locais de Trabalho*. De referir que os guias em causa permitiram uma visibilidade sem precedente da actividade da CGTP-IN sendo, um deles, inclusive, constante de bibliografias recomendadas em algumas universidades em Portugal.

Para finalizar, foi realizado um estudo sobre o stress no local de trabalho, que envolveu os sectores dos transportes e do comércio e serviços, com a realização de acções de sensibilização nos dois sectores.

Foi elaborado com o Instituto Bento de Jesus Caraça (IBJC), um KIT de Formação para cursos, de 25h, dirigidos a RT'S e delegados sindicais. Estes cursos serão experimentados a partir de 2012.

Formação

Aqui importa referir o importante contributo do IBCJ, entidade com a qual o Departamento desenvolveu uma colaboração frutífera, que permitiu o desenvolvimento de importantes sinergias. Essa cooperação manifestou-se, nomeadamente, na oferta de cursos de formação de diversos tipos: Cursos de Formação para os RT's e Candidatos a RT's; Seminários de Sensibilização para quadros Sindicais; Cursos de Formação de Formadores de RT's,

O mesmo sucedeu com a Fiequimetal e o acompanhamento da sua actividade formativa de RT's, incluindo, até, a dispensa de técnicos do Departamento para o efeito.

Por outro lado, o STAL realizou uma campanha de SST, sectorial, inspirada na da CGTP-IN, ao abrigo da qual efectuou uma diversidade de acções formativas e de sensibilização.

Outros sectores, pontualmente, contaram também com a participação de técnicos do Departamento, como a FEVICCOM, Corticeiros e outros, em encontros sobre SST.

Actividade política e representativa

Este reforço de recursos e competências permitiu garantir à CGTP-IN um importante protagonismo, em linha com a nossa história, ao nível da representação da CGTP-IN nas estruturas em que participa como parceiro social. Ao nível nacional, assegurámos a participação e intervenção da CGTP-IN no Conselho Consultivo para a Promoção da SST e em diversos seminários temáticos organizados pela ACT, pela revista *Segurança* e por outras entidades.

Nessas situações, os nossos representantes foram sempre o reflexo da actividade sindical em matéria de SST, fazendo sentir as preocupações, quer gerais, quer sectoriais, nesta área.

Ao nível europeu, a CGTP-IN iniciou uma fase de maior participação e contribuição nas estruturas tripartidas (Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho e no Comité Europeu, bem como na CES, através de um maior envolvimento nos Grupos de Trabalho *ad hoc*, criados para o estudo de diversas matérias.

Apoio à actividade sindical

O Departamento desenvolveu, igualmente, um esforço crescente no apoio que presta e deve prestar ao MSU, designadamente, participando em iniciativas, divulgando informação, promovendo a participação de quadros sectoriais em eventos nacionais e internacionais, fazendo o levantamento dos responsáveis sectoriais em matéria de SST e respondendo, sempre que solicitado, às necessidades de emissão de pareceres, pequenas análises, informação estatística e legal e dispensa de técnicos para o desenvolvimento de actividades de interesse sindical.

6.2. Igualdade entre mulheres e homens

Ao longo do mandato e dos relatórios anuais, a actividade desenvolvida no âmbito deste departamento sempre constou na área de organização e no espaço dedicado à Comissão de Igualdade entre mulheres e homens.

A decisão tomada pelos órgãos da CGTP-IN após o último Congresso levou a esta situação, tendo a CGTP-IN, em termos políticos perdido espaço de intervenção que resulta desta separação, entre a actividade concreta da CIMH e a discussão política mais geral.

6.3. Igualdade e combate às discriminações

A actividade desenvolvida nesta área, teve, nos últimos quatro anos, como fulcro central a afirmação de combate – que continua a ser necessário desenvolver – às discriminações no trabalho e na sociedade, das pessoas com deficiência, portadores de HIV e toxicodependentes, e ainda com base na orientação sexual e na religião ou credo, tendo como preocupação o

desempenho de um papel essencial na difusão de informação, sensibilização, formação e educação para a cidadania neste âmbito.

Participámos em diversas iniciativas que tiveram como objectivo a discussão dos problemas que afectam os trabalhadores e trabalhadoras vítimas de discriminação ou a dar visibilidade a estas discriminações, nomeadamente, nas marchas LGBT, na Conferência Internacional sobre “Políticas Integradas contra as Discriminações das Pessoas LGBT”, e ao longo do mandato foram tomadas várias posições, entre as quais, sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo e sobre o dia mundial de luta contra a homofobia e transfobia,

Podemos afirmar que muito trabalho ficou por fazer, nomeadamente, na sensibilização das estruturas sindicais sobre estas temáticas, mas como em todas as áreas de trabalho da CGTP-IN há um caminho a percorrer e uma certeza, a CGTP-IN está sempre na luta contra todo o tipo de discriminações, quer seja nos locais de trabalho, quer seja na sociedade.

6.4. Cultura e Tempos Livres

No período compreendido entre Fevereiro de 2008 e Janeiro de 2012, o Departamento de Cultura e Tempos Livres deu continuidade à promoção da criação e divulgação cultural entre os trabalhadores, através da organização de concursos literários, de exposições, da edição de livros e boletins. O enfoque recaiu, contudo, na recuperação e tratamento do seu acervo documental, privilegiando a documentação cujo estado de conservação inspirava maiores cuidados e a criação de ferramentas de trabalho que permitam dar continuidade ao trabalho de descrição e divulgação do património documental desta central sindical. Neste sentido, realizaram-se as seguintes actividades:

Edições publicadas

- Rocha Chenaider, de João Silva, ex-repórter fotográfico da CGTP-IN (apresentação a 2 de Outubro de 2008, no Centro Cultural de Belém);
- Conto e poesia: concurso CGTP-IN: publicação dos trabalhos premiados no âmbito do concurso Conto e Poesia (apresentação a 18 de Setembro de 2009, na Casa do Alentejo, Lisboa);
- Contributos para a história do movimento operário e sindical: das raízes até 1977 (apresentação a 27 de Janeiro de 2011, no Museu da Electricidade, Lisboa, no Porto a 03 de Março, na Casa Sindical/União dos Sindicatos do Porto);
- CGTP-IN: 40 anos de luta com os trabalhadores (1970-2010) (apresentação a 11 de Maio de 2011, na Casa Sindical/União dos Sindicatos do Porto, e a 14 do mesmo mês na Feira do Livro de Lisboa);
- CGTP Cultura (boletim): publicação de 6 números (Fevereiro e Novembro de 2008; Março e Dezembro de 2009; Outubro de 2010; e Janeiro de 2011).

Concursos

- Conto e poesia: concorreram 330 obras, de 240 participantes (163 em conto e 167 em poesia), provenientes de todos os distritos de Portugal, do Brasil, de França, do Reino Unido e da Suíça. A entrega de prémios decorreu a 11 de Abril de 2008, no auditório da CGTP-IN.

Projecto “Tardes de cinema CGTP-IN”

- Organização e projecção de um ciclo de cinema intitulado “Controversos e Polémicos”, realizado entre Junho e Setembro de 2008, no auditório da CGTP-IN, tendo em vista a promoção do debate e convívio entre funcionários, dirigentes e outros camaradas do MSU;
- No âmbito deste ciclo, foram exibidos os seguintes filmes: “Irreversível”, de Gaspar Noé; “Laranja Mecânica”, de Stanley Kubrick; e “O Ódio”, de Mathieu Kassovitz.

Colaboração com o MSU

- Apoio técnico e logístico à organização da exposição 100 Anos com os Trabalhadores, inaugurada a 26 de Junho de 2008, por ocasião da celebração dos 100 anos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul.

Colaboração/apoio a instituições externas

- Participação no colóquio “Trabalho, Memória e Oportunidades”, organizado pelo Museu Michel Giacometti, a 26 de Abril de 2008, tendo participado como conferencista Maria José Maurício, com a comunicação intitulada “A Geração de Abril e as Perspectivas de Trabalho e Oportunidades para Mulheres e Jovens no Contexto Actual”;
- Colaboração na edição de um catálogo de cartazes alusivo aos 35 anos do 25 de Abril, editado por José Gualberto A. Freitas, em 2009, tendo-se autorizado, em Fevereiro, a publicação de alguns cartazes produzidos pela CGTP-IN;
- Empréstimo de cartazes, alusivos ao 25 de Abril e 1.º de Maio, para a exposição “Dias da História e da Cidadania”, patente na Escola Básica e Secundária de Santo António, Cidade Sol, Barreiro, entre Abril e Maio de 2009;
- Sessões de apresentação do CAD e noções básicas de arquivística nas turmas da disciplina de Técnicas de Arquivo, leccionada pela professora Fernanda Botelho, na Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, Lisboa, realizadas em Julho de 2009 e em Maio de 2010;
- Apoio técnico à exposição comemorativa dos 130 anos do jornal A Voz do Operário, em Novembro de 2009;
- Participação no colóquio “Crise cultural: um olhar sindicalista sobre o futuro”, realizado a 14 de Dezembro de 2011, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo como oradores Américo Nunes, Carlos Galiza e Fernando Gomes.

Fundação INATEL

- Acompanhamento da actividade da Fundação, nomeadamente através da participação nas reuniões do seu Conselho Consultivo e do Conselho Geral.

6.4.1. Centro de Arquivo e Documentação

- Assinalou-se o Dia Mundial do Livro, a 23 de Abril de 2008, com a publicação e oferta aos funcionários e dirigentes da CGTP-IN de cerca de 200 separadores/marcadores de livros alusivos ao mundo do livro e da escrita.
- Participação no I Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e Seus Arquivos, realizado em São Paulo, entre 9 e 11 de Setembro de 2008, e organizado pelo Centro de Documentação e Memória da Central Única de Trabalhadores (CUT), pelo Arquivo Nacional do Brasil e pela Associação Latino-Americana de Arquivos. O CAD interveio com a comunicação intitulada: O Centro de Arquivo e documentação da CGTP-IN (Portugal).
- Participação na jornada internacional “Arxius sindicals europeus: un model plural”, realizada em Barcelona, a 24 de Novembro de 2011, numa organização do Arquivo Histórico das Comisiones Obreras da Catalunha. O CAD interveio com a comunicação intitulada: O Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN e o Projecto de Preservação, Organização e Valorização do Acervo Documental da CGTP-IN.

Projecto de Preservação, Organização e Valorização do Acervo Documental da CGTP-IN (Setembro 2009 – Agosto 2011)

- Arquivo fotográfico: inventariação de 88 000 negativos; selecção, conservação e acondicionamento de 12 000; selecção, descrição, digitalização e disponibilização no portal Web do CAD online de 1200;

- Colecção de cartazes: selecção, catalogação, digitalização, acondicionamento e disponibilização no portal Web do CAD de 1194 exemplares;
- Colecção de jornais/revistas Alavanca (1974-1996): digitalização e disponibilização no portal Web do CAD da totalidade da colecção, cerca de 5 000 páginas;
- Testemunhos orais: recolha de 30 depoimentos de antigos e actuais dirigentes sindicais, com enfoque na década de 1970. Os depoimentos foram gravados, editados e descritos na base de dados ICA-AtoM, sendo possível efectuar a sua pesquisa online, bem como consultar excertos das respectivas gravações audiovisuais;
- Exposição comemorativa do 40.º aniversário da CGTP-IN: patente ao público na Praça Luís de Camões, Lisboa, entre 3 e 11 de Dezembro de 2010;
- Criação do portal Web do CAD, um espaço de divulgação da actividade cultural da CGTP-IN, bem como de pesquisa do seu acervo bibliográfico e arquivístico.

Doações documentais à CGTP-IN

- João Silva, ex-repórter fotográfico da CGTP-IN, doou, em Maio de 2008, parte do seu espólio fotográfico, composto por cerca de 140 envelopes, com negativos em formato 35mm, retratando diversas actividades de sindicatos, federações e uniões do movimento sindical unitário;
- O Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas doou, em Outubro de 2008, para efeitos de inventariação e preservação, uma colecção de bobines filmicas que data de entre 1978 e 1982, em película de 16 e 35 mm, e regista acontecimentos como o Congresso dos Sindicatos (1975), o 1.º de Maio de 1978 e 1981 e a greve geral de 1982;
- A esposa de Júlio Ribeiro, antigo dirigente sindical, doou, em Maio de 2010, uma colecção de documentos (circulares, comunicados, informações, recortes de jornais, etc.) de várias estruturas sindicais com sede em Aveiro, Guarda, Lisboa, Porto e Viseu. A colecção contém, também, vários documentos aprovados nas reuniões intersindicais realizadas antes do 25 de Abril de 1974;
- Américo Nunes doou, em 2011, uma colecção de documentos, entre originais e cópias, que usou para a elaboração do texto que escreveu para o livro Contributos para a história do movimento operário e sindical: das raízes até 1977.

Aquisições documentais

- Aquisição de parte do espólio fotográfico de Armindo Cardoso, repórter fotográfico da CGTP-IN entre 1975 e 1979. Foram adquiridos 5 663 negativos, a preto e branco, no formato 35mm, cujas datas medeiam, precisamente, entre 1975 e 1979, e que documentam, directa ou indirectamente, a actividade da CGTP-IN e do movimento sindical.

7. A ACTIVIDADE INTERNACIONAL

A actividade internacional desenvolvida no último quadriénio deu concretização às orientações e prioridades traçadas pelo 11º Congresso da CGTP-IN, tendo sido assegurada a intervenção e a participação da Central em inúmeros espaços sindicais ou de representação institucional. Apesar da multiplicidade e elevado custo de algumas deslocações e actividades, foi possível responder à grande maioria dos convites recebidos, promover iniciativas e realizar um vasto número de contactos, traduzidos num incremento significativo da acção da Área.

A melhor utilização de meios informáticos e, designadamente, da página Web da Central, permitiu a divulgação sistemática de actividades internacionais relevantes. De realçar, o grande número de tomadas de posição, mensagens de solidariedade e notícias sobre relações internacionais nela publicadas, em diversas línguas, o que também contribuiu para o reforço do relacionamento de cooperação e solidariedade com o movimento sindical internacional.

7.1. Confederação Europeia de Sindicatos (CES)

Reforçou-se a participação da CGTP-IN num período em que se colocaram desafios de enorme envergadura ao conjunto do movimento sindical europeu, em resultado da crise capitalista e das suas consequências para os trabalhadores e os povos. Uma ofensiva sem precedentes – que se tornou particularmente grave em países alvo de intervenções externas, como a Irlanda, a Grécia ou Portugal – e que alastra rapidamente a outros países da UE.

Neste contexto, no quadro da CES e do movimento sindical europeu, a CGTP-IN procurou dar um contributo específico à luz da análise e reflexão próprias, dos seus princípios e do seu projecto sindical, para o desenvolvimento de uma perspectiva consequente de intervenção e luta. A Central tem participado em reuniões informais do chamado “Grupo Latino” dos membros da CES e na Conferência Social Conjunta, que agrupa organizações filiadas ou não na CES e movimentos sociais europeus.

Em termos orgânicos, a Central reforçou a sua participação e intervenção nos órgãos estatutários da CES – Congresso, Comité de Direcção e Comité Executivo – tal como nos vários Comités e Grupos de Trabalho permanentes e temáticos e no Instituto Sindical Europeu (ETUI).

De realçar, a participação no 12º Congresso da CES, realizado em Atenas, em Maio de 2011. A CGTP-IN participou activamente na fase preparatória e no Congresso, tendo sido uma das organizações que mais propostas de alteração apresentou aos documentos principais.

Participámos, ainda, em 6 manifestações europeias: em 2008, na Eslovénia e em França; em 2009, em Espanha; em 2010 na Bélgica; e em 2011 na Hungria e no Luxemburgo. Em Maio de 2009, interviemos na Conferência de Meio Mandato da CES, em Paris, que, agendada para debater questões organizativas e estatutárias, foi reorientada para o posicionamento face à crise.

Intervindo nas várias áreas e frentes de trabalho, é de realçar, nomeadamente, a iniciativa da CGTP-IN no âmbito do processo de revisão da directiva sobre a organização do tempo de trabalho. Neste domínio, realizámos, em Lisboa, em Novembro de 2008, um importante Seminário Internacional sobre o Tempo de Trabalho, com a presença de 20 centrais sindicais europeias e internacionais.

A Central participou ainda em inúmeras reuniões temáticas, nomeadamente, sobre: a crise; economia e emprego; negociação colectiva e salários; desenvolvimento durável, energia e mudança climática; higiene, segurança e saúde no trabalho; protecção social; política de reestruturações e deslocalizações; formação ao longo da vida; formação sindical; migrações, inclusão e luta anti-racista; participação dos trabalhadores; comércio e globalização; coesão económica e social; fundos estruturais; diálogo social a nível europeu; assédio e violência no trabalho; Directiva Bolkestein; Serviços Públicos; Trabalho Digno; Litigação; Flexigurança. Manteve a sua participação em estruturas específicas, designadamente, na CES/Jovem (integrando o Comité Executivo em 2010 e 2011), no Comité de Mulheres, na FERPA (reformados) e EUROCADRES (organização de quadros) e, ainda, no Comité de Coordenação do Fórum Sindical Euromediterrânico.

Manteve-se a actividade nos Comités Sindicais Inter-Regionais, de âmbito transfronteiriço, garantida essencialmente pelas Uniões, e nos Comités de Empresa Europeus, actividade acompanhada, no fundamental, pelas Federações e/ou Sindicatos.

Reforçaram-se, encetaram-se (caso da DGB/Alemanha) ou retomaram-se relações bilaterais de cooperação com centrais sindicais filiadas na CES, a partir da presença da CGTP-IN nos respectivos Congressos ou outras iniciativas e em contactos multilaterais por ocasião de reuniões estatutárias ou temáticas da CES.

Em Novembro de 2008, realizou-se, em Guimarães, a Cimeira Sindical Ibérica, que aprovou uma declaração comum das maiores Centrais da Península. Em Novembro de 2010, teve lugar, em Portugal, uma importante iniciativa de solidariedade de organizações espanholas, francesas e italianas, em torno da Greve Geral de 24/11.

7.2. Restante Movimento Sindical Europeu

Reactivaram-se relações com o STUC da Escócia, intensificaram-se com Centrais Sindicais não filiadas na CES, com destaque para a PEO de Chipre (que visitou Portugal a convite da CGTP-IN em 2010) e a CIG da Galiza e mantiveram-se contactos com as Confederações Sindicais da Rússia (FNPR), da Ucrânia (FSU) e SSS (Sérvia, que a CGTP-IN visitou em 2010). Registaram-se, ainda, intercâmbios com organizações ou agrupamentos sindicais como a PAME da Grécia, a CUT da Galiza e a LAB do País Basco.

7.3. Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP)

Durante o quadriénio, realizaram-se: o Congresso (Luanda, 2010), quatro reuniões da Comissão Executiva e uma da Direcção Executiva desta Comunidade Sindical. Na sequência do Congresso, a CGTP-IN assumiu, até Julho de 2012, a Secretaria Executiva da CSPLP. Em Dezembro de 2011, a CGTP-IN foi anfitriã de reuniões da Direcção e Comissão Executiva desta estrutura. Participámos em reuniões preparatórias e no 1º Fórum da Sociedade Civil da CPLP, em Brasília. A CGTP-IN participou em diversos Congressos e iniciativas promovidas pelas Centrais dos PALOP, do Brasil e de Timor-leste. O reforço de relações com centrais deste espaço traduziu-se, designadamente, na renovação do protocolo de cooperação com a UNTA-CS de Angola e na continuação do Projecto “Cooperar é construir”, desenvolvido no âmbito de protocolo tripartido, entre a CGTP-IN, a UNTA-CS e o INOVINTER, bem como no desenvolvimento de um Projecto de cooperação e formação, em conjunto com o IBJC, em apoio à UNTC-CS de Cabo Verde. A CGTP-IN, em colaboração com a OIT, recebeu e participou em diversas iniciativas de formação para os PALOP/CPLP.

7.4. África

Para além da cooperação com os movimentos sindicais dos PALOP, a CGTP-IN manteve contactos e participou no Congresso da Organização de Unidade Sindical Africana (OUSA), a Confederação Regional do Continente, e no Congresso da central sindical da África do Sul, a COSATU.

7.5. Espaço Euro-Mediterrânico (EUROMED)

O Norte de África e o Médio Oriente têm sido palco de preocupantes conflitos, mas também de alterações políticas que colocaram novos desafios neste espaço sindical. A CGTP-IN deu, assim, atenção acrescida ao trabalho nesta região (Europa, Norte de África e Médio Oriente) e participou nas reuniões do Comité Sindical de Coordenação.

A Central manteve o seu relacionamento com a Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes (CISA) – procurando contrariar a discriminação de que esta tem vindo, recentemente, a ser alvo no âmbito do EUROMED –, participou no seu Congresso; com a USTMA (União dos Sindicatos dos Trabalhadores do Magrebe Árabe); com os movimentos sindicais da Palestina, Síria, Líbano, Iraque, Egipto, Líbia, Tunísia, Jordânia, Argélia, Marrocos, Turquia; e com a central sindical sarauí, UGTSARIO.

7.6. Espaço Latino-Americano

A CGTP-IN esteve presente em diversos Congressos e actividades das Centrais Sindicais do Brasil, designadamente da CUT, Força Sindical, CTB, UGT, CGTB e NCST, tendo recebido em Portugal algumas destas organizações.

Participámos também em Congressos Sindicais da CTA da Argentina, do PIT/CNT do Uruguai, da CUT do Chile, da CROC e do SME do México, tendo recebido visitas do PIT/CNT do

Uruguai e da CTA da Argentina. Efectuámos uma visita e participámos em los. de Maio da CTC de Cuba.

De relevo ainda a participação da Central em 3 Encontros Sindicais “Nossa América” e em actividades regionais da CSI e da FSM no espaço latino-americano.

Estivemos ainda presentes em diversas Cimeiras Ibero-Americanas (Portugal, Espanha e Brasil), sempre antecedidas de “Cimeiras Sindicais/Interlocutores Sociais” deste espaço.

7.7. Outros Espaços Sindicais

A CGTP-IN manteve relações com a Federação Geral dos Sindicatos da China (ACFTU), organização sem filiação internacional, tendo recebido uma delegação sindical chinesa e participado, ao longo do mandato, nas reuniões anuais do Fórum Sindical Internacional em Pequim, cada vez mais participado por movimentos sindicais de todos os continentes. Participámos no Congresso do CITU e efectuámos contactos com o AITUC, ambos da Índia; estabelecemos relações, em duas visitas bilaterais, com a PLF do Paquistão.

Participámos no Congresso da CSN do Quebeque (Canadá).

Em deslocação aos EUA, foram estabelecidos contactos com as organizações sindicais AFL-CIO e CTW.

7.8. Movimento Sindical Mundial

A CGTP-IN participou, como observadora, em Junho de 2010, no 2.º Congresso da Confederação Sindical Internacional (CSI), em Vancouver e, em Maio de 2011, no 16º Congresso da Federação Sindical Mundial (FSM), em Atenas.

Num quadro de aprofundamento da crise, a CGTP-IN procurou incrementar a unidade na acção com o movimento sindical internacional com e sem filiação internacional. Associou-se, assim, às Jornadas Mundiais da CSI sobre o Trabalho Digno e aos Dias Internacionais de Luta promovidos pela FSM, participou em várias iniciativas regionais, sectoriais ou temáticas, promovidas por ambas as centrais mundiais e recebeu, em Lisboa, os respectivos Secretários-Gerais.

Ainda no plano global é de realçar, entre outras, a presença de uma delegação da Interjovem/CGTP-IN no 17º Festival Mundial da Juventude e Estudantes, realizado em 2010, na África do Sul.

7.9. Paz, Cooperação e Solidariedade Internacional

A luta pela Paz ganhou importância acrescida no mandato, perante o agravamento do belicismo, das tensões, ocupações e conflitos, do reforço da NATO e da crescente militarização da UE.

Em acções próprias ou em convergência com outras organizações – em particular, o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), o Movimento pela Paz na Palestina e no Médio Oriente (MPPM) e o Tribunal do Iraque – priorizou-se a solidariedade com os trabalhadores e o povo da Palestina, tendo a CGTP-IN integrado uma Missão à Palestina e assinalado as invasões de Gaza e outras agressões ao povo Palestiniano. Realce também para os trabalhadores e povo do Sahara Ocidental, com a realização da Conferência Sindical Internacional em Outubro de 2011, em Lisboa, a visita a Portugal da UGTSARIO, as participações nas Conferências Europeias de Solidariedade (EUCOCO), iniciativas em Lisboa com a presença de Aminetou Haidar, várias missões aos territórios ocupados e acampamentos de refugiados Saharauis. Destaque para a presença da CGTP-IN, em Dezembro de 2011, no Congresso da Frente POLISARIO.

A CGTP-IN promoveu, em 2009, em Lisboa, um encontro de solidariedade com a CTC, os trabalhadores e o povo cubano, vítimas de um criminoso bloqueio e integrou o vasto movimento público que exige a libertação dos 5 patriotas cubanos presos nos EUA. Participámos ainda em

várias acções e iniciativas de protesto e denúncia das acções imperialistas contra a Líbia, Síria, Iraque, Irão, Afeganistão/Paquistão, Honduras (protestos pelo golpe de estado) e Turquia (participação no 1º de Maio e julgamento na Turquia e acção pública em Lisboa, pela libertação dos sindicalistas da central sindical KESK), entre outros.

Em 2010, teve uma particular importância o envolvimento da CGTP-IN no lançamento, mobilização e realização da campanha PAZ SIM! NATO NÃO! que culminou com a maior manifestação até então realizada pela PAZ, em 20 de Novembro, em Lisboa.

A CGTP-IN participou, ainda, em diversas manifestações anuais, junto da Base dos EUA, em Rota, Espanha.

7.10. Globalização e Movimentos Sociais

A CGTP-IN interveio em diversas iniciativas sobre temáticas relacionadas com o processo de globalização. Destacam-se nesta área a participação da CGTP-IN nos Fóruns Sociais Europeus de Estocolmo, em 2008 e de Istambul, em 2010, bem como nos Fóruns Sociais Mundiais de Belém, em 2009 e de Porto Alegre, em 2010, e também no Fórum Social da Finlândia, em 2009. A CGTP-IN integra, ainda, o Comité de iniciativa da Conferência Social Conjunta europeia.

7.11. Actividades Comunitárias

No âmbito da aprovação do Tratado de Lisboa, a CGTP-IN realizou uma Sessão Pública, frente à Assembleia da República, sob a consigna “Tratado tem de ser referendado” e dirigiu uma carta aberta a todos os deputados, reclamando a realização de um referendo sobre a matéria.

No plano institucional, a Central participou nas auscultações a cada parceiro social, prévias à realização da generalidade dos Conselhos Europeus, promovidas pelo governo e mantém dois representantes no Comité Económico e Social Europeu (CESE).

A Central participou ainda em várias reuniões regulares de Comités Consultivos e Paritários, de diversos sectores de actividade profissional ou temáticos, promovidas pela Comissão ou pelo Parlamento Europeu.

Por nomeação da CES, a CGTP-IN participou, durante este período, em várias reuniões do Comité Político do Diálogo Social, no Comité do Mercado de Trabalho do diálogo Social e no Grupo de Trabalho Educação/Formação e noutras reuniões de grupos Ad-hoc, no quadro do diálogo social europeu.

7.12. Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A CGTP-IN participou nas sessões anuais da Conferência Internacional do Trabalho, assegurando (ora com delegado efectivo, ora com suplente) a representação formal dos trabalhadores portugueses.

Para além das participações nas sessões plenárias e comissões específicas das Conferências anuais, a CGTP-IN interveio activamente na discussão das grandes temáticas dos últimos anos que, face à crise do sistema, se centraram no Pacto Mundial para o Emprego, aprovado na OIT, e na defesa e promoção do trabalho digno.

Realizaram-se encontros de trabalho com o Gabinete da OIT para as relações com os trabalhadores (ACTRAV), recebemos em Portugal, em cooperação com a Organização, alguns grupos de formandos sindicais de países da CSPLP e participámos, em Lisboa, na 8ª reunião regional europeia da OIT, tendo mantido uma ligação regular ao seu Gabinete em Portugal.

A CGTP-IN elaborou, com regularidade, pareceres e respostas a inquéritos e solicitações da OIT e do Governo Português, em preparação das Conferências e para reuniões técnicas ou temáticas.

8. As Migrações

8.1. Imigração

No mandato, aprofundaram-se, na UE, orientações anti-sociais que põem em causa direitos dos trabalhadores migrantes, sejam eles originários dos estados-membros ou de países terceiros. Sob o espectro da “crise”, tenta-se encontrar nos migrantes as primeiras e mais “fáceis” vítimas. A CGTP-IN prosseguiu, em Portugal e na Europa, o seu combate a estas políticas.

Num quadro de aprofundamento da crise, particularmente grave em Portugal, aumentou o número de portugueses que emigrou e reduziu-se a dimensão da comunidade imigrante no nosso País.

Em Portugal, entrevistamos sobre a situação e legislação relativa aos imigrantes e na Europa dando combate a estes desenvolvimentos negativos.

De assinalar, o Seminário conjunto CGTP-IN/CUT do Brasil, “Migrações e Mundo do Trabalho”, em Lisboa, em 2008.

Prosseguiram as participações da CGTP-IN nos organismos de migrações da UE (reuniões do Comité Consultivo de Livre Circulação e do Comité Consultivo da Segurança Social dos Trabalhadores) e da CES (Migrações e Luta Anti-Racista).

A nível nacional, a Central manteve a sua intervenção nos organismos oficiais que integra: CICDR (Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial) e COCAI (Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração).

Para além de iniciativas sindicais de mobilização, sindicalização e organização dos trabalhadores imigrantes, realizaram-se reuniões com dirigentes, delegados e activistas sindicais ligados à imigração, especialmente, no quadro do Projecto “Imigração – Informar e Formar para Melhor Integrar”, desenvolvido em 2010 e 2011, que culminou com uma Conferência Sindical Internacional, em Dezembro de 2011. A Central participou também em acções de solidariedade com as comunidades estrangeiras e minorias étnicas no nosso país e contra o racismo e xenofobia, muitas vezes em articulação com outros movimentos, ONG, igrejas e associações de imigrantes.

8.2. Emigração

A CGTP-IN manteve contacto com Conselheiros das Comunidades Portuguesas, com o movimento associativo na emigração e com sindicatos dos países de acolhimento.

No plano das instituições comunitárias, prosseguiu a sua participação nos Comités Consultivos da UE sobre Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes e sobre Livre Circulação de Trabalhadores no espaço europeu.

Realizaram-se iniciativas conjuntas sobre trabalho e migrações no Reino Unido, na Tunísia, em Chipre, na Grécia e na Ucrânia.

Em 2008 foi renovado o acordo de cooperação entre a CGTP-IN e a OGB-L do Luxemburgo. Destaque para o II Encontro de Sindicalistas, Conselheiros e Associações na Europa, promovido conjuntamente com a OGB-L do Luxemburgo, em Outubro de 2009.

A nível internacional, participámos, em 2010, numa Conferência Mundial da OIM (Agência da ONU para as Migrações)

9. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E OS QUADROS

9.1. A Organização de Base

9.1.1. Sindicalização

Quanto à sindicalização, as metas definidas no 11.º Congresso não foram atingidas porque a crescente precariedade e desregulamentação laboral, a destruição do aparelho produtivo com encerramento e deslocalização de muitas e significativas empresas, por um lado, e, por outro, o encerramento e desmantelamento de serviços públicos, condicionou o trabalho de base e não propiciou as melhores condições para se concretizarem os objectivos definidos.

No entanto, apesar das condições difíceis e mesmo violentas para os trabalhadores e a organização sindical nos locais de trabalho, foi possível desenvolver uma forte mobilização e luta intensa com grandes acções de massas e simultaneamente dinamizar a sindicalização que atingiu um resultado significativo neste mandato com mais **120.220** novas sindicalizações.

É de salientar o facto de as novas sindicalizações se reportarem a **63.322** mulheres (**59,2 %**) e **25.795** (**24,1. %**) a jovens do escalão etário até 30 anos, conforme consta no **Quadro – I**, sendo que do total existem 13.347 novas sindicalizações que os sindicatos não desagregaram.

9.1.2. Delegados Sindicais

Registou-se uma evolução muito positiva na eleição e reeleição de Delegados Sindicais, tendo sido ultrapassados os objectivos definidos para o mandato ao atingir-se o número de **12.528** de novos mandatos de Delegados Sindicais, o que evidencia uma significativa renovação da organização de base dos sindicatos.

Dos **12.528** novos mandatos de Delegados Sindicais, pode constatar-se no **Quadro – I**, que **7.845** são mulheres (**62,6%**) e **916** são jovens até 30 anos (**7,3%**). É de salientar o crescimento do número de mulheres com responsabilidades sindicais ao nível da base, assim como o rejuvenescimento da rede de Delegados Sindicais com a entrada de mais de **916** jovens do escalão etário até aos 30 anos.

Há que intensificar a renovação, o rejuvenescimento e o alargamento da rede de Delegados Sindicais para que os sindicatos estejam representados e possam intervir quotidianamente em maior número de empresas e serviços, porque é nos locais de trabalho que se desenvolve a intervenção sindical que tem de corresponder às aspirações dos/as trabalhadores/as e são também os locais de trabalho a fonte que alimenta e dá vitalidade a toda a estrutura sindical.

9.1.3. Representantes para a SHST

Mesmo tendo presente que o Código do Trabalho criou algumas dificuldades à eleição de representantes para a SHST, pela carga burocrática que impõe aos processos eleitorais, não é menos verdade que alguns sindicatos não deram suficiente atenção a este trabalho, o que se reflectiu no desaproveitamento das potencialidades de eleger mais representantes, na qualidade da informação produzida e num insuficiente acompanhamento e organização estruturada dos eleitos.

O número de processos eleitorais concluídos e a quantidade de trabalhadores eleitos, efectuado a partir dos dados fornecidos pelos sindicatos, não traduz com rigor a realidade, uma vez que foram efectuadas eleições e eleitos representantes que não foram registados centralmente devido a não ter sido prestada a necessária informação. Em todo o caso, embora se considere que os dados constantes do **Quadro I – 1013** mandatos, estejam subestimados, é um facto que ainda assim os resultados obtidos nesta importante tarefa de trabalho estão aquém do que é desejável e mesmo necessário.

Por outro lado, o insuficiente apoio, ou até a ausência de acompanhamento aos representantes eleitos, impede que eles possam desempenhar com eficácia o seu papel e que alguns sejam mesmo tentados a desistir devido à falta de orientação, de condições e, conseqüentemente, de motivação para o exercício das respectivas funções.

É preciso inverter esta situação, através de uma efectiva melhoria do trabalho de direcção, impulsionando a intervenção sindical planificada e direccionada para empresas e serviços prioritários, tendo como objectivo a eleição de mais representantes para a SHST e, simultaneamente, intensificar a execução de acções de sensibilização dos dirigentes e delegados sindicais, bem como a formação específica dos representantes eleitos.

No Quadro I estão registados os resultados entre Janeiro de 2008 e Junho de 2011

QUADRO-I

SECTORES DE ACTIVIDADE	① SINDICALIZAÇÃO			② DELEGADOS SINDICAIS			③ S.H.S.T.			④ TOTAL MANDATO		
	HOM	MU LH	Até 30 anos	HO M	MU LH	Até 30 anos	HO M	MU LH	Até 30 anos	① SIND.	② .S.	③ S.H. S.T.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7675	15719	3354	1120	2428	145	90	83	3	23394	3548	173
AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO, HOTELARIA, BEBIDAS E TURISMO	4605	10743	2737	311	359	130	60	27	10	15676	670	87
BANCA	526	764	343	227	112	17	0	1	0	1290	348	1
COMÉRCIO, ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS	5765	12462	5940	200	420	148	0	0	0	21710	649	0
COMUNICAÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES	1317	1022	800	159	25	17	4	0	0	3007	184	4
CONSTRUÇÃO, CERÂMICA E VIDRO	4107	551	426	155	12	16	66	5	9	9289	187	71
MAR E PESCA	281	136	96	4	3	1	0	0	0	417	7	0
METALURGIA, QUIMICA, FARM., ELÉCTRICA, ENERGIA E MINAS	11212	3641	4002	839	152	121	528	75	64	16071	1004	630
PROFESSORES	1844	6555	2600	1267	3994	194	0	0	0	8399	5261	0
SAÚDE	507	2731	2175	102	193	87	0	1	0	3277	295	1
TÊXTIL, LANIFÍCIOS, VESTUÁRIO, CALÇADO E PELES	2236	8323	2463	50	110	18	11	19	0	10607	160	32

TRANSPORTES	3416	629	842	167	37	22	10	4	3	6977	214	14
OUTROS	60	46	17	1	0	0	0	0	0	106	1	0
TOTAL	43551	633	257	460	784	916	769	215	89	12022	125	101
		22	95	2	5					0	28	3

Nota: Os números referentes a Homens, Mulheres e Jovens apresentam algumas discrepâncias relativamente ao Total do Mandato porque alguns Sindicatos não indicam os números desagregados, somando estes casos 13347 novas sindicalizações.

9.1.4. Comissões de Trabalhadores

As Comissões de Trabalhadores não são estruturas sindicais, mas são estruturas de base e a maioria das CTs cooperam com as estruturas do Movimento Sindical Unitário, num quadro de respeito pela autonomia própria de cada uma das estruturas.

Actualmente, a CGTP-IN tem o registo de **1.432** Comissões de Trabalhadores com estatutos publicados. No decorrer do mandato, foram publicados **49** novos estatutos e **124** alterações a estatutos de CTs. Foi também publicada neste período de quatro anos a identificação dos membros que compõem **309** Comissões de Trabalhadores, representando **2378** membros, dos quais **374** são mulheres (**15,7 %**).

Num levantamento relativo à eleição das CT's no final de 2010, em **90** empresas representando **91.029** trabalhadores, **45.822 (50,3%)** votaram para as comissões de trabalhadores, dos quais **34.306 (74,9%)** votaram em listas unitárias identificadas com a CGTP-IN e **11.026 (24,6%)** votaram noutras listas.

A cooperação do Movimento Sindical com as CTs deve prosseguir, porque é útil para os trabalhadores a convergência e complementaridade de acção de ambas as estruturas de base.

9.2. Eleições Sindicais

As eleições sindicais que ocorreram entre Janeiro de 2008 e o final do ano de 2011, foram **132** actos eleitorais em Sindicatos do MSU, tendo sido eleitos **4.388** dirigentes, dos quais **1.593** são mulheres (**36,3%**) e **165** Jovens (**3,8%**).

Foram recolhidos e tratados dados relativos às eleições em **75** Sindicatos nos quais votaram **145.331** trabalhadores do total de **437.721** inscritos nos cadernos eleitorais e destes votaram nas listas identificadas com a CGTP-IN **131.134** trabalhadores o que corresponde a **90,2%** dos eleitores que exerceram o seu direito de voto.

No estudo efectuado verificou-se que em **71** Sindicatos existem **2458** dirigentes, **817** são mulheres e **151** jovens. A média etária geral é de **46** anos, sendo a dos homens de **47,6** e a das mulheres de **42,2** anos e a dos jovens com menos de **30** anos, cuja média etária é de **25,6** anos.

Assim, no universo de Sindicatos do MSU regista-se um total de **5.007** dirigentes, sendo **1.729 – 36,6%** mulheres e **164 – 6,3%** jovens do escalão etário até 30 anos.

9.3. A Estrutura e a Reestruturação Sindical

9.3.1. Sindicatos

No período decorrido entre o último Congresso e o final Novembro de 2011, verificaram-se alterações estruturais em diversos sindicatos. A reestruturação sindical teve continuidade através de fusões de sindicatos e de Federações e consolidaram-se processos de reestruturação iniciados em mandatos anteriores.

No 11.º Congresso da CGTP-IN registamos **141** sindicatos activos, dos quais **88** eram sindicatos filiados, **21** a cooperarem com regularidade com a Central e **32** a cooperarem de forma pontual. Com as medidas de reestruturação executadas ao longo do mandato passámos para **131** sindicatos activos, destes **83** são filiados, **19** não são filiados mas cooperam de forma activa e regular com a CGTP-IN e os restantes **29** sindicatos não filiados cooperam de forma pontual.

Extinguiram-se **15** Sindicatos, dos quais **12** eram filiados na CGTP-IN e **3** não filiados. Estas extinções tiveram lugar na sequência da adopção de processos de integração e fusão dos seguintes sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Viana do Castelo;
- Sindicato dos Metalúrgicos e Ofícios Correlativos da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Norte;
- STIENC – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte e Centro;
- SINORQUIFA – Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Braga;
- SINQUIFA – Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, sul e Ilhas;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Aveiro, Viseu, Guarda e Coimbra;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica dos Distritos de Lisboa, Leiria, Santarém e Castelo Branco;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa;
- Sindicato dos Técnicos de Prótese Dentária;
- Sindicato dos Pescadores da Póvoa do Varzim.

Constituíram-se, ao longo deste mandato, 5 sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Actividades Metalúrgicas da Região Autónoma da Madeira
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Energia e Actividades do Ambiente do Sul – SITE Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Norte – SITE NORTE;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Centro Norte – SITE CN;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Centro Sul e Regiões Autónomas – CSRA.

Relativamente ao âmbito geográfico os Sindicatos do MSU, repartem-se da seguinte forma:

- 51 Sindicatos têm âmbito Nacional;
- 45 Sindicatos têm âmbito Pluridistrital;
- 17 Sindicatos têm âmbito distrital;
- 13 Sindicatos têm âmbito regional;
- 1 Sindicatos têm âmbito ao (s) Concelho (s);
- 2 Sindicatos têm âmbito ao estrangeiro;
- 2 Sindicatos têm âmbito às ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Quanto ao âmbito pessoal:

- 43 Sindicatos têm âmbito profissional;
- 82 têm âmbito sectorial vertical;
- 3 têm simultaneamente âmbitos de actividade vertical e profissional;
- 3 têm âmbito profissional, numa parte, e vertical, na outra.

Também durante o mandato, alteraram os seus estatutos **80** Sindicatos, **9** Uniões Distritais e **6** Federações do MSU e constituíram-se **14** Sindicatos de identidade indefinida.

Alteraram estatutos, entre outros os seguintes Sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores;
- Sindicato dos Funcionários Judiciais – SFJ;
- Sindicato dos Trabalhadores Consulares e Missões Diplomáticas no Estrangeiro – STCDE;
- Sindicato dos Magistrados do Ministério Público;
- Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos – STI;
- Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro;
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local — STAL;
- Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Bragança;
- Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Portalegre;
- Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Faro;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa;
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção de Portugal;
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Afins da Região a Norte do Rio Douro;
- Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Doméstica e Actividades Diversas;
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual — SINTTAV;
- Associação Sindical dos Profissionais de Polícia – ASPP/PSP;
- Sindicato dos Jornalistas;
- Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social
- Associação Sindical dos Trabalhadores dos Serviços Prisionais;
- SPEUE — Sindicato Português dos Engenheiros Graduados na União Europeia;
- Sindicato dos Professores da Região Centro – SPRC
- Sindicato dos Professores do Norte – SPN
- Sindicato dos Fogueiros, Energia e Indústrias Transformadoras – SIFOMATE
- Sindicato dos Metalúrgicos e Ofícios Correlativos da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Sul, SITE – SUL;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Sul, SITE – NORTE;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Centro Norte, SITE – CN;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Centro Sul e Regiões Autónomas, SITE – CSRA;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Norte;
- STIENC — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte e Centro;
- SINORQUIFA — Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Braga;

- SINQUIFA — Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Aveiro, Viseu, Guarda e Coimbra;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica dos Distritos de Lisboa, Leiria, Santarém e Castelo Branco;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Norte;
- Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Centro;
- SQT — Sindicato dos Quadros e Técnicos de Desenho;
- Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social;
- Sindicato dos Médicos do Norte;
- Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social — STSSSS;
- Sindicato dos Trabalhadores dos Sectores Têxteis, Vestuário, Calçado e Curtumes do Distrito do Porto;
- Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil de Aveiro;
- Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Actividades Metalúrgicas da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
- Associação Nacional de Dentistas;
- Sindicato dos Enfermeiros Portugueses;
- Sindicato dos Professores da Região Açores;
- Sindicato do Corpo da Guarda Prisional;
- Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte.
- Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espectáculo e do Audiovisual – CENA

Relativamente a filiações de sindicatos na CGTP-IN, é de salientar que, durante o mandato, não se verificou qualquer desfiliação de sindicatos, embora se registe que dos **88** sindicatos filiados na altura do 11.º Congresso, passamos para **83** filiados, sendo esta redução do número de sindicatos filiados resultante dos processos de fusão e integração dos sindicatos.

Registaram-se neste período novas filiações de Sindicatos que cooperavam com a CGTP-IN e que passaram a ser Sindicatos filiados:

- Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Financeira – SINTAF
- Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercante – OFICIAISMAR

Registou-se, também, a filiação dos seguintes Sindicatos, que se constituíram na sequência de processos de reestruturação:

- Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Actividades Metalúrgicas da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Energia e Actividades do Ambiente do Sul – SITE Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Norte – SITE NORTE;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Centro Norte – SITE CN;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Centro Sul e Regiões Autónomas – CSRA.

Estas cinco filiações constituem um importante reforço orgânico da CGTP-IN, fortalecendo-se, assim, a solidariedade entre todos os trabalhadores. Há que prosseguir e aprofundar a cooperação aos diversos níveis da estrutura sindical com os sindicatos não filiados, tendo em vista alargar o

envolvimento e a participação dos trabalhadores na acção sindical e nas iniciativas definidas pela Central e as suas estruturas regionais e sectoriais.

9.3.2. Uniões de Sindicatos

As Uniões Distritais e Regionais são vinte e duas (**22**), que estatutariamente são estruturas intermédias da CGTP-IN. Durante o mandato, registaram-se **20** Congressos / Plenários eleitorais em **18** Uniões distritais.

Nos Órgãos estatutários máximos destas estruturas intermédias foram eleitos **446** dirigentes, dos quais **151 (33,8%)** são mulheres e **32 (7,1%)** são Jovens. A média etária geral apurada é de **45,8** anos, sendo a dos homens de **46,4** anos, a das mulheres de **44** e a dos jovens de **27,2** anos.

Das **7** Uniões Locais existentes, reuniram, durante o mandato, **1** em Plenários eleitorais, tendo sido eleitos **15** dirigentes, dos quais **12 (80%)** são mulheres e **3 (20%)** são Jovens.

9.3.3. Federações de Sindicatos

As Federações que se assumem como estruturas intermédias da CGTP-IN são **10**. Durante o mandato, registaram-se **5** Congressos / Plenários eleitorais em **5** Federações tendo sido eleitos **133** dirigentes, dos quais **45 (33,8%)** são mulheres e **7 (5,26%)** são Jovens. A média etária geral apurada nas **5** federações é de **46,1** anos, sendo a dos homens de **49,3** anos, a das mulheres de **43,3** e a dos jovens de **27,8** anos.

9.4. As Organizações Específicas

9.4.1. Interjovem/CGTP-IN

A acção da Interjovem/CGTP-IN teve, nos últimos anos, como eixo central, a Luta pelo Trabalho com Direitos, num forte combate à precariedade e a todas as discriminações em que os jovens são vítimas, cumprindo, assim, as orientações traçadas no último Congresso da CGTP-IN e as conclusões da 6ª Conferência Nacional da Interjovem/CGTP-IN.

Ao longo do mandato, foram feitos esforços para uma maior participação dos jovens trabalhadores nas acções do momento sindical que se fizeram, em larga medida, através da articulação entre a Interjovem/CGTP-IN e as estruturas sindicais.

Realizámos a 6ª Conferência Nacional da Interjovem/CGTP-IN no dia 30 de Janeiro de 2009, numa fase de graves ataques aos direitos dos jovens trabalhadores mas também de forte resistência e exigência daquilo que nos propusemos a ter como plano de acção – Lutar contra a Precariedade, pelo trabalho estável e com direitos.

A preparação e realização da Conferência permitiram que a Interjovem consolidasse a sua linha de acção, centrada nos locais de trabalho, espaço estratégico de contacto, conhecimento e resolução dos problemas que mais afectam os jovens trabalhadores, sempre em articulação e com trabalho planificado conjuntamente com os Sindicatos e Uniões, promovendo sempre a participação activa dos jovens trabalhadores na acção dos seus sindicatos.

É de valorizar a participação dos activistas sindicais na Interjovem/CGTP-IN nas várias iniciativas e acções dos seus sindicatos, assim como nas iniciativas de carácter mais geral promovidas pelas Uniões de sindicatos de cada distrito e pela CGTP-IN.

Ao longo do mandato, foram editados vários comunicados, cartazes e outros materiais próprios da Interjovem/CGTP-IN, dirigidos aos trabalhadores mais jovens que serviram para importantes acções de contacto, esclarecimento e mobilização nas empresas e locais de trabalho. A participação da Interjovem/CGTP-IN foi visível, em diversas acções de luta e de protesto, conseguindo-se que a sua presença fosse sentida no início das acções de rua, de forma visível,

dando sinais da combatividade e participação dos jovens trabalhadores, principalmente nas grandes manifestações nacionais que se realizaram ao longo deste mandato.

A realização de diversas iniciativas a nível distrital, em empresas e locais de trabalho, nomeadamente, através de tomadas de posição da Interjovem/CGTP-IN, conferências de imprensa sobre os problemas sentidos nas empresas ou a realização de diversas tribunas públicas, tornaram-se importantes para chamar a atenção dos ataques aos direitos dos jovens trabalhadores que, cada vez mais se fazem sentir. São de realçar as dezenas de acções de contacto e mobilização nas empresas, as tribunas públicas e conferências de imprensa que temos promovido todos os anos para divulgar o dia nacional da Juventude, a 28 de Março.

Anualmente, assinalámos este dia como Dia Nacional da Juventude e como um dia de Luta que a Interjovem/CGTP-IN desde 2006 tem marcado pela positiva, com a realização de uma Manifestação Nacional em Lisboa em torno dos problemas que afectam os jovens trabalhadores e que têm contado com a participação de milhares de jovens trabalhadores.

A participação dos jovens trabalhadores nas acções de luta desenvolvidas, nomeadamente, a importante participação na construção das duas greves gerais, em Novembro de 2010 e 2011, demonstrou que é possível a participação dos jovens trabalhadores, de forma organizada na acção sindical, juntando ao protesto de todos os trabalhadores, as suas reivindicações específicas.

A realização de acções da Interjovem/CGTP-IN, de denúncia dos problemas específicos que afectam os jovens trabalhadores foi uma constante ao longo de todo o mandato, ainda que, muitas vezes, houvesse dificuldades para a sua realização em todo o país.

A “Estafeta contra a Precariedade”, realizada em Fevereiro de 2009, campanha dirigida para os locais de trabalho com grande concentração de trabalhadores com vínculo precário foi disso um exemplo importante. Durante esta campanha, estivemos em contacto com centenas de jovens trabalhadores, incentivando-os à denúncia dos seus contratos, muitas vezes ilegais, à sindicalização e ao seu envolvimento na resolução do problema da precariedade.

Realizámos o “PIC-NIC contra a Precariedade”, em Julho de 2010 envolvendo associações e movimentos como a JOC (Juventude Operária Católica), a ABIC (Associação de Bolseiros de Investigação) e o M12M (Movimento 12 de Março), momento importante de convívio e de afirmação dos valores do trabalho estável e com direitos, onde foi possível a realização de debates sobre temas relacionados com as reivindicações dos jovens trabalhadores acerca do trabalho com direitos, bem com a aprovação de um documento subscrito pelos participantes com o lema “Tomemos nas nossas mãos os destinos das nossas vidas”.

Realizamos ainda, 16 de Setembro de 2010, uma acção de luta da juventude trabalhadora, descentralizada, pelo trabalho com direitos, contra a Precariedade e o desemprego.

Esta foi uma acção que assumiu contornos diferentes em cada um dos distritos, realizando-se, nesse dia, acções de rua e tribunas públicas em várias praças centrais das cidades, acções de contactos em empresas e centros de emprego, concertos, recolha e entrega de assinaturas em defesa do Trabalho com Direitos, entre outras acções.

No dia 1º de Maio do ano de 2010 lançámos uma petição para a qual foram recolhidas nas empresas e locais de trabalho, em locais de concentração de jovens e durante as iniciativas de protesto realizadas, mais de 20 mil assinaturas exigindo “Que a um posto de trabalho permanente, corresponda um vínculo de trabalho efectivo”.

Esta petição, promovida pela Interjovem/CGTP-IN foi entregue na Assembleia da República em Outubro do mesmo ano com um Cordão Humano constituído por mais de 100 dirigente e delegados sindicais jovens que voltaram à Assembleia da República no dia da discussão dos grupos parlamentares sobre este documento, em Setembro de 2011.

Destacamos as recentes iniciativas lançadas durante o mês de Dezembro para realizar em alguns distritos no mês de Janeiro de 2012, onde a INTERJOVEM adoptou como lema “Contra o desemprego! Não fiques parado! Marcha pelo Trabalho com Direitos! iniciativas estas que têm

presente o protesto e luta contra o desemprego e a precariedade, rejeitar o programa de agressão, afirmando as nossas propostas e o XII congresso da nossa CGTP-IN.

É de realçar que, apesar de todas as dificuldades sentidas pelos jovens trabalhadores, nomeadamente o aumento da ofensiva nas empresas para que não participem no protesto, as manifestações deste dia, tem sido, grandes acções de afirmação dos direitos da juventude trabalhadora, da sua capacidade de resistência e de rejeição dos retrocessos sociais que querem impor à juventude.

Ao longo destes 4 anos, realçamos como positivo o reforço do trabalho conjunto e articulado entre os Sindicatos, as Uniões e a Interjovem, sempre centrado no local de trabalho e no contacto com os jovens trabalhadores. Realçamos ainda a importância de se darem passos para a criação de Comissões de jovens nas estruturas sindicais.

Persistem ainda dificuldades de criação de estruturas de jovens em Sindicatos, Uniões e Federações e a fraca participação de alguns dirigentes nacionais nas iniciativas e na actividade regular da Interjovem/CGTP-IN, muitas vezes motivada pela procura de novos empregos (até no estrangeiro), melhor remunerados e com mais direitos, outras vezes motivada pelo desemprego crescente (encerramento e deslocalização de empresas, fim dos contratos, etc.) que afecta largamente os jovens trabalhadores.

Entendemos que progressivamente devem ser dados passos no sentido do reforço da participação de jovens nas direcções sindicais e na sua responsabilização, direccionando-se esses jovens e dando-lhe condições para que participem no trabalho da Interjovem/CGTP-IN.

9.4.2. Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens/CGTP-IN

Desde o 10.º Congresso da CGTP-IN, as questões de género têm constituído matéria de discussão e deliberação institucional, tanto ao nível nacional como europeu e internacional, mantendo-se como uma questão política na ordem do dia.

A título de exemplo, referem-se alguns factos e acontecimentos ocorridos ao longo do mandato: (1) No plano nacional Governamental, a continuação dos Planos que vigoraram entre 2007 e 2010, sobre *Igualdade-Cidadania e Género* (III Plano), *Contra a Violência Doméstica* (III Plano) e *Contra o Tráfico de Seres Humanos* (I Plano) e a aprovação de novos Planos, que iniciaram em 2010 e vigorarão até 2013 – *Igualdade-Cidadania e Género* (IV Plano), *Contra a Violência Doméstica* (IV Plano) e *Contra o Tráfico de Seres Humanos* (II Plano); (2) No plano europeu, a reformulação da *directiva sobre igualdade de tratamento em domínios ligados ao emprego e à actividade profissional*, em 2006; o *Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres* (2006-2010); a aprovação, pelo Conselho Europeu, do *Pacto para a Igualdade entre Homens e Mulheres*, em 2006; a criação do *Instituto Europeu para a Igualdade de Género*, em 2007; o *Relatório* da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a Igualdade entre Homens e Mulheres, em 2007; a instituição do *Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (2007) – Para uma Sociedade Justa*, por decisão do Parlamento Europeu e do Conselho; Participação na discussão sobre a revisão da Directiva 92/85/EEC sobre o alargamento da licença de maternidade e a protecção da saúde; Resposta a Questionário da CES sobre a transversalidade das políticas de Género; Participação no Relatório conjunto sobre a implementação ao nível da contratação colectiva da matéria relativa ao assédio e à violência no trabalho (2010); participação na discussão sobre a aplicação da Directiva 2010/18/EU do Conselho de 8 de Março que aplica o Acordo Quadro revisto sobre licença parental que revoga a Directiva 96/34/CE e que terá efeitos na ordem interna em Março de 2012 (3) No plano internacional, o Relatório da OIT, “Igualdade no Trabalho – Um desafio contínuo”, em 2011, sobre as políticas de trabalho, no âmbito da igualdade de oportunidades.

As mudanças e a evolução normativa no domínio da igualdade de género têm sido acompanhadas pela CGTP-IN, essencialmente por via da sua organização específica – a

Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH/CGTP-IN) –, que tem procurado, numa perspectiva integrada, dar contributos coerentes e eficazes para a desconstrução dos estereótipos de género e para a efectivação da igualdade entre mulheres e homens em todas as esferas da sociedade, com destaque para o mundo do trabalho.

Neste contexto, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

No plano da acção sindical e das iniciativas

No decurso do mandato, dinamizou o esclarecimento e a participação das mulheres trabalhadoras, quer nas 2 Greves Gerais, de 24 de Novembro de 2010 e de 2011, quer em todas as Jornadas de Luta promovidas pela CGTP-IN, procurando dar visibilidade aos seus problemas e reivindicações específicas, no quadro da acção e das reivindicações mais gerais e mobilizando-as para o combate às discriminações, à destruição dos postos de trabalho e ao aumento do desemprego e da precariedade, ao aumento dos horários de trabalho e ao ataque à Lei da Parentalidade, nomeadamente, à conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, ao despedimento e à não renovação ilegal dos contratos de trabalho de grávidas, puérperas ou lactantes, ao retrocesso nos direitos determinados pelo Código do Trabalho e pela sua Regulamentação, aos baixos salários e o aumento das doenças profissionais e à degradação do poder de compra; às insuficiências em matéria de infra-estruturas de apoio à família, ao ataque às funções sociais do Estado, à destruição do Serviço Nacional de Saúde, ao alargamento da idade de reforma e à redução das pensões.

A 22 de Maio de 2009 realizou-se a V Conferência de Igualdade entre Mulheres e Homens, sob o lema “Agir em Igualdade, Lutar para Mudar”, onde foram aprovados o Relatório do mandato anterior (2005-2009), o Programa de Acção da Conferência e a Carta Reivindicativa (com as resoluções e moção) e foi eleita a nova Comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens.

No decorrer do mandato, têm sido adoptadas tomadas de posição públicas, através de comunicados de imprensa e junto dos órgãos do poder e deu-se continuidade à publicação do *Boletim Igualdade e Parentalidade*.

A organização específica da CGTP-IN para a igualdade entre mulheres e homens promoveu, participou e fez-se representar em numerosas iniciativas sindicais e em eventos públicos: debates, seminários, lançamento de obras de investigação sobre a problemática de género, audições públicas, entre outras iniciativas.

Globalmente, registou-se uma tendência para o reforço da representação das mulheres na sindicalização, na organização de base e nos órgãos de direcção dos sindicatos, verificando-se, em média, maiores dificuldades no nível intermédio e de topo da estrutura sindical, no que respeita à participação das mulheres.

Nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, 8 de Março – 2008 / 2011

Para a CGTP-IN, as comemorações do Dia Internacional da Mulher não se limitam a evocar uma data histórica e a assinalar um evento, antes constituindo, desde sempre, motivo de afirmação da luta, em torno da defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras, pelo direito ao trabalho com direitos e pelo aprofundamento da democracia.

Entre 2008 e 2009, o 8 de Março foi assinalado por diversas iniciativas, tais como, um “Tribunal de opinião pública”, uma “Marcha pela Igualdade”, uma “Manifestação Nacional” e distribuições de propaganda nos locais de trabalho das diversas regiões e empresas.

No âmbito das comemorações do centenário do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher, a CIMH/CGTP-IN desenvolveu diversas actividades, entre Março de 2010 e Março de 2011, prosseguindo as orientações para a acção sindical, aprovadas na V Conferência para a Igualdade entre Mulheres e Homens, que se realizou no dia 22 de Maio de 2009.

Foram realizados debates, sessões públicas, exposições, plenários, iniciativas de rua, distribuição de documentos e flores à população, conferências de imprensa, exposições, sessões de poemas e canções, alusivos ao tema, jantares comemorativos, espectáculos de música, dança

e teatro, de onde se destaca a organização de uma sessão de teatro, com a apresentação da Peça “ Não se ganha, não se paga”, no Teatro da Trindade (Lisboa) e de um espectáculo no Cinema Batalha (Porto), em 2009.

Foi também pintado um quadro e feitas 200 serigrafias do mesmo, alusivas à mulher trabalhadora, assim como criada uma sala na CGTP-IN, com exposições das várias iniciativas realizadas ao longo dos anos, sobre a luta e participação das mulheres trabalhadoras.

Algumas destas iniciativas foram desenvolvidas em parceria com o Movimento Democrático de Mulheres.

Nos Projectos co-financiados

No âmbito dos projectos, continuando a decorrer alguns deles, a actividade, desde o último Congresso, incidiu sobre:

a) Projecto Equal – *Agir para a Igualdade*, que teve o seu início em 2001 e se desenvolveu em 3 fases, tendo terminado em Junho de 2009.

A partir de Fevereiro de 2007, deu-se um novo impulso à Acção 3, no sentido de se disseminar os materiais pedagógicos construídos para as escolas do âmbito da FENPROF. Estabeleceram-se parcerias com a Secretaria Regional da Educação e Ciência dos Açores e com a Secretaria Regional da Educação e Cultura da Madeira e, entre 2007 e 2009, foram envolvidas 14 escolas (continente e regiões autónomas), realizadas 15 acções de formação para professores e professoras (creditadas pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua, do Ministério da Educação), formados cerca de 270 professores e professoras e abrangidos cerca de 3830 alunos e alunas.

b) Projecto Equal – *Revalorizar o trabalho para promover a Igualdade*, que teve início em 2005 e terminou em Junho de 2009. Tendo como entidade coordenadora a CGTP-IN, integrou, na parceria de desenvolvimento, a FESAHT, a ARESP, a CITE, o CESIS, a IGT e a OIT. Teve como objectivos desenvolver e testar uma metodologia de avaliação dos postos de trabalho sem enviesamento de género, centrada no valor do trabalho que, no futuro, permita uma verdadeira aplicação do princípio “salário igual ou de igual valor” e seja passível de aplicação a outros sectores de actividade, com as devidas adaptações, assim como conceber módulos de formação da metodologia criada, destinados a formar dirigentes, delegados/as sindicais e profissionais afectos/as aos Recursos Humanos na análise objectiva e sem enviesamentos de género nos postos de trabalho. Esta metodologia foi validada, tendo sido criada uma unidade de formação de curta duração – UFCD – de 25 horas, certificada e integrada pela Agência Nacional para a Qualificação – ANQ no Catálogo Nacional de Qualificações, mais concretamente nos referenciais de Técnico/a de Relações Laborais e Técnico/a de Apoio à Gestão

Na fase final deste projecto foram realizados 3 workshops de 7 horas, no Funchal, Lisboa e Coimbra, com 75 participantes para a experimentação da metodologia e referencial de formação. Esta actividade pretendeu sensibilizar as ORT’s para as vantagens de, em sede de negociação colectiva, introduzir a medida do valor do trabalho. Foi também realizada uma acção de 30h. em Turim/ACTRAV (21 participantes nacionais da parceria de desenvolvimento, mais a Agência Nacional para as Qualificações, Centro Nacional para a Qualificação na Formação, Sindicato do sector dos escritórios e serviços e Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho). Pretendeu-se gerar um efeito multiplicador junto de actores-chave de cada entidade parceira, com vista à implementação do princípio de “salário igual para trabalho igual ou de igual valor”. Actualmente, este referencial integra a oferta formativa do Centro Internacional de Formação da OIT em Turim.

O projecto foi distinguido com o Prémio Manuel Lopes 2008.

c) Projecto *Diálogo Social*, que teve o seu início em 2005 e foi finalizado em Setembro de 2008.

d) Foi desenvolvido um Projecto, Co-financiado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, no âmbito do apoio às ONG’s.

O projecto teve início em Novembro de 2009 e terminou em Abril de 2010. No seu âmbito, foi construído um boletim sobre os Direitos de Parentalidade, tendo sido editados 50.000 exemplares do mesmo. Foram também realizadas 3 acções de sensibilização, para divulgação do mesmo, abrangendo um total de 54 Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais

e) Em Outubro de 2010 teve início um projecto, no âmbito do POPH, que decorrerá até Julho de 2012, com o tema “Organizar e Efectivar os Direitos para uma Vida Melhor” – Organização dos Tempos de Trabalho e Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e os efeitos na saúde dos/as trabalhadores/as. Este Projecto, envolve 6 sectores de actividade, ao nível nacional, abrangendo 66 empresas, correspondendo a cerca de 50.000 trabalhadores/as na totalidade, onde 25.000 são homens e 25.000 são mulheres.

No plano institucional

A CGTP-IN participou nas reuniões dos organismos nacionais em que está representada – CITE e CIG –, mantendo uma presença mais regular no organismo vocacionado para a igualdade no trabalho e no emprego, a CITE.

Em 2010, houve uma alteração da Orgânica da CITE (conferida pelo Decreto Lei 124/201, de 17 de Novembro), atribuindo-lhe novas funções, que resultaram em alterações significativamente positivas, permitindo ainda, mais activamente, a participação da CGTP-IN nas tomadas de decisão e emissão de pareceres, em defesa de trabalhadores e trabalhadoras, nomeadamente ao nível dos direitos de parentalidade. Quanto à CIG, o facto de ter alargado a sua intervenção, passando de uma organização, cujo seu âmbito era apenas a Igualdade de Género (CIDM), para uma, cujo o âmbito são todas as Igualdades e formas de discriminação, não gerou uma alteração muito positiva, muito pelo contrário, resultou que a abordagem à Igualdade e Discriminação baseadas no género começasse a ser feita de uma forma muito generalizada e pouco profunda,

Ao nível da CES, a CGTP-IN participou nas reuniões do Comité de Mulheres, em Seminários, no Grupo do Diálogo Social para a Igualdade de Género e na Conferência (em Março de 2007) que antecedeu o último Congresso da Confederação Europeia dos Sindicatos, tendo colaborado, designadamente: na elaboração do 1º Relatório conjunto dos parceiros sociais portugueses sobre o Quadro de Acções para a Igualdade (celebrado em Março de 2005 entre a CES e a Associação patronal Europeia); na resposta a um questionário sobre Balanço intercalar do Plano de Igualdade da CES 2003-2007; na resposta a um questionário sobre “Mulheres nas Organizações sindicais Europeias” tendo-se procedido já no decurso deste ano 2011 à actualização de dados relativos a esta matéria; participação em Bruxelas em Fevereiro de 2011 numa Conferência relativa aos impactos nos países da transposição da Directiva relativa à Licença parental já revista e constante da Directiva 2010/18/EU do Conselho; Intervenção na discussão sobre o Trabalho Decente dos Trabalhadores Domésticos; participação na discussão sobre o princípio da Igualdade de Tratamento, assente na conjugação dos artigos 141 e 13 do Tratado, como forma de combate à discriminação relacionada com a orientação sexual e os trabalhadores migrantes.

9.4.3. Inter-Reformados

A carta reivindicativa da Inter-Reformados, aprovada na sua 6ª Conferência, mantém-se válida e incumprida em aspectos essenciais. Como a actualização de todas as pensões de Reforma, defesa do S. N. Saúde, contra a sua privatização, definição de política de saúde e do medicamento, protecção social na dependência, criação de lares e centro de dia públicos, cobertura do território por serviços de apoio domiciliário, combate ao isolamento dos idosos, entre outros.

Em Portugal 1 897 321 de reformados vivem com uma Pensão média de 369,29 € e mais de 22% estão em risco de pobreza. O impacto das medidas do programa de austeridade dos Governos do PS/PSD/CDS que atingem os reformados é brutal. Os reformados estão confrontados com aumentos de preços de bens essenciais como alimentação, electricidade, gás natural, transportes medicamentos, corte de 50% do subsídio de Natal nas pensões acima de

485,00 €. Os programas de austeridade conduz ao empobrecimento e para 2012 estão anunciadas mais medidas que põem em risco até a nossa sobrevivência.

Em 2011, os Reformados viram ainda mais agravadas as suas condições de vida pelas políticas de direita que impõem a esta camada social, medidas inaceitáveis como o congelamento de todas as pensões de Reforma, inclusive todas as mínimas, assim como o congelamento do complemento social para idosos e o I.A.S. (Indexante de Apoios Sociais) o que não permite nenhuma alteração em todas as prestações e apoios sociais.

O Orçamento de Estado de 2012, mantêm o congelamento das pensões e complementos, foi a acção da CGTP-IN e da Inter-Reformados que levou o Governo a anunciar um aumento de 3,1% para a Pensão Social agrícolas e 1º escalão do Regime Geral, para além de ser insuficiente face à perda de poder de compra, é inaceitável não aumentar todas as pensões mínimas.

Na política de saúde, foram tomadas medidas pelos Governos que afectam em primeira linha os pensionistas e idosos, dado que são eles que têm mais problemas de saúde e tanto mais com o seu envelhecimento, como o encerramento das urgências dos Centros de Saúde – e no período nocturno – novas regras nos transportes de doentes; diminuição das comparticipações com medicamentos por parte do Estado atingindo até os doentes crónicos e os com menos recursos.

O Governo do PSD/CDS, para além do brutal aumento dos transportes, no último semestre de 2011, já prepara para em Janeiro um novo aumento, e ameaça acabar com a redução universal de 50% nos passes sociais para os cidadãos com mais de 65 anos.

A Inter-Reformados, em 2011, procurou reforçar a sua capacidade de intervenção junto dos reformados e aposentados, promovendo plenários de Reformados, reuniões de Comissões Sectoriais e de Empresas a discussão dos problemas dos Reformados mas também das políticas que afectam todos os trabalhadores e população em geral, levando à luta um maior número de Reformados nos Distritos em que mantemos ou reforçamos a intervenção.

A Inter-Reformados pediu audiências parlamentares para apresentação das suas reivindicações. Realizou Tribunais Públicas para discussão dos temas específicos como Pensões, Saúde, Serviços Públicos entre outros.

Em 25 de Agosto promoveu uma Acção de protesto junto à Residência Oficial do 1º Ministro contra as medidas gravosas do Governo que “retiravam aos reformados direito a ter Férias”. Aprovada Resolução e entregue ao 1º Ministro.

Em 10 de Dezembro, em convergência com o MURPI, promovemos a manifestação Nacional de Reformados “CONTRA O PACTO DE AGRESSÃO E DE RAPINA DA TROIKA” que envolveu mais de 2 mil reformados mobilizados pela IR's Distritais com grande empenhamento das Uniões Sindicais Distritais. Feitos pedidos de audiência parlamentares para entrega da Moção aprovada e discussão das Reivindicações.

A IR tem procurado sensibilizar as estruturas do MSU para a utilidade desta organização dos trabalhadores Reformados que voluntariamente contribuem para o trabalho sindical.

A IR continua a reforçar a sua organização no Centro e Norte do País através das Uniões Distritais mas a Sul só em Setúbal a IR tem organização. Em Beja, Évora, Portalegre e Algarve as tentativas para desenvolver trabalho têm sido infrutíferas. É um défice a corrigir se houver compreensão dos responsáveis distritais e sectoriais do MSU.

Os reformados têm dado grande contributo para todas as lutas da CGTP-IN com a sua presença mas também na preparação e mobilização das acções de luta.

A IR reúne todos os seus órgãos regularmente e com grande participação. Tem mantido participação regular nos órgãos da FERPA – Federação Europeia de Reformados e Pessoas Idosas. Em 2011 houve eleição de 2 representantes da IR no 6º Congresso da FERPA.

9.5. A Gestão Financeira e os Contratos Programa

A situação financeira ao nível central pautou-se pela contenção dos custos sem afectar a actividade sindical e em conformidade com o volume de receitas, nomeadamente da quotização. Há a realçar que as quotizações recebidas em 2007 atingiram 2.492.304 euros, quando em se prevê que em 2011 se venham a cifrar em 2.246.356 euros, o que representa um decréscimo nominal médio neste período de cerca de 9,86 %.

Por outro lado, enquanto em 2007 as receitas de quotização representavam cerca de 81,9 % das receitas totais, em 2011 (até ao final do 3.º trimestre) representavam cerca de 79 %.

No que se refere às despesas, elas têm acompanhado a evolução das receitas, evidenciando no entanto uma significativa melhoria estrutural. De facto, no ano de 2007 as despesas de funcionamento da Central (fornecimentos e serviços externos + remunerações de pessoal e dirigentes) representavam cerca de 85,11% do total da quotização recebida. Em 2011 (até ao final do 3.º trimestre), os mesmos custos representavam cerca de 92,62% das receitas de quotização, o que reflecte um agravamento acentuado.

É ainda de salientar que os custos com actividade sindical têm registado um decréscimo crescente ao longo dos últimos anos, com especial destaque para as transferências para as Uniões Distritais que em 2007 eram de 650.000 euros e em 2011 de 588.000 euros, o que equivale a um decréscimo nominal médio, nesta tipologia de despesas, de cerca de 2,39 % ao ano.

Quanto ao Património da Central, da análise comparada das principais rubricas dos balanços de 2007, a 2010 são de realçar os seguintes aspectos:

- O Activo Líquido era de 5.340.962 euros em 2007, sendo de 5.180.137 no final de 2010;
- Os Capitais Próprios diminuíram no mesmo período cerca de 219.285 euros;
- O Passivo por seu lado registou também no mesmo período, um aumento de 58.459 euros e representava em 2007 cerca de 19,88 % do Activo Líquido, enquanto no final de 2010 esta relação passou para 21,63%.

O Fundo Central de Solidariedade e Reestruturação constituído em Julho de 2000 no âmbito da CGTP-IN e que nos regulamentos, podem recorrer os filiados nos casos de insuficiência económica, para adoptarem processos de reestruturação sindical, administrativa e financeira, desde a sua criação foram recebidos no Fundo (até final de Novembro de 2011) cerca de 955.989 euros provenientes de dotações da CGTP-IN, bem como de solidariedade proveniente das entregas dos representantes da Central em diversos organismos.

No âmbito do respectivo regulamento foram assinados vários protocolos que se traduziram em transferências a fundo perdido (até final de Novembro de 2011) no montante de 700.998 euros. Foram ainda transferidos no âmbito dos respectivos protocolos e no mesmo período, 64.392 euros reembolsáveis nos prazos definidos.

Foram também efectuadas participações da CGTP-IN na aquisição de instalações sindicais em Bragança, Horta, Santarém e Vila Real de Trás-os-Montes no montante de 136.064 euros.

Finalmente note-se que o saldo do Fundo em 30 de Novembro de 2011 é de 190.599 euros.

Relativamente aos Contratos-Programa, importa salientar que estão consagrados nos Estatutos desde o 8º Congresso da CGTP-IN, continuam a revelar-se uma medida transparente e responsabilizadora dos sindicatos, relativamente à definição e concretização de objectivos de reforço de organização e reestruturação bem como ao dever de quotização.

São de realçar os seguintes aspectos: A discussão dos contratos-programa e dos compromissos neles assumidos, aumentou o número de sindicatos a estabelecer metas concretas quanto à sindicalização, eleição de Delegados Sindicais e de representantes para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, bem como medidas de contenção de despesas e de reestruturação sindical, administrativa e financeira e ainda o número de sindicatos com a situação regularizada perante a CGTP-IN e as estruturas intermédias.

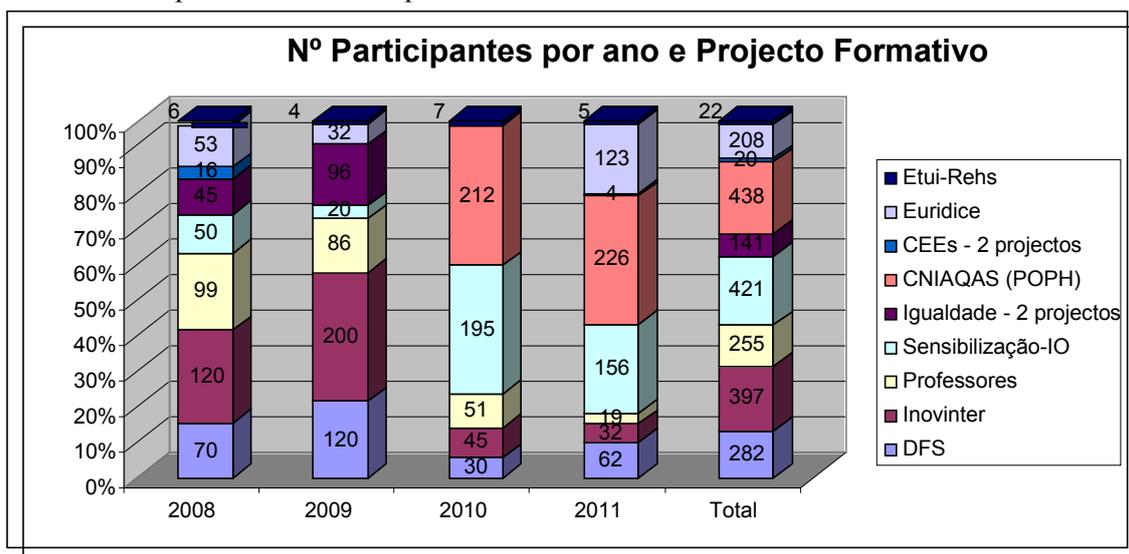
10. A FORMAÇÃO SINDICAL

10.1. Apoio à Estrutura

A formação sindical desenvolveu a sua actividade num contexto de combate à forte pressão ideológica neoliberal que procura impor a difusão de ideias e valores contrários aos princípios e valores fundamentais da CGTP-IN visando enfraquecer a consciência de classe, individual e colectiva dos trabalhadores. Daí que a formação pedagógica (inicial e contínua) de formadores tenha tido uma importância de destaque, quer tendo em atenção a necessidade de descentralização da equipa de formação quer a nível sectorial, nomeadamente com a acção dirigida à FIEQUIMETAL. É ainda de referir a construção de novos e inovadores materiais pedagógicos para o desenvolvimento do sistema de formação

A Comissão Específica de Formação Sindical (CEFS) não foi constituída.

As acções de formação sindical desenvolvidas no âmbito do Departamento de FS envolveram cerca de 2184 quadros sindicais, quer estas tenham sido promovidas directamente pelo Departamento em ligação com as estruturas do MSU, ao nível sectorial ou distrital/regional, quer em colaboração com outras entidades ou através de projectos, como a seguir se apresenta de forma mais pormenorizada no quadro infra.



Como foi referido, reportamo-nos apenas à actividade em que a Central participou directamente, tendo sido também realizadas dezenas de acções de formação organizadas e ministradas pelas diversas estruturas, nomeadamente por Federações/Sindicatos Nacionais. No quadro é possível ver o papel importante desempenhado, nos anos 2010 e 2011, pela Campanha Nacional de Informação e Actualização de Quadros e Activistas Sindicais em complemento às acções de formação e sensibilização realizadas.

A actividade de apoio às estruturas do MSU decorreu com maior incidência na planificação de acções de formação e na disponibilização de formadores para a sua realização, assim como o acompanhamento pedagógico, quer ao nível da identificação de necessidades de formação e sua planificação, quer organizando acções de formação e disponibilizando formadores e materiais pedagógicos.

Acções de formação promovidas pelo DFS ou em que participou a pedido das estruturas sindicais, envolveram cerca de 282 quadros sindicais (18 acções), tendo as restantes sido realizadas maioritariamente em parceria com o Inovinter. Este tipo de colaboração desenvolveu-se nomeadamente com as seguintes estruturas: US de Aveiro, Braga, Porto, Portalegre, Castelo Branco, Santarém e Faro, Fiequimetal, STML, SNTCT, STEC, Sector da Celulose, Gráfica e Imprensa, Sindicatos da Função Pública, Sector Ferroviário, FEVICOM.

10.2. Desenvolvimento do Sistema de Formação

A formação realizada, embora tenha assumido diversas estruturações temáticas face às necessidades e disponibilidade de tempo de cada sector, desenvolveu-se de forma integrada no âmbito do Sistema de Formação Sindical, através do Departamento da Formação Sindical e dos Institutos ligados à CGTP-IN:

- Actividade em cooperação com o INOVINTER

Em colaboração com o Inovinter, realizaram-se 27 acções de formação sindical certificada, no âmbito do Referencial do Técnico de Relações Laborais com duração de 25 horas cada, envolvendo cerca de 397 quadros sindicais, distribuídos pelos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Guarda, Lisboa, Porto e Viana do Castelo. As áreas temáticas abrangidas foram:

- Organização e Intervenção Sindical no Local de Trabalho
- Direitos Individuais e Colectivos dos Trabalhadores
- Organização do Trabalho e Direcção Sindical.
- Animadores de Formação Associativa (Formação de Formadores Sindicais)
- Técnicas de Comunicação
- Economia e Organização Empresarial.
- Técnicas de Negociação
- Direito ao Trabalho e Sustentação do Emprego
- Toxicodependência em Meio Laboral
- Globalização e Direitos dos Trabalhadores
- Direito do Trabalho – Evolução histórica e situação actual
- História do Movimento Sindical

A redução de acções, algumas aprovadas em candidatura, é consequência das dificuldades financeiras com que o Inovinter se tem confrontado, em resultado das medidas tomadas pelo IEFP e ainda da imposição de normas que inviabilizam a participação dos quadros sindicais, em especial nos distritos do interior.

- Actividade em articulação com o IBJC

Continuaram a realizar-se acções de formação em SST para Representantes dos Trabalhadores e Seminários para dirigentes sindicais.

Foram ainda concretizadas acções noutras áreas temáticas, cujo público-alvo preferencial eram quadros sindicais e foi definido que a formação sindical será desenvolvida também em articulação com o Instituto Bento Jesus Caraça (IBJC).

Campanha Nacional de Informação e Actualização de Quadros e Activistas Sindicais

Grande parte da actividade desenvolvida foi dirigida especialmente para a área dos Direitos, através de 18 oficinas, com a duração de 2 dias, de actualização dos quadros sindicais em colaboração com o GES e a OS, inseridas no Plano Nacional “Direitos para Todos”, da Campanha Nacional de Informação e Actualização dos Quadros e Activistas Sindicais (POPH) e ainda a realização de uma Conferência /Debate sobre temas laborais actuais em que participaram 129 dirigentes sindicais e juristas. Nas oficinas foi dada especial atenção ao Estatuto dos Quadros Sindicais, Contratação e Negociação Colectiva, Contrato de Trabalho, Precariedade, Tempo de Trabalho e Igualdade.

Este projecto integrou também a Campanha de Sensibilização e Informação “Aprender é um Direito”, onde se efectuaram 12 oficinas de 2 dias sobre “Trabalho de Direcção e Planificação Individual e Colectiva”, “Local de Trabalho, Local Privilegiado da Acção Sindical” e “Ensinar e aprender os saberes sindicais”. Foi elaborado o Guia “Acção Sindical e Sindicalização”, tendo sido testado em oficina realizada para o efeito. Efectuou-se ainda o curso “Curso de formação

para Correspondentes sindicais”, dirigido a activistas dos diversos distritos, que contou com 15 participantes. No âmbito desta campanha participaram 438 quadros e activistas sindicais.

10.3. Formação Pedagógica de Formadores

O acompanhamento e reforço da rede de formadores sindicais constitui uma das prioridades nesta área, nesse sentido realizaram-se oficinas com actividades pedagógicas, em Lisboa e no Porto, com o objectivo de actualizar os/as formadores/as ao nível das metodologias e conteúdos e motivar novos quadros para esta frente de trabalho. Realizou-se também uma acção de formação pedagógica de formadores específica para dirigentes sindicais da Fiequimetal, na linha de consolidação da estratégia de formação sindical desenvolvida no sector.

10.4. Instrumentos Pedagógicos Inovadores

A participação em diversos projectos tem permitido o desenvolvimento de estudos e criação de materiais técnico-pedagógicos que têm contribuído para o enriquecimento dos meios ao nosso dispor. Têm constituído ainda, em alguns casos, desafios à abordagem de novos temas e/ou à criação de instrumentos de análise e intervenção inovadores, dos quais o principal exemplo é o projecto “Revalorizar o Trabalho para promover a Igualdade” com o referencial de formação, considerado como instrumento inovador pela avaliação dos parceiros e pelo CIF da OIT, assim como a formação de professores, no âmbito da Igualdade de Oportunidades contribuindo para um salto qualitativo na formação sindical e na intervenção na sociedade.

Projecto EURIDICE – Prevenção das Toxicodependências em Meio Laboral

Continuámos a dinamizar e desenvolver este Projecto, em parceria com o Instituto da Droga e Toxicodependência, em várias empresas/organizações.

Para além das parcerias integradas no projecto, já existentes (Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Loures e Câmara Municipal do Seixal), foram integradas no mesmo, a empresa LOGICA (2009), a empresa SAICA PACK (2010), as Autarquias de Águeda (2010) e Vendas Novas (2011) e a Empresa Águas Públicas do Alentejo, SA (2011).

No âmbito do projecto foram elaborados diversos materiais de sensibilização sobre a problemática (Toalhetes de tabuleiro, folhetos de divulgação do projecto, folhetos de divulgação de resultados dos questionários, postais e guias orientadores para chefias), tendo sido disseminados por todos/as os/as trabalhadores/as das diversas empresas/organizações. Foram aplicados, em 5 organizações onde estamos a intervir, questionários aos/às trabalhadores/as para identificar as suas representações sociais face à dependência de substâncias, tendo-se obtido um total de 2320 respostas.

Realizaram-se 8 acções de sensibilização em Educação Parental, envolvendo 91 trabalhadores/as; 2 acções de formação sobre “Promoção da Saúde”, envolvendo 24 formandos/as (técnicos/as e comissões sindicais); 2 sessões para Dirigentes sobre Guias orientadores, envolvendo 20 formandos/as; 3 acções de sensibilização sobre a dependência do álcool, abrangendo 15 trabalhadores/as e 7 acções de sensibilização sobre dependências em meio laboral, abrangendo 93 encarregados/as, chefias intermédias, assistentes operacionais e assistentes técnicos.

Curso de Especialização Tecnológica em Relações Laborais – na sequência de um protocolo assinado entre a OIT, o ISCTE, o IEFPP, a CGTP-IN e a UGT, através do qual se criou este curso, onde participaram 15 quadros sindicais, com reconhecimento de competências adquiridas pelo exercício da actividade sindical, dirigentes e colaboradores sindicais, mediante bolsas de formação suportadas pelo IEFPP, tendo sido realizadas 3 edições.

Projecto Agir para a Igualdade (Programa EQUAL) – projecto que decorreu de 2001 a 2009 e se dividiu em 3 fases ou Acções. Na fase final da Acção 3 entre outras actividades foram realizadas acções de Sensibilização, de 12 horas, em Igualdade entre Mulheres e Homens,

abrangendo 70 Dirigentes, Delegados/as e Activistas Sindicais de diversos sectores de actividade. O objectivo é integrar a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, na negociação colectiva e permitir a aquisição de novas competências em análise de quadros de pessoal e balanços sociais.

Ainda, no âmbito deste projecto, foram realizadas acções de formação de professores/as, em igualdade entre Mulheres e Homens, com a duração de 30 horas, creditadas pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua, do Ministério da Educação, abrangendo cerca de 180 Professores/as. Esta experiência permitiu abrir uma nova área de formação na CGTP-IN e com isso dar resposta a uma necessidade identificada no sector da educação:

Formação de Professores em Igualdade entre Mulheres e Homens

Assim, após o projecto, continuámos a realizar em parceria com a FENPROF acções de formação para professores/as, nesta área temática, tendo sido efectuadas acções onde participaram 67 professores/as, na área do SPRC e do SPGL. Em 2011 conseguimos que fosse creditada pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua, do Ministério da Educação, mais uma acção com a duração de 58 horas, “Formação de Públicos estratégicos para obtenção da especialização em Igualdade de Género”, integrada na oferta formativa do IBJC.

Projecto Revalorizar o Trabalho para Promover a Igualdade” (EQUAL), projecto de que a CGTP-IN foi a entidade interlocutora e parceria com ACT; ARESP; CESIS; CITE; FESAHT; OIT. No seu desenvolvimento foi concebido e testado o referencial de formação “Igualdade Salarial entre Homens e Mulheres”, Esta actividade pretendeu sensibilizar as ORT’s para as vantagens de em sede de negociação colectiva, introduzir a medida do valor do trabalho.

Foi, ainda, realizada uma acção de 30h em Turim/ACTRAV (21 participantes nacionais da parceria de desenvolvimento, mais a Agência Nacional para as Qualificações, Centro Nacional para a Qualificação na Formação, Sindicato do sector dos escritórios e serviços e Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho). Pretendia-se gerar um efeito multiplicador junto de actores-chave de cada entidade parceira, com vista à implementação do princípio de “salário igual para trabalho igual ou de igual valor”. Este referencial integra já a oferta formativa do Centro Internacional de Formação da OIT em Turim e após contactos com a Agência Nacional para a Qualificação, em Portugal, integra o referencial do Catálogo Nacional de Qualificações.

O projecto foi distinguido com o Prémio Manuel Lopes 2008.

Projecto Diálogo Social e Igualdade nas Empresas (EQUAL), projecto de que a CITE é entidade interlocutora, a CGTP-IN é a entidade parceira mais a APEE; CCP; CESIS; IAPMEI; ISCTE; RTP; UGT, concluiu-se a acção II, tendo sido concebido, entre outros recursos técnico-pedagógicos, um Referencial de Formação em Igualdade de Género para consultores/as e auditores/as, por forma a que, no exercício da sua actividade junto das empresas, sejam facilitadores/as de uma cultura empresarial que incorpore a igualdade de género nas suas políticas, procedimentos e práticas. Também se desenvolveu a acção III para disseminação dos produtos do projecto, tendo-se alargado a Parceria de Desenvolvimento à ADC; ANE; e CIG e organizado um workshop de disseminação.

Organizar e Efectivar os Direitos para uma Vida Melhor – Organização dos Tempos de Trabalho e Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e os efeitos na saúde dos/as trabalhadores/as, é um projecto candidatado ao POPH, que decorrerá até Julho de 2012.

No âmbito deste projecto, foram editados materiais de divulgação e sensibilização (apresentação do projecto e boletins de igualdade) e realizadas 7 oficinas sobre Igualdade e Parentalidade, abrangendo um total de 156 Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais. Será também editado um Guia Orientador sobre a organização do tempo de trabalho.

Foram também realizadas 3 acções de sensibilização, para divulgação do boletim sobre os Direitos de Parentalidade, abrangendo um total de 54 Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais. Estas acções decorreram no âmbito de um Projecto, Co-financiado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, no âmbito do apoio às ONG’s.

Projecto MATCH – Análise de Necessidades de Formação de Formadores/as Sindicais

Este Projecto tem como Parceria a LO (Suécia) – entidade coordenadora, CITUB (Bulgária), LBAS (Letónia), ABF (Suécia), RUNO (Suécia), a CGTP-IN e uma técnica da Universidade de Lancaster, como avaliadora externa.

Foi construído um Questionário, comum aos 4 países, a ser aplicado às estruturas sindicais, de cada um deles, sobre a análise de necessidades de formação. No que respeita à CGTP-IN, este questionário foi aplicado às Federações, resultando um perfil de competências, que poderá servir de base para a actualização e ajustamento da formação de formadores.

Projecto INCONPARable – Informação, Consulta e Participação nos Conselhos de Empresa Europeus

O Projecto teve como parceria a Escola Confederal das CCC.OO. (Espanha - entidade coordenadora), KNSB (Bulgária), CGIL Lombardia (Itália) e DGB (Alemanha).

Elaborámos um estudo nacional sobre os CEE integrado no produto final do projecto, assim como outros contributos (entrevistas, etc.). Participámos num curso transnacional com 4 quadros sindicais, realizámos em Lisboa um curso nacional com 16 representantes sindicais ligados a esta frente de trabalho e um Seminário de Disseminação. No âmbito do projecto foi produzido um CD-ROM e um Manual de apoio à formação sindical dos representantes dos trabalhadores nos CEEs.

Projecto CO.MIN.TRA – projecto sobre formação em Técnicas de Comunicação e Gestão da Informação para os Representantes dos CEEs, coordenado pelas CC.OO. (Espanha), em parceria com as confederações CITUB (Bulgária) e OPZZ (Polónia). Tendo como produto um guia prático de “Comunicação” para organizações sindicais e CEEs.

Projecto EPMEC – Educação Popular como Método para uma Europa Cidadã.

O Departamento de Formação Sindical colaborou com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável neste projecto, mais concretamente, na elaboração de um módulo de formação sobre desenvolvimento durável. Este módulo é parte integrante do kit formativo (kit do cidadão europeu), produto final do projecto.

Neste módulo são abordados temas, como:

- Desenvolvimento Durável: definição, origens e evolução
- Instrumentos de medida aplicadas ao desenvolvimento durável
- Greenwashing e crimes ecológicos
- Papel dos Trabalhadores e dos Sindicatos no Desenvolvimento Durável
- Os desafios do Desenvolvimento Durável

10.5. Cooperação Internacional

ETUI – A CGTP participou em diversas acções de formação do Instituto, tendo 22 camaradas integrado quer na qualidade de formandos quer de formadores, Estágios de Formação de Euroformadores, “Gestão de Projecto para Sindicais”, “Imigração”, “Formação para futuros Dirigentes Sindicais Europeus”, “Estratégias de Recrutamento”, “Curso para Jovens sindicalistas europeus – uma nova abordagem”, acção no âmbito do Projecto Grundvig – Cidadania Participativa, entre outros.

Continuou a nossa participação no Conselho Consultivo e na rede de euro-formadores, nas equipas de desenvolvimento de novos programas formativos, na equipa de formadores conjunta com ACTRAV/OIT, no grupo de trabalho para a qualificação, certificação e validação da formação sindical e no grupo de euroformadores para a inovação pedagógica.

Organizámos a Conferência de Educação Europeia em Lisboa.

ACTRAV/OIT/CIF – Acolhimento de 2 grupos em formação (2009/2011) de 27 sindicalistas da CPLP Sindical (12+15), num programa de uma semana, integrando estágios sobre “Organização e Acção Sindical” e “Formação Sindical sobre as Normas Internacionais de Trabalho da OIT”, cujas primeiras 3 semanas decorreram em Turim, no Centro de Formação da OIT. Este programa contou com 2 formadores da CGTP-IN e a colaboração do Inovinter.

11. A INFORMAÇÃO E PROPAGANDA SINDICAIS

A comunicação sindical incrementou e continua a desenvolver um importante papel ao serviço da acção sindical no que concerne ao combate que tem de travar contra a gigantesca ofensiva com que se defronta permanentemente no plano ideológico e que visa atingir os mesmos de sempre, as/os trabalhadores.

Reforçar a unidade, a solidariedade, construir sentido crítico e desenvolver consciência de classe, foi e é um dos principais objectivos da organização sindical.

O apoio ao esclarecimento de dirigentes, delegados e activistas sindicais, para os desafios que se colocam aos trabalhadores e à opinião pública, desenvolveu-se sobretudo através

- da edição e distribuição do “CGTPAcção” e de acordo com as seguintes características:
 - Produção temática de documentos relativos ao 11.º Congresso;
 - Edição de um conjunto de DVD’s com as principais intervenções e outra documentação relativa ao 11.º Congresso
 - A Carta Reivindicativa;
 - Código do Trabalho, distribuídos por 4 edições e para uma tiragem de 436.000 exemplares;
 - Cadernos de Organização e Quadros e CGTP Cultura
 - CGTP Cultura e Reformados *Uma Força que Conta*
 - CGTPAcção, Organização e Quadros *Organizar e Sindicalizar – Mais*, Reformados *Uma Força que Conta*
 - Documentos a apresentar ao 12.º Congresso
- Tempos de Antena: produziram-se 23 tempos de antena para televisão e 24 para rádio de 2008 a 2011;
- Concepção, execução, reprodução e distribuição de materiais de propaganda, nomeadamente folhetos, cartazes, cartazetes, tarjas, tempos de antena, cassetes de rua e muppies;
- Colaboração pontual com Uniões ou outras organizações do movimento sindical, bem como movimentos cívicos;
- Concepção e realização do filme e de toda a animação, multidisciplinar e interactiva, que abriu o 12.º Congresso da CGTP-IN;
- A emissão de uma News Letter com periodicidade regular e para mais de 15.000 endereços;
- Greves Gerais – a preparação e o acompanhamento das greves gerais de 2010 e 2011 mobilizaram uma atenção particular do departamento nos domínios da propaganda;
- A preparação das comemorações do 40.º aniversário da Central, associada a outros departamentos, registou uma atenção particular nos modos de promoção e de divulgação da mensagem sindical;
- Criação das bases técnicas para a transição da página web para um novo formato;
- A presença da CGTP-IN na Internet reflectiu a actividade da Central, particularmente, dando visibilidade na Web às iniciativas mais destacadas nos planos laboral, social e político. Ao mesmo tempo evoluiu no aspecto tecnológico e procurou acompanhar o aumento das potencialidades do uso da Internet.

- A título indicativo registaram-se mais de 255.00 visitas ao site no decurso do ano de 2011;
- A Central participou com iniciativas específicas na Web (sites) para dinamizar as suas posições designadamente na promoção das greves gerais de 2010 e 2011 com site próprio, assim como para o XII Congresso da CGTP-IN.

De assinalar, de modo crítico, nesta área de trabalho, apesar do aumento significativo de produção de materiais audiovisuais, a ainda exígua produção multimédia que se impõe nos tempos de hoje, a necessidade de encurtar prazos de produção gráfica, não obstante a falta de controlo dos serviços sobre a rede de distribuição e sobre a impressão gerada a partir da estrutura distrital e local, assim como, as tarefas concebidas a montante da execução.

12. A COMUNICAÇÃO SOCIAL E AS RELAÇÕES PÚBLICAS

O Departamento de Comunicação Social em articulação com os demais Departamentos procedeu à redacção e emissão de comunicados e notas, num total respectivo de 283 e 449, exprimindo as posições da CGTP-IN acerca de diferentes matérias como:

- Igualdade entre Mulheres e Homens, Sinistralidade Laboral, Exclusão Social, Produtividade, Privatizações, Salários, Emprego, Precariedade, Questões da Guerra e da Paz, Custo de Vida, Organização do Tempo de Trabalho, Fiscalidade, Segurança Social, Políticas de Saúde e do Medicamento, Maternidade/Paternidade, Contratação Colectiva, Desemprego, Políticas para a Educação, Legislação Laboral, Justiça, Políticas Salariais, Migrações, Cooperação, Solidariedade Internacional, de entre outras.

Informou e apresentou propostas acerca das grandes questões sindicais aos responsáveis dos órgãos de comunicação social, em tempo adequado e oportuno.

Promoveu reuniões com directores de vários órgãos de comunicação social realçando as propostas da Central que visavam o desenvolvimento económico e social das/dos trabalhadoras e do país.

Concluiu um Estudo sobre Comunicação Sindical, em 2011.

Interveio com particular relevo na promoção das Greves Gerais de 2010 e 2011, designadamente na sua promoção junto dos órgãos de comunicação social, na recepção a jornalistas nacionais e estrangeiros no próprio dia da GG, no tratamento jornalístico posterior, etc.

As comemorações do 40.º aniversário da Central corresponderam, igualmente, a um foco de destaque junto da comunicação social.

Realizou encontros com jornalistas especializados nas temáticas sindicais, sociais e económicas, em especial os motivados pela realização do 11º Congresso e da Conferência Internacional que o precedeu.

Assegurou e defendeu as posições assumidas pela CGTP-IN na representação que faz no Conselho de Opinião da RTP, SA.

Forneceu aos jornalistas estudos e pareceres de especialistas da CGTP-IN sobre questões de relevância social e económica.

Ao longo dos anos deste mandato, registou-se um número crescente de pedidos de esclarecimento e informação por parte de trabalhadores, sem contar com os estudantes ou investigadores que solicitaram documentação e outro tipo de apoio para estudos e ensaios que estão a elaborar. Mais foram também os trabalhadores não sindicalizados encaminhados por este departamento para os sindicatos competentes. As Relações Públicas têm vindo, progressivamente, a fazer a triagem das chamadas e pedidos de audiência endereçados a dirigentes da confederação.

Neste domínio, pode considerar-se operativa e adequada a resposta dos serviços, embora insuficiente ainda o acompanhamento que se julga devido a cada “dossier” aberto.

13. OS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E O CUMPRIMENTO DO MANDATO

13.1. Plenário de Sindicatos

O Plenário de Sindicatos reuniu regularmente, quer em sessões ordinárias para aprovação dos orçamentos e planos gerais de actividade, quer em sessões extraordinárias, nestes casos sempre por iniciativa do Conselho Nacional, perfazendo um total de 08 sessões.

Nas reuniões realizadas, registou-se, em média, a presença de 62 associações sindicais, contando-se, entre estes, os sindicatos não filiados que, nos termos estatutários, apenas não participam nas deliberações sobre as contas e relatórios, bem como os orçamentos e planos gerais de actividade e, ainda, as federações, uniões e as organizações específicas (Interjovem, Inter-Reformados e Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens).

As reuniões do Plenário de Sindicatos tiveram, em média, a presença de 356 delegados.

O Plenário de Sindicatos aprovou o seu Regulamento de Funcionamento, na sessão de 02.04.08 e elegeu o Conselho Fiscalizador, na sessão de 14.01.09.

No âmbito do cumprimento das suas obrigações estatutárias, o Plenário de Sindicatos analisou com regularidade a situação político-sindical e aprovou um importante conjunto de resoluções e moções com vista a definir, em cada momento, os objectivos reivindicativos da Central e as acções de luta a desenvolver.

O Plenário de Sindicatos continuou a desempenhar um importante papel para o conhecimento da realidade sócio-laboral do país, constituiu-se como um espaço privilegiado de debate sindical e um elemento aglutinador da análise e das respostas a dar aos problemas específicos dos diferentes ramos e sectores económicos, contribuindo, dessa forma, para o reforço da capacidade de acção e coesão de todo o movimento sindical.

Pese embora alguns aspectos menos positivos que se registaram no funcionamento das reuniões, designadamente em termos da participação plena e activa dos delegados, o Plenário de Sindicatos cumpriu com eficácia o seu papel de órgão máximo entre congressos.

13.2. Conselho Fiscalizador

O Conselho Fiscalizador, eleito pelo Plenário de Sindicatos, na reunião de 14.01.09, ficou constituído pelas seguintes associações sindicais: Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local; Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores; Sindicato dos Professores da Grande Lisboa; Sindicato dos Enfermeiros Portugueses; Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Aveiro, Viseu, Guarda e Coimbra e o Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte.

O Conselho Fiscalizador exerceu com regularidade e eficácia as suas competências estatutárias, mas reconhece-se a possibilidade e interesse em dinamizar mais a sua intervenção, com vantagem para as funções dos órgãos de direcção da Central.

13.3. Conselho Nacional

O Conselho Nacional, eleito pelo 11º Congresso, tomou posse em 21.02.08 e na sua primeira reunião, realizada nesse mesmo dia, aprovou por maioria o seu Regulamento de Funcionamento e elegeu a sua Comissão Executiva e o seu Secretariado e o Secretário-Geral.

No decorrer do mandato, o Conselho Nacional aprovou a constituição das seguintes comissões específicas permanentes, definindo a sua composição e atribuições: Administração Pública; Contratação Colectiva; Formação Profissional e qualificação em 08.06.10.

Ao longo do exercício, o Conselho Nacional reuniu regularmente, perfazendo um total de 30 reuniões, registando-se uma participação média de 92 conselheiros.

Perdeu o mandato, por motivo de falecimento, o conselheiro António José dos Santos Cardoso Macedo e por terem pedido a demissão ou terem deixado de participar Armando Ferreira Dias e Valdemar Rodrigues Henriques.

O Conselho Nacional desempenhou com empenho as suas competências estatutárias, assegurando uma eficaz acção de direcção da actividade sindical. Procedeu com regularidade à análise da situação político-sindical, definindo as acções a desenvolver, deliberou sobre as posições a assumir pela CGTP-IN, face às principais questões sindicais, aprovou as propostas a apresentar ao Plenário de Sindicatos e deu andamento às decisões por este tomadas. Organizou as comemorações do 1º de Maio, definiu a programação dos aniversários da CGTP-IN e convocou a Greve Geral de 24 de Novembro de 2010 e a Greve Geral de 24 de Novembro de 2011 bem como as diversas manifestações e outras acções de massas que ocorreram durante o mandato. O Conselho Nacional promoveu, também, um importante conjunto de iniciativas para debate de questões temáticas com interesse para a acção sindical, algumas das quais contaram com a participação de especialistas de reconhecida competência nas matérias tratadas. O Conselho Nacional aprovou e impulsionou um grande conjunto de iniciativas que decorreram no plano nacional, a nível regional e sectorial, evocativos da comemoração do 40º aniversário da CGTP-IN.

Regista-se, assim, um balanço positivo, em termos gerais, do exercício do mandato. Não pode deixar de se apontar alguns défices no funcionamento das reuniões, designadamente algumas ausências, participações menos empenhadas e preparação menos cuidada dos assuntos a tratar em cada reunião, daí decorrendo, pontualmente, insuficiências de análise para as quais, sem dúvida, também concorreram as limitações dos tempos de debate.

13.4. Secretariado do Conselho Nacional

O Secretariado do Conselho Nacional, eleito em 21.02.2008, ficou constituído pelo Secretário-Geral Manuel Carvalho da Silva, pelos membros da Comissão Executiva Deolinda Carvalho Machado, Fernando José Machado Gomes, João António Torrinhas Paulo, Joaquim Filipe Coelhas Dionísio e Maria Graciete Martins da Cruz.

O Secretariado aprovou as normas do seu funcionamento em 01.04.08. Nessa mesma reunião, além de definir os objectivos de trabalho, fixou a atribuição de responsabilidades e as tarefas específicas de cada um dos seus membros.

O Secretariado respondeu às diversas tarefas que lhe estão atribuídas e revelou-se um importante instrumento de execução da gestão corrente da CGTP-IN e da situação financeira da Central.

Com regularidade o Secretariado deu andamento às diversas solicitações provenientes de organismos públicos e privados, no sentido de assegurar a representação e participação da CGTP-IN em diversos eventos de natureza diversa.

O Secretariado reuniu, em regra, semanalmente e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigiram, cumprindo cabalmente as funções cometidas pelo Conselho Nacional.

13.5. Comissão Executiva do Conselho Nacional

A Comissão Executiva do Conselho Nacional, eleita em 21.02.2008, ficou constituída pelos seguintes dirigentes: Adão Ribeiro Mendes; Amável José Alves; Ana Joaquina Gomes Avoila;

Arménio Horácio Alves Carlos; Armindo Amaro de Carvalho; Carlos Manuel Alves Trindade; Deolinda Carvalho Machado; Fernando José Machado Gomes; Francisco José Santos Braz; João António Torrinhas Paulo; João da Silva; João Fernando Fernandes Lourenço; João Fernando Freitas Torres; Joaquim Almeida da Silva; José Carlos Correia Martins; Libério Violante Domingues; Manuel António Teixeira de Freitas; Manuel Carvalho da Silva; Manuel Francisco Guerreiro; Maria da Conceição R. dos Santos de Sousa; Maria de Fátima Marques Messias; Maria do Carmo de C. Tavares Ramos; Maria Graciete Martins da Cruz; Maria Luísa Marques Pinto Batista; Mário Oliveira Nogueira; Rui Manuel Neto Paixão; Ulisses Maria de Matos S. Garrido.

A Comissão Executiva propôs, por unanimidade, ao Conselho Nacional, a eleição de Manuel Carvalho da Silva para o cargo de Secretário-Geral.

Nas suas reuniões de 03.03.2008 e 17.03.2008, a Comissão Executiva aprovou, em definitivo, o seu Regulamento de Funcionamento, definindo as funções de cada um dos seus membros, as áreas e departamentos de acção sindical e a estrutura de acompanhamento da actividade ao nível das regiões e sectores.

Ao longo do seu mandato, a Comissão Executiva reuniu com regularidade quinzenal, em sessões ordinárias, e extraordinariamente, por 8 vezes, perfazendo um total de 104 reuniões (até 16 Jan.).

A Comissão Executiva garantiu o cumprimento e execução das tarefas que lhe estavam ou foram cometidas, em cada momento, pelo Conselho Nacional e pelo Plenário de Sindicatos, assegurou a direcção político-sindical permanente da Confederação, a direcção das áreas e frentes de trabalho constituídas e a coordenação da acção sindical nas diversas regiões e sectores.

No quadro das suas funções, assegurou a representação da CGTP-IN nos múltiplos contactos institucionais e outros decorrentes da actividade sindical. Do mesmo modo, garantiu a intervenção da Central no Conselho Económico e Social e na Comissão Permanente de Concertação Social, actividade que exigiu uma participação constante, qualificada e determinada na defesa das posições sindicais, face aos significados das questões em debate e aos contextos políticos vividos. Assegurou, igualmente, a intervenção da CGTP-IN nos diversos órgãos e organismos de participação sindical, quer nacionais, quer comunitários, directamente ou por via dos representantes para eles designados, acompanhando a sua actividade.

Por intermédio dos seus membros e, por vezes também, de membros do Conselho Nacional, participou em inúmeras iniciativas (conferências, seminários, colóquios, debates), promovidas, quer por entidades oficiais, quer privadas, para que a Confederação foi convidada, bem como uma ampla intervenção e presença na actividade e realizações sindicais no plano internacional, dando concretização à postura de solidariedade internacionalista que a Central assume.

A actividade da Comissão Executiva processou-se com normalidade e eficácia no tratamento e resolução dos problemas inerentes às suas funções, malgrado insuficiências reconhecidas, designadamente no défice de análise de algumas questões temáticas, na articulação do debate ao nível das áreas de acção sindical e no próprio seio destas, no acompanhamento e controle de execução das decisões tomadas, no acompanhamento dos sectores e regiões não representados na CECO, bem como no acompanhamento algo deficiente das actividades dos representantes sindicais, nos órgãos e organismos de participação sindical.

O exercício da direcção político-sindical e de coordenação da actividade da estrutura sindical, atribuído estatutariamente à Comissão Executiva, revelou-se eficaz e satisfatório, em termos gerais.

13.5.1. Secretário-Geral

O Secretário-Geral, eleito pelo Conselho Nacional em 21.02.2008, exerceu as competências regulamentares que lhe foram atribuídas, assegurando a coordenação e articulação da actividade

dos órgãos da Central, promovendo a representação da CGTP-IN, no plano nacional, a nível europeu e internacional garantindo a execução das orientações e decisões tomadas e o andamento dos assuntos carecidos de resolução imediata.

No quadro das suas funções e em representação da Direcção da Central, integrou inúmeras acções de protesto e luta dos trabalhadores, ao nível de empresas, sectores de actividade e a nível nacional, promovidas pelas respectivas organizações sindicais.

A Comissão Executiva, no seu balanço de mandato, considera ser importante reforçar o trabalho de coordenação desenvolvido pelo Secretário-Geral junto das áreas e na exigência de articulação do trabalho entre elas, podendo esta acção constituir-se como um elemento importante para colmatar os défices atrás enunciados e para assegurar que a Central tenha uma direcção efectiva que a dirige como um todo integrado.

A sua participação em múltiplas e variadas iniciativas promovidas por entidades oficiais, organizações cívicas, sociais e profissionais, movimentos sociais e políticos diversos, universidades e associações de estudantes, bem como os convites da comunicação social para intervir em debates ou produzir artigos de opinião comprovam o prestígio da CGTP-IN e o reconhecimento da importância da sua actividade na sociedade.

13.6. Apreciação geral

Em termos globais, os órgãos da Central cumpriram com empenho e eficácia as funções que lhes foram atribuídas. Para tal, muito contribuiu o apoio inestimável de todos aqueles que participaram nas actividades da CGTP-IN.

Às personalidades e organizações não sindicais que se disponibilizaram a partilhar com a CGTP-IN as suas estimulantes reflexões, é devido um agradecimento muito especial, pelo valioso contributo daí decorrente para a actividade sindical.

Aos representantes sindicais nos órgãos e organismos de participação sindical, nacionais e comunitários, aos técnicos do Gabinete de Estudos e aos que, habitualmente, colaboram com a CGTP-IN, bem como aos funcionários da Central, os órgãos de direcção da CGTP-IN agradecem, muito reconhecidos, o empenho e a disponibilidade da sua participação, e a elevada qualidade dos seus contributos, para o desenvolvimento da acção sindical.

A acção desenvolvida pela CGTP-IN comprovou a validade e perenidade do sindicalismo, reforçou a sua implantação no seio dos trabalhadores e consolidou o seu prestígio na sociedade.

No termo do seu mandato, a Direcção da CGTP-IN está convicta de que a acção global de toda a sua estrutura foi um factor determinante na defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses, na promoção dos seus interesses sócio-profissionais e um contributo muito valioso e progressista para o processo de desenvolvimento da sociedade portuguesa.

16 de Janeiro de 2012